

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS

N.º 30 — Ano VIII — Abril/Junho — 1955

SUMÁRIO

	Pág.
Defesa dos Recursos Naturais	Costa Pôrto 87
Cidades Novas no Brasil	J. C. Pedro Grande 91
<i>Organização Municipal</i>	
Levantamento Administrativo de um Município ..	101
<i>Economia e Finanças</i>	
Bases para um regime econômico a adotar na futura Capital Federal	Eng. Odilon Benévolo 128
<i>Demografia</i>	
São Paulo e Minas Gerais	138
<i>Idéias em Foco</i>	
A concentração da propriedade rural	Brasílio Machado Neto 139
<i>Inquéritos e Reportagens</i>	
A futura Capital Federal	141
O problema do reforestamento	142
Brasil: 50% de Analfabetos	143
<i>Divisão Territorial do Brasil</i>	
Novos Municípios e Distritos	144
<i>Através da Imprensa</i>	
Delimitamentos Gerais da operação-Município	Araújo Cavalcanti 145
Aos municípios o que lhes pertence	Osório Nunes 146
Acessível a todos uma linguagem hermética	146
Vida Municipal	148
<i>Estatística Municipal</i>	
Alguns aspectos culturais dos Municípios brasileiros — 1953	151
<i>Notícias e Comentários</i>	
Reunião do Conselho Deliberativo da ABM	184
O IBGE na mensagem presidencial	185
O Brasil no Congresso Interamericano de Municípios	186
Débito da União para com os Municípios	187
Reforestamento Municipal	187
Em poucas linhas	187

A REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS,
publicação trimestral do Conselho Nacional de
Estatística, é órgão oficial da Associação Brasileira
dos Municípios.

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

Assinatura anual: Cr\$ 80,00.

Toda correspondência deve ser encaminhada à sede
do Conselho Nacional de Estatística, Avenida Franklin
Roosevelt, 166. Telefone 43-4821.

DEFESA DOS RECURSOS NATURAIS

COSTA PÔRTO

(Presidente do Banco do Nordeste)

QUANDO atentamos nas advertências, um tanto alarmadas, de muito cientista e pesquisador dos nossos dias, a impressão que nos fica é a de que, em meio ao tumulto destes dias atribulados, aquela mensagem apocalíptica de Malthus está, através de premissas mal articuladas, constituindo um espantelho: a humanidade acorda estremunhada ante a ameaça do espectro da fome, que lhe ronda os passos

Refuja-se, embora, à rigidez de certo tom primário em que o inglês enquadrrou sua teoria do paralelismo desnorteante entre o aumento das populações e o alargamento dos meios de subsistência, a verdade é que, todos o sentem, cresce a população através de índices significativos, enquanto se desata a perspectiva de abater-se, sobre o mundo, a tragédia da fome, senão da fome como resultado da carência total de alimentos, ao menos da fome crônica, no ângulo vasto da sub-alimentação e da desnutrição generalizada.

Em primeiro lugar, há que levar em conta o fenômeno concreto do ritmo, dia a dia mais acelerado, do aumento populacional, em si mesmo. A análise fria das estatísticas revela que este ritmo é impressionante: de 0,07% por ano, até o século 17, segundo os cálculos de Auxley, atinge, neste século, entre 1930 e 1947, 0,82% na base das estatísticas da ONU, para ultrapassar, nos últimos anos, o índice de 1%, sendo de observar que, em relação à América Latina, a velocidade ascensional é superior a 2,2% ao ano

Eis porque, na linguagem dos sábios e especialistas, o fenômeno da super-população começa a aparecer como tema de quase rotina.

Quando se quis contrariar a teoria de Malthus, sem mesmo descer ao que havia de ingênuo e apressado em sua generalização sumária, acudiu aos críticos recordar o corretivo, à primeira vista impressionante, dos claros provocados pelos fatores negativos da marcha evolutiva do aumento populacional, como os cataclismas, as epidemias, a fome, as guerras. Mas faltou reparar em que estes fatores negativos nem sempre atuam a modos de força decisiva no refazer o equilíbrio almejado entre a massa humana e o volume de produção; antes, não raro, o agravam. Porque, no comum, longe de provocarem a diminuição dos indivíduos, concorrem para anular-lhes a capacidade produtora, criando o exército dos inválidos e dos incapazes, roubando energias à produção e alargando o ângulo de consumo. E o que, à luz das melhores estatísticas, a experiência está demonstrando é que, por toda parte, se processa alguma coisa daquela progressão geométrica, antevista por Malthus, e já o professor Josué de Castro nos assegura que a própria carência alimentar está constituindo um fator paradoxal de crescimento das populações; tanto mais pobres e tanto mais desnutridos, os casais de nossos dias nos aparecem mais prolíficos

MESMO sem a comprovação desse fenômeno, outro aspecto restaria a considerar, delatando a gravidade do problema: o fenômeno corriqueiro do migrantismo horizontal, do êxodo cada vez mais acentuado e de que vai resultando o drama supremo de nossos tempos: os campos se despoavam, repontando a agudeza da proliferação e alongamento dos

***D**ISCURSO pronunciado na Universidade Rural do Brasil, na qualidade de paraninfo da primeira turma diplomada (40 técnicos de todos os países do Continente) pelo Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Avaliação dos Recursos Naturais, mantido pela Organização dos Estados Americanos.*

aglomerados urbanos, diminuindo os braços que poderiam produzir alimentos, e multiplicando os estômagos dos deslocados e marginais, que, à semelhança do que ocorria na Roma Imperial, reclamam “pão e jogos de circo”.

Perdida na mesmice do cotidiano rotineiro, a nossa civilização, engolfada no trivial dos dramas imediatistas, parece que se não apercebeu da gravidade do momento. Sentem-no, porém, os que mergulham fundo na *selva selvaggia* das crises da atual conjuntura, e para quem o problema se apresenta em côres extremamente severas. Se aumenta a população, se, sobretudo, cresce o volume dos que, à semelhança de Caliban, querem “comer o seu pão”, enquanto diminui o exército dos que trabalham e produzem, como logrará a humanidade evitar a ameaça da fome, da sub-alimentação e da desnutrição? Onde encontrar recursos para o sustento da sobrecarga que o simples crescimento vegetativo golfa, cada ano, na ribalta de um mundo aviltado, de solo mais e mais empobrecido e gasto?

Colocada a questão nestes termos, vê-se que a batalha que nos cabe travar não é medíocre. Em última análise, a humanidade está sendo chamada a bater-se mesmo pela própria sobrevivência. E eis porque, no quadro largo dessa peleja — a maior e mais séria que já se deflagrou na história dos povos — o problema da agricultura assume tons de relevância fundamental. E porque, no consenso unânime dos estudiosos, tudo, por derradeiro, se vai afunilar num problema de técnica, a questão do aproveitamento racional do solo passa a constituir o fulcro de nossos esforços pela sobrevivência, e na execução desta técnica, papel insubestimável há de caber à utilização intensiva dos recursos naturais do solo.

NÃO há porque alimentar ilusões. Se o mundo está sendo arrastado a superar a crise de abastecimento, para fazer face ao desequilíbrio crescente entre a população, que aumenta e se concentra, e o volume físico de produção que se estagna, quando não definha, mister se torna ter em mente que, desdobrando-se continuamente e em novas conquistas para o domínio da natureza, através da técnica, o homem somente poderá garantir o próprio sustento na base dos recursos naturais que possa mobilizar.

A história dos povos não tem sido outra coisa senão o espraio desta peleja secular da inteligência procurando, através da técnica, dominar as forças desajustadas da natureza. As raízes desta guerra sem quartel plantou-as o homem quando, em épocas milenares, iniciou novos processos de atividade, trocando o nomadismo da caça, da pesca e do puro extrativismo pela fixação metodizada através da agricultura e da criação, domesticando os animais selvagens. Em vez da economia primitiva de, simplesmente, buscar o alimento, surge o esforço coordenado de produzi-lo sistematicamente, recolhê-lo e armazená-lo e, fruto deste esforço, reponta o sentido da estabilidade, com o que foi possível firmar, de maneira definitiva, o avanço final da consolidação da vida em comunidade.

E foi assim, somente assim, que o indivíduo logrou superar a hostilidade do meio ambiente, em contínua e acelerada acumulação de conhecimentos e de métodos, construindo sua civilização, dirá Edwin Wilson, a moços do coral que, edificando suas colônias de arrecifes, adiciona sempre alguma coisa nova ao já anteriormente edificado.

E é nesse conceito de progresso cumulativo e sempre crescente, aplicado à exploração e utilização dos recursos naturais, que se baseiam as esperanças de poder satisfazer a demanda de alimentos e vestuário dessa população que cresce ininterrupta e aceleradamente. São confortadoras, sem dúvida, as experiências no setor da produção de alimentos, como as das culturas de *chlorella*, tentadas promissoramente nos trópicos, enquanto há a acentuar os resultados concretos de aperfeiçoamento da tecnologia agrícola, através da criação de variedades mais produtivas e de métodos mais eficientes de produção.

Mas sempre resta margem para mantermos sérias apreensões quando vemos o alarmante desbarato que se processa nos recursos naturais. O continente americano, ricamente aquinhado pela natureza, com terras férteis, extensas e variadas florestas, águas puras e abundantes, riquezas minerais variadas no subsolo, já apresenta, apesar de seu curto período de exploração pelo homem, alarmantes conseqüências de um imprevidente esbanjamento de seus potenciais.

AO longo de apenas quatro séculos, se oferecemos o espetáculo de uma civilização, que, sob muitos aspectos, nos pode orgulhar, por outro lado vamos patenteando marcas desabonadoras de nossa incúria, em destrutivas chagas provocadas no patrimônio das reservas de caráter renovável.

Temos trabalhado nossas melhores terras sob o signo amargo de um descaso trágico, acelerando perigosamente a erosão e permitindo que a camada mais rica do solo seja arrastada para o mar, enlameando nossos ricos, assoreando nossos reservatórios e aumentando o perigo das inundações.

O que, desgraçadamente, vimos fazendo é uma agricultura de rapinagem, através de processos ladravazes e criminosos, mercê dos quais tiramos tudo da terra sem lhe querer oferecer nada em paga.

Delapidamos, quase de inteiro, o solo biológico, devorado pela erosão, pela queimada, até pela motomecanização leviana e sem técnica, de modo que caminhamos estouvadamente para o suicídio, que outra coisa não é esta inconsciente e cega marcha para a saarização e para o deserto.

Herdeiros de um estigma contra que não ousamos reagir — os resíduos indianistas de nossa formação, agravados pelo descontrôle feroz do sertanista dos primeiros tempos, domina-nos o *amok* de um vandalismo selvagem, no destruir reservas florestais e não cuidar de refazer os claros abertos criminosamente na mata hoje agonizante. O espetáculo sombrio dos nossos campos desnudos, a fúria com que arremetemos contra a flora, em atitude crua de alucinados, faz-nos merecer o látigo dos anátemas de Euclides da Cunha quando nos chamou de “fazedores de desertos”.

OBOM senso dos antigos vislumbrou na água os segredos magníficos da utilização em favor do progresso universal. Heródoto enxergou no Egito um presente do Nilo: Tales de Mileto, o filósofo, apontou-o como o *arché* da elaboração cósmica. E quando Jean Brunhes salientava a “tirania da água”, condensava, em conceito soberbo, a lição de que sem água não é possível falar em civilização e em progresso. Pois também aí falhamos em tôda linha. Não temos sabido utilizar as nossas águas como fator de fixação e como alvo de nossa batalha no domínio do solo. As terras aráveis reclamam irrigação para que produzam mais e melhor, e, todavia, os caudais se derramam inúteis e inaproveitados; o nosso tempo tem fome de energia e as cachoeiras espalham seus potenciais adormecidos, até aqui, em sua maioria, transformados em simples temas pictóricos. E deixamos que o desmatamento acompanhe a torrente mansa dos nossos rios, acelerando a evaporação e correndo o risco de apressar-lhes o esgotamento irremediável.

E fôra longo relacionar os múltiplos aspectos desta mentalidade rotineira e tardígrada, dentro da qual temos dado provas inconscusas de uma incapacidade gritante para construirmos uma civilização em bases sólidas.

Praticando uma agricultura de mera exploração, teimamos em provocar profundos desequilíbrios na natureza.

O Brasil, por exemplo, onde apenas cêrca de 2% de sua vasta extensão territorial são cultivados, — perde, por efeito da erosão, segundo cálculos dêste jovem e eminente mestre, Quintiliano Marques, cêrca de 500 milhões de toneladas de solo rico por ano. Atentemos nestes números que são alarmantes: para transportar tôda essa terra perdulâriamente perdida, seria necessário uma composição ferroviária de comprimento tal que poderia dar 6 voltas ao globo na altura do Equador.

Eis porque é fácil observar no Brasil um fenômeno sôbre cuja gravidade não temos meditado severamente: o nomadismo de nossa agricultura, de que é exemplo típico o café; depois de haver sugado as energias do Estado do Rio, cobriu a área de São Paulo, e, já hoje, largando as terras cansadas e gastas do seu último *habitat*, alonga suas pontas de lança rumo ao Paraná e Mato Grosso, e já está penetrando as regiões do Paraguai, sempre guloso de terra rica, repetindo a bulímia desadorada dos velhos bandeirantes, na ânsia de novos mundos ao mundo ir mostrando.

Como o homem, também o solo tem uma vida: nasce, vive e morre. E entre nós, morre, depois de haver sofrido os impactos sangrentos de nossa incurável vocação de fazedores de desertos...

FELIZMENTE, graças a inquietos brados de alerta lançados em tôda a América, já começamos a dar conta da nossa imprevidência e a reconhecer nossos erros.

Começa a desenvolver-se sadia e oportuna consciência conservacionista em nossos povos. Em quase tôda parte toma corpo o reconhecimento de que é preciso conservar nossos recursos naturais renováveis, e utilizá-los para satisfação das necessidades de nossa geração.

Tôda a economia de nossos povos repousa nos recursos de solo, água, florestas, fauna e minerais de que a Natureza nos cumulou, sendo, dessa forma, a sua conservação e melhor utilização um dos mais importantes problemas para o Continente.

Para melhor utilizar e para conservar êsses recursos naturais é indispensável, em primeiro lugar, avaliá-los, levantando-lhes a extensão e potencialidade, e sòmente depois dêsses levantamentos preliminares, é que poderão os governos e os particulares traçar, com segurança, os planos de trabalho, e executá-los racionalmente.

Ê, por conseguinte, de grande oportunidade e de largo alcance essa iniciativa da Organização dos Estados Americanos. O Projeto 29 de seu Programa de Cooperação Técnica, consubstanciado no Centro Pan-Americano de Treinamento para Avaliação de Recursos Naturais, vem atender, com eficiência, à gritante falta de conhecimentos sôbre nossos recursos naturais, promovendo a formação de pessoal habilitado para obter e analisar essas informações.

Sente-se feliz e honrado o Govêrno brasileiro pela oportunidade de ter podido acolher essa benfazeja instituição, precisamente em seu Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas. Em seu nome e em meu nome pessoal, formulo aos componentes dessa primeira turma de técnicos em avaliação de recursos naturais, os melhores aplausos e, em suas pessoas, quero auspiciar pleno sucesso para os programas de proteção dos recursos naturais que se estabelecem em nossa pátria.

Dessa forma estaremos abrindo o caminho para banir da América o ameaçador espectro da fome, garantindo farto e duradouro suprimento de alimentos e vestuário não apenas para o nosso Continente, como também para aliviar a sobrecarga populacional de tôda a humanidade.

EM nome do govêrno do meu País apresento-vos as saudações amigas da nossa gente e asseguro-vos a certeza de que o Brasil toma posição ao vosso lado na batalha pelo fortalecimento da economia das Américas, uma batalha, repito, que não é sòmente nossa, é de tôda a humanidade, porque é a batalha da própria sobrevivência

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — Sob vários aspectos, o município de Cachoeiro de Itapemirim se coloca em segundo lugar no Estado do Espírito Santo. Sua população, de 81 082 habitantes por ocasião do Censo de 1950, só era inferior à do município de Colatina; a da cidade pròpriamente dita, 24 021 habitantes, era a segunda depois de Vitória. Como centro industrial, situava-se igualmente em segundo lugar, logo abaixo da capital capixaba. Chave do sistema ferroviário do Sul do Estado, Cachoeiro de Itapemirim funciona como centro de distribuição industrial e agrícola de sua zona.

Mais de 60% de seus habitantes se dedicam à agropecuária. O café constitui o principal item de sua produção agrícola, que em 1952 se elevou a 87 milhões de cruzeiros; das demais culturas, têm alguma expressão a mandioca, o algodão e o milho. Conforme recente monografia do C.N.E., a produção do café experimentou considerável ascensão no período de 1948 a 1951, declinando em 1952; no mesmo quinquênio, a produção de algodão em caroço aumentou de 200 para 2 250 toneladas.

O valor da produção industrial de Cachoeiro de Itapemirim montou a 117 milhões de cruzeiros, no ano de 1952. Mais de um têrço dêsse valor foi produzido pela indústria têxtil, na qual predomina a fiação e tecelagem de algodão. Outra indústria de importância para a comuna é a de produtos alimentares; o município tem posição destacada no quadro estadual como produtor de leite. Dois têrços do valor de produção das indústrias de transformação de minerais não metálicos do Estado se concentram em Cachoeiro de Itapemirim, graças à sua produção de cimento, que, em 1954, foi de 16 700 toneladas.

CIDADES NOVAS NO BRASIL

I

J. C. PEDRO GRANDE
(do Conselho Nacional de Geografia)

I — REGIÃO NORTE

CÊRCA de 400 sedes municipais novas surgiram no território nacional desde 1.º de janeiro de 1949, data que marcava o início do quinquênio 1949-1953. Poucas Unidades Federadas ainda não fizeram a revisão de seu quadro territorial e administrativo. Assim, já podemos pensar em passar em revista as novas *urbes* brasileira.

Nenhuma cidade nova foi criada na imensa área — 42% da superfície total do País — que compreende todo o Norte do Brasil. E, no entanto, durante o decênio de 1940/50 tiveram acréscimo em sua população:

Guaporé	83%
Amazonas	52%
Acre	44%
Pará	23%
Rio Branco	20%
Amapá	12%

Deixando de lado o Pará, Rio Branco e Amapá, com um incremento populacional inferior à média do País (cêrca de 26%), vemos que também às três Unidades restantes, malgrado a sua elevada taxa de crescimento, faltaram sobras substanciais para criar núcleos urbanos de destaque, fora as Capitais que, no caso do Guaporé e Acre, em período de organização para abrigar os órgãos administrativos do respectivo Território, absorveram boa parte do aumento verificado. Haja vista o crescimento de Macapá, com 794%, Boa Vista, 267%, Pôrto Velho, 212%, Rio Branco, 90%, e Manaus, 62%, tôdas essas cidades com crescimento superior ao da média das cidades brasileiras, em tórno de 35%.

Em números absolutos, o crescimento populacional nas Capitais das Unidades Federadas do Norte brasileiro apresenta-se como segue:

<i>Capital:</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>Aumento</i>
Belém	164 673	225 218	60 545
Manaus	66 854	108 400	41 546
Rio Branco	4 945	9 371	4 426
Pôrto Velho	3 148	10 036	6 888
Boa Vista	1 398	5 132	3 734
Macapá	1 012	9 748	8 736

Feitos os necessários ajustes, verificamos que nas Unidades Federadas do Norte brasileiro foram os seguintes os aumentos de sua população, durante o período de 1940 a 1950:

Pará	209 376
Amazonas	76 091
Acre	34 987
Guaporé	26 772
Amapá	6 730
Rio Branco	5 271

Descontada a população que engrossou a de suas Capitais, sobram-nos para as mesmas Unidades os valores a seguir:

Pará	209 376	—	60 545	148 831
Amazonas	76 091	—	41 546	34 545
Acre	34 987	—	4 426	30 561
Guaporé	26 772	—	6 888	19 884
Amapá	6 730	—	8 736	—2 006
Rio Branco	5 271	—	3 734	1 537

Se a sobra resultante é pequena para o Estado do Pará, é insuficiente para a imensidão do Estado do Amazonas, pois nos 34 mil habitantes a mais incluem-se também os que aumentaram a população de suas demais cidades e vilas. Sobras ainda proporcionalmente razoáveis tiveram para as suas zonas rurais os Territórios do Acre e Guaporé. No entanto, explica-se perfeitamente porque o Rio Branco não possui, mau grado toda criação em lei nenhuma outra cidade além de Boa Vista. E a Capital do Amapá que, além de absorver todo o crescimento demográfico do Território, ainda atraiu dêle dois mil habitantes.

Das Unidades Federadas do extremo Norte, somente o Pará teve, nos fins de 1953, esboçada apenas, e não realizada, a criação de 11 cidades, a saber:

Aveiro (vila do Município de Santarém)	190 hab.
Melgaço (vila do Município de Portel)	122 hab.
Santa Cruz do Ariri (povoado)	? hab.
Santo Antônio do Tauá (povoado)	? hab.
São Félix do Xingu (pov. do Município de Altamira)	? hab.
São Salvador das Ilhas (povoado)	? hab.
Sousel (vila do Município de Pôrto de Moz)	177 hab.
Terra Santa (vila do Município de Faro)	1 050 hab.
Tomé-Açu (pov. do Município de Acará)	? hab.
Uruará	? hab.
Vila Braga (povoado)	? hab.

Ora, ressalta que de todas as localidades paraenses acima enumeradas, com a população indicada segundo o Censo Demográfico de 1950, apenas uma, Terra Santa, com população ligeiramente superior à da sede municipal, satisfaz a primordial exigência legal, pois com mais de mil habitantes deve possuir mais de duzentas moradias, que são o mínimo prescrito por lei para que uma vila ou mesmo um povoado possa ser elevado à categoria de cidade. Não fôsse isso, uma sede municipal como São Félix do Xingu, a mais de 450 quilômetros a montante de Altamira, seria um excelente novo posto avançado da civilização e o seu território municipal reduziria a menores proporções a enorme extensão territorial do Município de Altamira, um dos maiores, senão o maior, Município brasileiro. Assim também, Tomé-Açu, um modesto mas ativo entreposto comercial à margem esquerda do rio Acará e escoadouro dos produtos da colônia japonesa, que entre outros cultivos já produz em boa quantidade pimenta-do-reino, deveria merecer, não obstante o fato de não satisfazer requisitos legais quanto ao número de moradias, a aprovação da Assembléia Estadual quanto à sua elevação à categoria de cidade.

Não quer isso dizer que desaprovamos a criação dos Municípios, sempre que se verifique a conveniência, e das cidades de Aveiros, Melgaço, Santa Cruz do Ariri, Sousel, Terra Santa, porque um mais, outro menos, reduz a área média de 20 000 quilômetros quadrados do Município paraense a superfície menor, da ordem de 17 380 quilômetros quadrados. E assim terá o Pará que esperar ainda mais até que creçam as previstas sedes municipais.

II — REGIÃO DO NORDESTE

MARANHÃO — No Estado do Maranhão surgiram 14 cidades novas, cuja criação, juntamente com a dos seus Municípios, foi sancionada por leis com datas de 24 de setembro a 30 de dezembro de 1953. Somente Esperantinópolis foi criada a 14 de junho de 1954.

A ilha de São Luís, mais propriamente do Maranhão, deu lugar para mais um Município separado do de São Luís: Ribamar, cuja sede possuía, em 1950, 5 339 habitantes. Aliás, Ribamar é um dos Municípios situados nessa ilha que aparacem e desaparecem, como já houve, além de Ribamar ou São José do Ribamar, Paço do Lumiar, e outros.

Desta vez foi também restaurado o Município de Magalhães de Almeida, mais uma vez desmembrado do de São Bernardo. Sua sede, em 1950, com mais do dobro da população da cidade de São Bernardo, acha-se bem situada, à margem do trecho francamente navegável do Parnaíba. Ainda à vertente esquerda do Parnaíba ressurgiu a cidade de Matões, a antiga São José de Matões, que estivera suplantada pela cidade de Parnarama. Sua população não passa muito de meio milhar. Sambaíba, à margem do rio das Balsas, separando-se do Município de São Raimundo das Mangabeiras, constituiu-se em nova comuna, cuja sede, a ex-vila de Sambaíba, tinha, em 1950, escassos 400 habitantes.

Na bacia do rio Itapecuru, vimos surgirem dois Municípios novos: Cantanhede, com a sede na ex-vila homônima, com 1 178 habitantes em 1950. Surgiu essa novel cidade em torno da estação da E.F. São Luís-Teresina. Seu território foi desmembrado do Município de Itapecuru-Mirim. Mais rio acima e em torno da estação de igual nome, temos a nova cidade de Pirapemas, que no último Censo Demográfico contava 909 habitantes. Seu Município separou-se do de Coroatá.

Na mesma bacia do Itapecuru encontramos ainda a novel cidade de São Domingos do Maranhão, ex-vila de Pucumã, que por sua vez foi o povoado de São Domingos, então do extenso Município de Colinas, antiga Picos. Com uma população de 2 835 habitantes — é o que acusou o censo de 1950 — é a sede do Município homônimo.

Da acentuada penetração nas terras pouco exploradas das margens do rio Mearim vem um incremento da população e daí a criação de diversos Municípios. Assim, Vitorino Freire é a sede de um Município que se constituiu de território desmembrado dos Municípios de Bacabal e Vitória do Mearim. Mais rio acima encontramos Lagoa da Pedra, ex-vila de Jejuí, com a modesta população de 215 habitantes em 1950, mas muito crescida daí para cá. O território dessa nova comuna separou-se do Município de Vitória do Mearim. Também nas vertentes do Mearim fica Dom Pedro, ex-vila de Codó, que já em 1950 possuía 1 199 habitantes e promete tornar-se um excelente ponto comercial, situada que se acha em importante rodovia e em zona agrícola.

Na Baixada Maranhense fica a nova cidade de São João Batista, ex-vila de Ibipecuara, antes povoado de São João Batista. Possuía em 1950 1 255 habitantes. Seu Município emancipou-se do de São Vicente Ferrer. O extenso Município de Grajaú deu vida a uma nova comuna, a de Amarante do Maranhão, cuja sede é a ex-vila de Amarante do Grajaú, no último Censo com 682 moradores.

Temos ainda a cidade de Paraibano e, por último, a de Esperantinópolis, a ex-vila de Boa Esperança do Mearim, com 1 247 habitantes em 1950. Seu território desmembrou-se do Município de Barra do Corda, que assim vê mais uma vez minguar o seu ainda extenso território municipal.

PIAUÍ — Das nove sedes municipais novas no Piauí encontramos apenas uma no norte do Estado, isto é, ao norte de Teresina. É Matias Olímpio, ex-povoado do mesmo nome, com perto de 800 habitantes e que se tornou a sede do Município, que foi a parte sul do de Luzilândia, da vertente direita do Parnaíba.

Do Município de São Pedro do Piauí desagregou-se o de Água Branca, cuja sede, o ex-povoado do mesmo nome, tem perto de 1 400 habitantes. Situada à margem do rio Itaueira, constituiu-se a cidade nova de Itaueira, ex-povoado de Piripiri ou Piripiri do Itaueira, com seus 560 habitantes, a sede do Município que se emancipou do de Floriano, cuja sede fica a cerca de 120 quilômetros ao norte. Com a sede no ex-povoado de Nova Lapa, com 720 moradores, separou-se o Município homônimo de Cristino Castro do Município de Bom Jesus.

Mais ao sul encontramos, desmembrado do Município de Parnaíba, o novel Município de Curimatá, com a sede no ex-povoado de Geti, que já em 1952 possuía 400 habitantes. Do Município de Valença do Piauí saíram duas comunas novas: Elesbão Veloso, sediada no ex-povoado do mesmo nome e antes, Coroatá, com perto de 1 600 habitantes; e Inhumas, com sede no anterior povoado homônimo, com mais de 600 habitantes. Um novo Município constituiu-se às expensas dos de Picos e Simpício Mendes. Sua sede é a cidade homônima de Itainópolis, ex-povoado de Jenipapo, com cerca de 900 habitantes.

Finalmente, Conceição de Canindé, saído de Paulistana, e com sede no ex-povoado de Conceição, com 930 habitantes, encerra a série dos Municípios novos no Piauí, que assim vê a superfície média de suas comunas reduzir-se, de 5 137, para 4 340 km².

Mais recentemente, recebemos a comunicação de ter sido criado mais um Município, desmembrado de Amarante, com sua sede em Angical do Piauí, surgida do anterior povoado de Angical, com cerca de 400 habitantes em 1952, pelo que nos informou o Departamento Estadual de Estatística

CEARÁ — No Ceará não se pode falar propriamente em cidades de criação recente, pois com a exceção de uma só, as demais datam de fins de 1951.

A Lei estadual n.º 1 153 criou 15 Municípios por todo o território cearense.

A ex-vila de Barro, com 789 habitantes em 1950, tornou-se a sede do Município do mesmo nome, desmembrado do de Milagres. O Município de Cascavel viu sua superfície diminuída com a criação do Município de Beberibe, cuja sede, a ex-vila homônima, possuía no último censo 1 185 habitantes. Do Município de Baturité separou-se por uma delimitação o Município de Capistrano, cuja sede contava, em 1950, a 1 013 moradores. A cidade de Chaval foi a ex-vila do mesmo nome, com 2 067 habitantes no último Censo Demográfico. Seu Município fez parte do de Camocim. Emancipado do Município de Coreaú, temos o de Frecheirinha. Sua sede, a ex-vila homônima, continua, em 1950, 1 299 moradores.

Pereiro viu sair de sua área municipal a que hoje constitui o Município de Iracema, com a sede contendo 427 moradores, cinco anos atrás. A ex-vila de Itatira, em 1950 com apenas 122 habitantes, é a sede do novo Município que se separou do de Quixeramobim.

Contava, em 1950, 669 moradores a atual cidade de Jati, cujo Município se desmembrou do Município sul-cearense de Jardim. O Município de Licânia, hoje Santana de Acaraú, teve sua área diminuída pela criação do Município de Marco, cuja sede compreen-

dia 1824 habitantes no último Censo. De Sobral emancipou-se o Município de Meruoca, cuja sede continha, em 1950, a população de 803 habitantes. A ex-vila de Monsenhor Tabosa (999 habitantes em 1950) é a sede do Município homônimo, desmembrado do de Tamboril. Do Município de Brejo Santo separou-se o de Porteiras. Sua sede é a ex-vila do mesmo nome, em 1950 com 1325 moradores. Em 1950, a vila de Cariús, então com 1382 habitantes, sobrepujara a cidade de Jucás. Em 1951, Cariús, ponto terminal de ramal férreo, tornou-se a sede de novo Município, desmembrado de Jucás. São Luís do Curu, a ex-vila de Curu ou São Luís do Curu, com 668 habitantes no último Censo, é o centro administrativo do Município que se emancipou do de Uruburetama.

Dois Municípios originaram-se do de Anacetaba, antigo São Gonçalo e hoje São Gonçalo e hoje São Gonçalo do Amarante: Paracuru, que tem para sede a ex-vila dêsse nome, em 1950 com 1007 moradores, e Trairi, com o governo municipal sediado na ex-vila homônima, com 688 habitantes no último Censo Demográfico. Acresce à lista acima o nome de Muzambo, Município criado em fins de 1953 e constituído às expensas de Ibiapina, e com a sede na ex-vila homônima, à qual o Censo de 1950 atribuiu 1501 moradores.

RIO GRANDE DO NORTE — Pela última divisão territorial, elevou o Estado do Rio Grande do Norte o número dos seus Municípios de 48 a 66, o que corresponde à diminuição da área média do Município norte-riograndense de 1 105 para 804 km². As novas sedes municipais constituíram-se quase tôdas de ex-vilas, exceto uma, surgida de povoado.

Na bacia do rio Apodi-Mossoró encontramos entre as cidades novas a de Marcelino Vieira, ex-vila de Panatis, em 1950 com 811 habitantes e então do Município de Pau dos Ferros. O Município de Apodi perdeu duas áreas de vulto: a que hoje constitui o Município de Itaú, com a sede na ex-vila do mesmo nome, no Censo de 1950 com 378 moradores, e Felipe Guerra, que tem para sede o ex-povoado de Pedra d'Abelha, à margem esquerda do Apodi. Ainda na mesma bacia, separou-se do Município de Augusto Severo o de Upanema, tendo como centro administrativo a ex-vila de Upanema que, em 1954, tinha, com 917 moradores, população maior que a própria sede do Município de então. O prolongamento da E. F. Mossoró causou o rápido desenvolvimento de Almino Afonso, que já em 1950, quando ainda vila do Município de Patu, contava 1089 habitantes. Grossos, já no baixo Mossoró, separou-se de Areia Branca e constituiu sua sede na ex-vila de Grossos, defronte à cidade de Areia Branca. Em 1950, sua população era de 1 655 moradores.

No vale do Baixo Piranhas ou mais propriamente Açú, temos de cidades novas Pendência, ex-vila de Pendência (2 033 habitantes em 1950), com seu Município desmembrado do de Macau. A ex-vila de Afonso Bezerra, com 1 037 moradores no último Censo Geral, tornou-se a sede do Município separado do de Angicos.

Na zona do Seridó surgiram cidades novas: Cêrro Corá, com 1 218 habitantes em 1950, quando ainda vila do Município de Currais Novos; do Município de Acari saíram dois Municípios com sede respectivamente em Carnaúba dos Dantas, ex-vila de Carnaúbas, em 1950 com 651 habitantes, e Cruzeta, com 1 230 moradores em 1950, quando ainda era vila. Florânia perdeu o seu Distrito de São Vicente, que se tornou Município com sede na ex-vila homônima, ao qual o Censo de 1950 atribuiu 650 moradores. E ainda Ouro Branco separou-se de Jardim do Seridó. Sua sede, a ex-vila do mesmo nome, contava 843 habitantes quatro anos atrás. A extensão menor ficou reduzido o Município de Baixa Verde, hoje João Câmara, com o desmembramento do Município de São Bento do Norte, cuja sede é a ex-vila dêste nome, ainda em 1953 com 739 moradores. Coronel Ezequiel, ex-vila de Melão ou Jericó, com 606 habitantes em 1950, é a sede do Município homônimo, que desfalcou em área o velho Município de Santa Cruz.

Do Município vizinho de Macaíba desagregou-se a nova comuna de Serra Caiada, com a sede na ex-vila dêsse nome, à qual o Censo de 50 atribuiu 707 habitantes. Ficou bastante reduzido o tradicional Município potiguar de São José de Mipibu, pois a última divisão territorial do Estado desmembrou dêle os Municípios de Januário Cicco, com sede na ex-vila de Boa Saúde, em 1950 com 510 moradores, e o de Monte Alegre, cuja sede é a ex-vila do mesmo nome, e que no último Recenseamento continha uma população de 1 338 habitantes.

Assim, o pequenino Estado do Rio Grande do Norte conta hoje mais 18 sedes municipais novas.

PARAÍBA — No intervalo de 1949 a 1950, viu a Paraíba o número das suas cidades aumentado, em 1951, com a criação do Município de Sumé, desmembrado do Município de Monteiro. A cidade de Sumé, acusou, em 1950, quando ainda vila, a população de 1 763 pessoas.

De 20 de agosto a 30 de dezembro de 1953, leis sucessivas criaram mais 12 Municípios na Paraíba. No extremo Oeste, vê-se o Município de Antenor Navarro diminuído com a separação de Uiraúna, com sede na ex-vila dêste nome, em 1950 com 1 658 moradores. Ainda no sertão paraibano, o açude de Curema deu impulso ao antigo povoado, depois vila de Curema, que em 1950 contava 2 982 habitantes e é hoje a sede do Município de Corema, emancipado do Município de Piancó. Foi a estrada de ferro entre João Pessoa e

Fortaleza que mais contribuiu para o crescimento da ex-vila de Malta, à qual o Censo Demográfico de 1950 atribuiu 1 268 moradores. Foi êsse o fato que, à falta de outra razão mais evidente, parece ter influído na sua escolha para sede do Município separado de Pombal.

Do velho Município de Santa Luzia, no Seridó paraibano, destacou-se o de São Mamede, sediado na ex-vila do mesmo nome (em 1950 com 1 265 habitantes), perto do limite com o Rio Grande do Norte. Campina Grande, até aí um dos grandes Municípios paraibanos, perdeu a área hoje ocupada pelo Município de Pocinhos, que tem sua sede administrativa na ex-vila de Joffily, que há cinco anos contava com 1 575 moradores.

Do Município de Umbuzeiro, no limite com Pernambuco, separou-se o novel Município de Aroeiras, que tem para sede a ex-vila, hoje cidade homônima, à qual o Censo de 1950 atribuiu 1 436 habitantes. Separada pela antiga estrada que corre pela lombada da "serra" divisora com Pernambuco, da cidade de També, cujo casario defronta, temos a novel cidade de Pedras de Fogo, com 1 915 habitantes em 1950, quando ainda era vila do Município de Cruz do Espírito Santo.

Embora a maioria dos demais novos Municípios paraibanos tenha sedes com mais de mil habitantes, justifica-se menos que a dos anteriormente citados a sua criação, na qual preponderou a política, pois tal como na maior parte dos novos Municípios norte-riograndenses, resultaram comunas de área bastante reduzida, que não sabemos se poderão sobreviver e ainda menos prosperar.

De Ingá surge o município de Serra Redonda; sua sede é a ex-vila do mesmo nome (1 782 habitantes em 1950). Temos, na privilegiada zona do Brejo, separado do Município de Serraria, o de Pilões, cuja sede, do mesmo nome, continha em 1950, 771 moradores; Solânea, ex-vila com 2 420 habitantes em 1950, é a sede do Município homônimo, que se desligou do de Bananeiras. Do Município de Guarabira, na mesma zona, separou-se Píripituba, com sede na cidade progressista do mesmo nome, em 1950 com 3 110 habitantes, e Alagoinha, cuja sede administrativa é a ex-vila homônima, com 1 886 moradores em 1950.

PERNAMBUCO — Nem todos os Municípios novos pernambucanos e, concomitantemente, suas sedes, correspondem a uma premente necessidade, ou mesmo vantagem palpável. Mesmo assim, demonstrou um sadio critério a respectiva Comissão, ao reduzir de 36 para 12 a criação de novas comunas, reduzido êste número para 11, anulada a criação do Município de Toritama, embora com 2 767 habitantes, na vila do mesmo nome.

Voltou a ser Município Tacaratu, cuja sede homônima, com 2 438 moradores em 1950, perdera a categoria de cidade para Petrolândia, que nem por isso acusou forte desenvolvimento

Ainda no sertão pernambucano aparece a ex-vila de Itapetim, com 901 moradores em 1950, cujo Município se emancipou do de São José do Egito; e Caraiíba, ex-vila com 1 307 habitantes em 1950, com seu Município desmembrado do de Flores. Poções, outra novel cidade com 1 174 moradores no último Censo, constituiu-se sede do Município homônimo, desagregado do de Pesqueira. O Município de Caruaru perde território com a criação do Município de Riacho das Almas. A sede dêste continha 953 habitantes, quando era ainda vila, em 1950. Também Pannels teve sua superfície minguada com a emancipação do Município de Cupira, com sede na ex-vila do mesmo nome (2 121 habitantes em 1950). De Taquaratinga do Norte desmembra-se o Município de Santa Cruz do Capibaribe, tendo sua sede já 2 119 moradores em 1950, quando ainda vila de Capibaribe. A antiga vila de Camocim, depois Camocituba, em 1950 com 2 073 habitantes, tornou-se a cidade de Camocim de São Félix, e sede do Município emancipado de Bezerros.

A sua situação em ponto terminal do ramal férreo, deve seu desenvolvimento Cortês que, em 1950, contava 1 629 moradores, e se tornou a sede do Município desmembrado de Amaraí. Cremos que, como em outros casos, preponderou a política ao elevar-se a cidade a ex-vila de Joaquim Nabuco, hoje sede do Município separado do de Palmares.

O mesmo motivo prevaleceu, ao que parece, ao elevar-se a categoria de cidade São Vicente Ferrer, a ex-vila de Manuel Borba, com 1 175 habitantes em 1950.

ALAGOAS — De acôrdo com a exigüidade territorial de Alagoas, foi pequeno o aumento do número de seus Municípios e cidades: apenas 4.

Homenageando a memória do malogrado industrial patricio Belmiro Gouveia, encontramos à margem da via férrea Piranhas-Petrolândia a cidade homônima, que, vila de Delmiro, em 1950 contava 5 080 moradores. Seu Município desmembrou-se do de Água Branca. Com 1 079 habitantes em 1950, é bem mais modesta em tamanho a novel cidade de Olhos d'Água das Flores, cujo Município se originou do de Santana do Ipanema, no sertão alagoano. Quebrangulo, perdeu o território em que se constituiu o Município de Paulo Jacinto, com a sede na ex-vila homônima, no último Censo com 1 637 moradores.

E, afinal, na zona sanfranciscana encontramos, emancipado do de São Brás, o novo Município de Feira Grande. Sua sede, a ex-vila homônima, possuía 1 072 habitantes, informa o Censo de 1950.

III — REGIÃO LESTE

SERGIPE — Contendo dentro de seus 22 027 km² 42 municípios, Sergipe, com a superfície média de 525 km², na última divisão territorial, elevou para 61 o número de seus Municípios. Isso baixou para escassos 361 km² a superfície média do Município sergipano.

Com um aumento de 48% do número de seus Municípios e cidades, ficou Sergipe aquém de muito poucas unidades federadas — apenas Mato Grosso (66%) e Goiás (62%). Sendo os seus Municípios preponderantemente de Distrito único, somente 9 vilas foram elevadas à categoria de cidades; a outra dezena de novas sedes municipais passou a essa categoria, de simples povoados que foram.

Na região marginal do São Francisco encontramos a nova cidade de Amparo de São Francisco, ex-povoado de Amparo, que pertenceu ao Município de Canhoba. O Município vizinho, Pôrto da Fôlha, perdeu o território do novo Município de Curituba, que tem para sede o ex-povoado homônimo, e ainda o de Poço Redondo, com sede no ex-povoado do mesmo nome. Tinha em 1950 444 habitantes a ex-vila de Pacatiba, hoje cidade de Pacatiba, sede do Município desmembrado de Japoatã. Itabi, em 1950 com 1 198 moradores quando vila do Município de Gararu, constituiu-se sede do Município homônimo.

O Município de Aquidabã viu seu território diminuído com o desmembramento de seu Distrito de Tamanduá, com sede na ex-vila do mesmo nome, contendo 691 habitantes, informa o Censo Demográfico de 1950. O ex-povoado de Monte Alegre, hoje cidade de Monte Alegre de Sergipe, é a sede do Município separado de Nossa Senhora da Glória. A passagem da rodovia central de Sergipe por Carira, provocou o desenvolvimento dessa nova cidade, que ainda em 1950, com 1 030 habitantes, era vila do Município de Frei Paulo.

Do Município de Nossa Senhora das Dores emancipou-se o Município que tem para sede administrativa o ex-povoado homônimo de Cumbe. A ex-vila de Camboatã, hoje cidade de Santa Rosa de Lima, com 1 149 moradores em 1950, é sede do Município do mesmo nome, que se separou do Município de Divina Pastora. Do Município de Campo do Brito vimos desmembrar-se o de Pinhão, cuja sede é o ex-povoado deste nome, e o Município de Macambira, com sede no ex-povoado homônimo. Riachuelo cedeu, para constituir-se em Município, o seu ex-Distrito de Malhador, com 1 277 moradores em 1950, quando ainda vila.

Defronte à cidade de Aracaju encontramos Barra dos Coqueiros, ex-povoado, que se tornou a sede do Município do mesmo nome, emancipado do Município da Capital sergipana. O Município de Muribeca deu o território para formar o Município de Malhada dos Bois, com sede no ex-povoado homônimo. A vila de Poço Verde, com 618 habitantes em 1950, tornou-se a sede do Município homônimo, desmembrado do Município de Tobias Barreto. — Do Município de Arauá vemos separar-se o de Pedrinhas, que ergueu sua sede no ex-povoado do mesmo nome. Geru, ex-vila (556 moradores em 1950) do Município de Itabaianinha, tornou-se a sede do Município de Tomar do Geru, que é também o nome da novel cidade. Finalmente, no extremo Sul do Estado, encontramos a ex-vila, hoje cidade de Umbaúba, em 1950 com 803 moradores, sede do Município que se emancipou do de Cristinápolis.

BAHIA — São 23 as sedes municipais que o Estado da Bahia criou no período de 1949 a 1954.

Uma olhadela para o mapa certifica-nos de que nenhuma modificação apresenta a vasta região baiana da vertente esquerda do rio São Francisco, pois foi anulada a criação do Município de Sobrado, cuja sede, com 1 262 moradores superava a população de Casa Nova, sede do Município.

A observação, embora rápida, da localização dos noveis Municípios e cidades baianos faz-nos deduzir um surto que mais nitidamente se manifesta no Sudeste baiano, na zona cacaueteira, vizinha e ao longo das rodovias Rio-Bahia e Transnordestina e das ligações ferroviárias Rio-Salvador e Itaberaba-Senhor do Bonfim.

Temos assim, na zona cacaueteira a separar-se do Município de Ilhéus, o de Coaraci, com sede na ex-vila do mesmo nome, em 1950 com 7 126 moradores; Itajuípe, cujo centro administrativo é a ex-vila homônima, para a qual o último Censo registou 5 339 habitantes; e Uruaçu, com a sede na ex-vila, com 3 300 moradores em 1950. De Itabuna desmembrou-se o Município de Ibicarai, cujo centro de administração se tornou a ex-vila do mesmo nome (9 312 habitantes em 1950). Ubatã, ex-vila homônima, com 2 503 moradores no último Censo, tornou-se a sede do Município desmembrado de Ipiaú. Do Município de Canavieiras desmembrou-se o Distrito de Potiraguá, com a sede na ex-vila homônima, à qual o Censo de 1950 atribuiu 1 828 habitantes. À margem da rodovia em construção Salvador-Vitória, viu-se expandir, à beira do Jequitinhonha, a vila de Itapebi, com 1 643 habitantes em 1950, e hoje cidade, sede do Município desmembrado de Belmonte. A ex-vila de Itapetinga, já em 1950 com 7 887 moradores, desenvolveu-se em zona de franco progresso agrícola, daí sua escolha para sede do Município desmembrado de Itambé. Encruzilhada, em 1950, quando ainda vila, com 1 488 habitantes, teve restabelecida sua categoria de cidade, separando-se seu Município do de Macarani. Na mesma região surgiram mais

duas cidades baianas novas: Ibicuí, ex-vila do mesmo nome, com 1 863 moradores segundo Censo de 1950, e Iguai, com 2 165 habitantes em 1950, quando ainda vila, ambas sedes dos Municípios do mesmo nome, emancipados de Poções.

Na zona tributária à ligação férrea Rio de Janeiro-Salvador, temos a cidade de Igaporã, ex-vila, com 1 198 habitantes em 1950, do Município de Caetité, e Tremedal, ex-vila no Censo de 1950, com 644 habitantes, e sede do Município desmembrado de Condeúba. Na linha férrea entre Iaçú-Itaberaba-Nosso Senhor do Bonfim surgem as cidades novas de Pindaço, ex-vila homônima com 1 928 moradores em 1950, sede do Município destacado do de Campo Formoso; e Piritiba, ex-vila que em 1950 continha 3 144 moradores, e que pertenceu ao Município de Mundo Novo.

A situação ao longo ou próximo da rodovia Rio-Bahia, continuada pela Transnordestina, fez surgir algumas poucas cidades novas na Bahia: Tanquinho, em 1950, quando ainda vila, com 1 563 habitantes, do Município de Feira de Santana; Chorrochó, ex-vila com 400 moradores em 1950, com seu Município desmembrado de Curaçá, à margem direita do rio São Francisco; e, na rodovia que conduz à cachoeira de Paulo Afonso, Antas, ex-vila com 1 547 habitantes há 5 anos, e hoje sede do Município, separado de Cícero Dantas.

À margem da linha férrea Salvador-Aracaju desenvolveu-se a atual cidade, ex-vila de Acajutiba, antes Cajueiro, com 2 833 habitantes em 1950, quando ainda era do Município de Esplanada. Cansanção, ex-vila, em 1950 com 1 285 moradores, é sede do município do mesmo nome, que se emancipou do de Monte Santo. De Morro do Chapéu desmembrou-se o Município de Utinga, cuja sede é a ex-vila do mesmo nome, à qual o Censo de 1950 atribuiu 1 630 habitantes. Sapeaçú, ex-vila homônima, tinha 1 206 moradores em 1950, quando era ainda do Município de Cruz das Almas. Cidade pequena, com 413 habitantes em 50, é a ex-vila de Serra Preta, com seu Município desmembrado de Ipirá.

MINAS GERAIS — Com o maior número de cidades e Municípios novos — 97 — aparece na última divisão territorial e administrativa, entre as Unidades Federadas, o Estado de Minas Gerais. É verdade que o aumento percentual foi apenas de 25%, inferior portanto ao de diversos outros Estados, como Mato Grosso, Goiás e Sergipe.

De um modo geral temos a dizer que, no entanto, a criação de boa parte dessas cidades e Municípios não teve insofismáveis razões econômicas ou outra razão senão política. Porque seria justo que o fracionamento — o meio de se obter maior número de Municípios — se concentrasse nos Municípios de grande extensão, onde Municípios menores trariam maiores facilidades para o administrador e os administrados. Embora assistíssemos ao desmembramento de alguns Municípios "grandes", outros ao seu lado conservaram-se intactos; haja vista Barbacena e Juiz de Fora.

Do Município triangulino de Canópolis separou-se o de Centralina, com a sede na ex-vila homônima, que em 1950 tinha 1 231 moradores, e do Município vizinho de Ituiutaba desmembra-se o de Capinópolis, cuja sede era em 1950 uma vila com 1 074 habitantes. No sul do Triângulo temos, emancipado de Uberaba, o novel Município de Água Comprida, com sua administração sediada na ex-vila homônima (1950, 274 habitantes); e de Conceição das Alagoas, o Município de Pirajuba, cuja sede possuía no último Censo 850 moradores.

Na zona vizinha, Alto Paranaíba, ainda dentro do Triângulo Mineiro, surgiu apenas a novel cidade de Serra do Salitre, que em 1950, quando ainda vila do Município de Patrocínio, contava 731 habitantes.

Também a zona do Urucuia, que confina com a anterior, tem só uma cidade nova: Vazante, ex-vila do Município de Paracatu (em 1950, 292 habitantes). Juramento, ex-vila com 499 habitantes em 1950, teve seu Município desmembrado de Montes Claros, na zona do Médio São Francisco.

Apresenta a zona de Itacambira duas cidades novas: Mato Verde, com 1 074 moradores em 1950, quando ainda vila do Município de Monte Azul; e Taiobeiras que foi vila do Município de Salinas; contava 1 610 habitantes no último Censo.

Rio Prado, ex-vila homônima com 1 327 habitantes em 1950, que foi do Município de Rubim, é a única cidade nova da zona do Médio Jequitinhonha. Na zona do Alto Jequitinhonha separa-se do ainda jovem Município de Virgem da Lapa o de Coronel Murta, cuja sede, a ex-vila do mesmo nome, e antes Itaporé, contava 997 habitantes em 1950. Gouveia, ex-vila homônima que continha 2 311 moradores no último Recenseamento, é a sede do Município que se emancipou do de Diamantina.

O Município de Pirapora, na zona do Alto São Francisco, viu-se diminuído com o desmembramento do território que formou dois Municípios novos, com suas sedes à margem da E.F. Central do Brasil: Lassance, em 1950 com 918 habitantes, e Várzea da Palma, que na mesma época tinha 1 597 moradores.

Na zona do Mucuri surgem a cidade de Machacalis, ex-vila de Norte, que, com 1 258 habitantes em 1950, era então do Município de Águas Formosas; e a vila de Bom Jesus do Mantena passa a ser a cidade de Mendes Pimentel, com o seu Município desmembrado do de Mantena.

Nas zonas que precedem, raramente seria desaconselhável a criação dos Municípios pelo fracionamento dos existentes, quase sempre excedendo do tamanho médio. Na enume-

ração das cidades e Municípios nas zonas que sugerem, nem sempre é plenamente justificável a criação do Município novo, feita às expensas do outro, raras vezes de tamanho excessivo e mesmo médio.

Na vasta zona do Rio Doce, com grande número de municípios, deparamos com uma longa lista de cidades e municípios novos. Assim, Coluna, ex-vila homônima, com 946 habitantes em 1950, torna-se a sede do Município desmembrado de São João Evangelista; São José do Jacuri, em 1950, quando contava 686 moradores, era vila do Município de Peçanha; do Município de Sabinópolis originou-se o de Paulistas, com sede na então vila homônima, com 1 014 habitantes há 5 anos; Braúnas, a ex-vila de Braúnas de Guanhões, tinha 532 moradores em 1950, vila do Município de Guanhões; de Dom Joaquim separou-se o Município de Senhora do Pôrto, com a sede na ex-vila do mesmo nome (1 001 habitantes em 1950); Joanésia, tinha 838 moradores em 1950, quando era vila do Município de Mesquita; Conceição de Ipanema era, com 858 habitantes em 1950, uma vila do Município de Ipanema. Ainda na mesma zona, o Município de Água Boa, saído do de Capelinha, tem para sede a ex-vila homônima, com 715 moradores em 1950, e o Município de São Domingos do Prata viu-se desta vez desfalcado da área correspondente aos Municípios novos de Jaguarauçu, com sede na ex-vila dêste nome (506 habitantes em 1950); Marliéria, com a ex-vila homônima por sede (668 habitantes em 1950), e São José do Goiabal, que tem a sede na ex-vila de Goiabal, que em 1950 tinha 1 074 moradores.

Na zona vizinha da Mata, Santo Antônio do Gramma, em 1950 com 1 535 moradores, foi então vila do Município de Rio Casca; Presidente Soares, vila homônima, com apenas 396 moradores em 1950, foi elevada à categoria de sede do Município criado às expensas de Manhumirim. Senhora de Oliveira, ex-vila de Piraguara, com 478 moradores em 1950, e Presidente Bernardes, ex-vila de Calambau, com 683 habitantes no último Censo, e ainda Pôrto Firme, ex-vila homônima, com 878 moradores em 1950, era então do Município de Piranga. São Francisco do Glória, ex-vila do mesmo nome, em 1950 com 975 habitantes, é a sede do novo Município desmembrado de Carangola, de onde também se separou o Município de Faria Lemos. A sede dêste, a ex-vila do mesmo nome, tinha 1 682 habitantes no último Censo. Ao Município de Viçosa pertencia a então vila de São Miguel do Anta, onde o Recenseamento de 1950 registou 1 397 habitantes; o distrito de Braz Pires, com sede na atual cidade do mesmo nome (499 moradores em 1950) e o de Dolores do Turvo, com 647 habitantes na então vila, separaram-se do Município de Senador Firmino; e Vieiras, ex-vila homônima que em 1950 tinha apenas 236 habitantes, torna-se o centro administrativo do Município desmembrado de Miradouro. A cidade de Paula Cândido é a ex-vila de São José do Barroso, com 806 moradores em 1950, quando era do Município de Visconde do Rio Branco. Do Município de Alto Rio Doce destaca-se, para formar novo Município, o seu Distrito de Cipotânea, com a sede tendo 867 habitantes há cinco anos. Patrocínio do Muriaé, em 1950 com 2 372 habitantes, vila florescente à margem da ligação férrea Muriaé-Campos, torna-se a sede do Município homônimo, criado às expensas do de Muriaé.

Ainda na zona da Mata, o Município de Rio Pomba cedeu território para criar os Municípios de Taboleiro, este com a sede na ex-vila do mesmo nome, com 999 moradores no último Recenseamento, e Piraúba, a cuja sede, a então vila homônima, o Censo de 1950 atribuiu 881 habitantes. O novo Município de Piauí, sediado na ex-vila do mesmo nome, com 1 110 moradores em 1950, separou-se de Rio Novo, e o Município de São João Nepomuceno perdeu o Distrito de Descoberto, cuja sede, com 735 habitantes em 1950, é hoje do Município homônimo. Do pequeno Município de Bicas é desmembrado o de Pequeri, cujo centro administrativo é a ex-vila dêste nome, há cinco anos com 790 moradores. A ex-vila de Estrêla Dalva, com 714 habitantes em 1950, teve seu desenvolvimento favorecido pela sua situação à margem da via férrea, tornando-se a sede do novo Município criado às expensas de Volta Grande, embora, como em outros casos mais, a proximidade dos dois centros administrativos desaconselhasse essa criação. Ainda na mesma linha da E.F. Leopoldina, vimos surgir a nova cidade de Chiador, em 1950 uma insignificante vila com 366 moradores, elevada à categoria de sede do Município desmembrado de Mar de Espanha. E, finalmente, do Município de Matias Barbosa emancipou-se o de Santana do Deserto, dando-se-lhe para centro administrativo a ex-vila do mesmo nome, que no último Censo não possuía mais de 384 habitantes.

Poucas cidades novas forneceu a parte ocidental da zona do Sul de Minas, mais desfavorecida em suas condições econômicas, vias de comunicação e, daí, densidade demográfica.

A velha vila de Garimpo das Canoas, guarda no limite Minas-São Paulo — o Censo de 1950 registou-lhe 1 120 moradores — tornou-se a cidade de Claraval, dominando o Município desmembrado de Ibiraci. Do Município de Boa Esperança originou-se o de Ilícina, com sede na ex-vila do mesmo nome, à qual o VI Recenseamento Geral atribuiu 1 448 habitantes. Itutinga foi vila com 645 moradores em 1950, quando ainda do Município de Itumirim. Do Município de Machado vemos desagregar-se o de Cana do Reino; sua sede é a ex-vila homônima, com 443 habitantes em 1950. São Vicente de Minas, assim se chama hoje o Município de Francisco Sales, perde o distrito de Minduri, cuja sede é

a ex-vila dêsse nome, há cinco anos com 1 200 moradores. Do Município de Andrelândia originaram-se os Municípios de Madre de Deus de Minas, com sede na ex-vila de Cianita (1 110 habitantes em 1950) e Piedade do Rio Grande, cuja sede é a ex-vila de Arantes, que em 1950 tinha 694 moradores. Mais outro fracionamento sofreu o velho Município de Aiuruoca, com a separação do Município de Serranos, que estabeleceu sua sede na ex-vila assim denominada, com 613 habitantes em 1950. Santa Rita de Caldas viu seu território municipal diminuído pela criação do Município de Ipuíuna; a sede dêste é a ex-vila do mesmo nome, à qual o último Censo atribuiu 721 moradores. Dom Viçoso, ex-vila homônima (607 habitantes em 1950) é a sede do Município desmembrado de Carmo de Minas; assim passou a chamar-se o Município de Silvestre Ferraz. Duas amputações sofreu o Município de Liberdade pois teve que ceder território para se formarem os Municípios de Bocaina de Minas, com a sede na ex-vila de Arimatéia (em 1950, com 635 moradores), e de Passa Vinte, cuja sede é a ex-vila homônima, que em 1950 contava 568 habitantes.

Mais cidades novas encontramos no Sul de Minas. Congonhal, ex-vila do mesmo nome, com 975 habitantes em 1950, é sede do Município desmembrado de Pouso Alegre, assim como Careçu, em 1950 com 1 071 moradores, foi sede de um Distrito pertencente a Santa Rita do Sapucaí, e a criação de São José do Alegre, com sede na ex-vila que em 1950 possuía 639 habitantes, minguiu o pequenino Município de Pedralva. No canto sudoeste do Sul de Minas temos ainda: Córrego do Bom Jesus, ex-vila de Bom Jesus do Córrego, em 1950 com 577 moradores, cujo município se originou do de Cambuí, que também viu perder seu distrito de Bom Repouso, com sede na ex-vila homônima, em 1950 com 306 habitantes. Munhoz, ex-vila do mesmo nome, tinha 596 moradores em 1950, quando ainda do Município de Camanducaia. De Extrema, Município diminuto no canto sudoeste da zona, saiu o de Toledo, cuja sede é a ex-vila homônima, à qual o último Censo atribuiu 589 habitantes.

Na zona Oeste, a novel cidade de Matutina, ex-vila dêste nome (669 habitantes em 1950), é a sede do Município originado de São Gotardo; Quartel Geral, em 1950, vila com 793 moradores, é sede do Município criado às expensas do de Dolores do Indaiá. O Município de Pitangui viu transformados em Municípios os seus Distritos de Papagaios, com sede na vila homônima, com 1 569 moradores em 1950. Nova Serrana, a ex-vila de Cercado, há quatro anos com 1 120 habitantes, e Maravilhas, cuja sede é a ex-vila dêste nome, com 783 moradores no Censo de 1950. O Município de Bom Despacho perdeu o território dos novos Municípios de Araújos, com sede na ex-vila homônima, em 1950 com 986 habitantes, e Moema, cuja sede abrangia, em 1950, 810 moradores. De Santo Antônio do Monte desmembrou-se o Município de Perdígão, cuja sede, ex-vila, contava 617 habitantes em 1950. Tapiraí, à margem da antiga E.F. Oeste de Minas, tinha 496 moradores em 1950, quando ainda era vila do Município de Bambuí. Do Município de Guia Lopes desmembrou-se o ex-Distrito de Vargem Bonita, com a sede do mesmo nome, tendo 746 habitantes em 1950. A ex-vila de Rio do Peixe, hoje cidade de Piracema, contava 860 habitantes em 1950, quando ainda era do Município de Passa Tempo, e mais desenvolvida era Santana do Jacaré, com 1 627 moradores em 1950, que então pertencia ao Município de Campo Belo.

Na zona dos Campos há a notar o forte fracionamento dos Municípios de Barbacena e de Entre Rios de Minas, ex-João Ribeiro. Aquêles forneceu os novos Municípios de Ressaquinha, sediado na ex-vila dêste nome, em 1950 com 1 023 habitantes; Senhora dos Remédios, cujo centro administrativo é a ex-vila de Angoritaba, com 818 moradores em 1950; Paiva, cuja sede é a ex-vila dêste nome e que, cinco anos atrás, possuía 588 habitantes; e Oliveira Fortes, servindo de sede a êste a ex-vila homônima, em 1950 com 749 moradores. De Entre Rios de Minas saíram os Municípios de Destêrro de Entre Rios, com a sede na ex-vila do mesmo nome, pequena, com 488 habitantes no último Censo; São Brás do Suassuí, cuja sede, a ex-vila homônima, contava 1 013 moradores em 1950, e ainda Jeceaba, com sede na ex-vila do mesmo nome, que em 1950 possuía 766 habitantes. Moeda, a ex-vila dêste nome, em 1950 com 917 habitantes, é sede do Município desmembrado de Belo Vale; Carandaí perdeu o Distrito de Capela Nova, com sede na ex-vila homônima (88 habitantes em 1950); a ex-vila de Barroso, em 1950 com 1 945 moradores, torna-se a sede do Município emancipado de Dolores de Campos; e separa-se do Município de São João del Rei o de Nazareno, cujo centro administrativo é a ex-vila do mesmo nome, que em 1950 tinha 1 082 habitantes.

Não produziu muitas cidades, na última divisão territorial, a zona Metalúrgica. Temos aí Morro do Pilar, que com 977 habitantes em 1950, era então vila do Município de Conceição do Mato Dentro. Quase nos subúrbios da cidade de Paraopeba desenvolveu-se, pela indústria local, o povoado de Cedro, que foi elevado à categoria de cidade de Caetanópolis com seu Município desmembrado de Paraopeba. Do Município de Matozinhos separou-se o de Capim Branco, cuja sede, então vila, compreendia, em 1950, 977 moradores, e do Município de Pedro Leopoldo originou-se o de Ribeirão das Neves, a cuja sede, a ex-vila homônima, o Recenseamento de 1950 atribuiu 1 915 habitantes. Bom Jesus do Amparo, ex-vila do mesmo nome, em 1950 com 623 moradores, teve seu Município emancipado de Barão de Cocais. E, por fim, de Ouro Preto separou-se o Município de Ouro Branco, cuja sede contava, em 1950, 1 224 habitantes.

ESPÍRITO SANTO — Bem reduzido é o número de cidades e Municípios novos que o Estado do Espírito Santo criou na sua mais recente divisão administrativa: apenas cinco.

Uma cidade nova, apenas, aparece na parte sul do Estado, que sabemos ser de povoamento mais antigo. É Vala de Souza, ex-vila com 1 591 moradores no Censo de 1950, que é a sede da comuna desmembrada do Município de Alegre.

O espetacular desenvolvimento da região espírito-santense ao norte do rio Doce condicionou a criação dos outros quatro Municípios. Dois saíram do Município de Colatina: Pancas, com a sede na ex-vila homônima à qual o VI Recenseamento Geral atribuiu 837 moradores, e São Domingos, cujo centro administrativo é o ex-povoado do mesmo nome. O progresso econômico de Nova Venécia e sua grande distância (mais de dez léguas) da cidade de São Mateus, sede municipal, foram fatores determinantes na criação do novo Município de Nova Venécia, cuja sede tinha, em 1950, 796 habitantes. Nas cabeceiras do rio Itaúnas ergue-se a sede do Município homônimo, desmembrado de Conceição da Barra, a cidade de Mucurici, ex-povoado de Comercinho. Com cerca de 300 habitantes por volta de 1950, já se eleva, cinco anos depois, a sua população urbana a mais de 1 500.

RIO DE JANEIRO — Durante o período de 1949 até os dias que correm, reduzido número de Municípios e cidades criou o Estado do Rio de Janeiro. Há, pelo contrário, entre as rodas governamentais, o pensamento de absorção de um ou outro município. Um caso com bastante possibilidade de concretização é o do município de São Gonçalo ser anexado ao de Niterói.

Com efeito, São Gonçalo que antigamente alcançou da baía de Guanabara ao Oceano Atlântico, separando assim o Município de Niterói dos demais Municípios fluminenses, perdeu o seu Distrito de Itaipu, que passou a alargar a superfície do Município da Capital fluminense. Quanto ao que sobrou do Município de São Gonçalo, encontramos o seu casario e o de Niterói sem solução de continuidade, o que cria problemas (ou ao menos os suscita) iguais, com soluções pelo menos semelhantes. Seria razoável e, ao mesmo tempo, vantajoso, para a grande comuna assim criada, êsse amalgamento, do qual resultaria, na parte que toca às zonas urbanas, reunindo as populações urbanas de Niterói, Neves, São Gonçalo e Sete Pontes, uma Niterói Maior, com cerca de 270 000 habitantes. Assim, a Capital fluminense colocar-se-ia entre as mais populosas Capitais das Unidades Federadas brasileiras. E praticamente emendada se acha a vila de Olinda, com mais de 16 000 moradores, à cidade de Nilópolis; a vila de Guarus, com mais de 12 000 habitantes, tem a separá-la da cidade de Campos apenas o rio Paraíba e, pelo contrário, muito lucraria se ficasse incluída em um plano urbanístico (que talvez mesmo exista) da cidade de Campos. E Agulhas Negras, com cerca de 7 000 habitantes, tendo apenas o rio Paraíba a apartá-la da cidade de Resende, da qual é praticamente um subúrbio, poderia lucrar com sua elevação à categoria de cidade, pelo fato de possuir uma moderna Escola Militar? Cremos que nem tanto.

Já as vilas de Santo Aleixo, com perto de 7 000 habitantes, a vila de Belford Roxo, contendo os seus 14 000 moradores, e ainda a vila de Coelho da Rocha, com mais de 22 000 habitantes, não se acham tão intimamente ligadas às sedes de seus respectivos Municípios de Magé, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Não seria um problema difícil o traçado perimétrico do trecho de Município a atribuir-lhes. Seriam, no entanto, comunas de superfície minguada, embora não de todo destituídas de um futuro promissor, dado o forte reflexo da Capital Federal.

Houve a idéia da elaboração de um só plano de urbanização para a cidade de Barra Mansa e a então vila de Volta Redonda, que estão com seu casario quase encontrado. Falou-se num plano de urbanização, cremos que de fato iniciado, para um núcleo urbano de cem mil habitantes — o que parece muito, mas temos a ponderar que as duas localidades conjuntas já estão antes além do que aquém dos 65 000 moradores. Por outro lado, cogitava-se da criação do Município de Volta Redonda, que ficou de compreender o Distrito piraiense de Pinheiral, mas afinal resultou um Município pequeno, pois compreende apenas o que foi o anterior Distrito barra-mansense, com a agravante de partir ao meio as terras da Companhia Siderúrgica Nacional. Nasceu defeituoso o mais jovem Município fluminense, porque nenhuma assistência teve — será por não a acharem necessária? — por parte dos técnicos fluminenses que possui o Departamento Geográfico do Estado, nem tampouco teve interferência, solicitada, entende-se — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

É Volta Redonda o único Município fluminense criado nos dias que correm, Município é verdade macrocéfalo, porque, além dos seus talvez mais de 40 000 habitantes urbanos é muito pequena a sua população rural.

Foram criados ainda: desmembrado do Município de Macaé, o de Conceição de Macabu, com sua sede na ex-vila do mesmo nome, em 1950 com 1 803 habitantes, e separado de Barra do Piraí o Município de Mendes, cuja sede, a ex-vila homônima, compreendia, em 1950, 5 850 moradores.

Mostram os Municípios fluminenses, máxime os maiores, uma grande força de coesão, por certo imposta pela política. Pois só assim se pode compreender porque, contrariando as tendências condicionadas pelo aumento demográfico, continuam indivisos, além dos acima citados de Magé, São João de Meriti, Resende, Nilópolis e Nova Iguaçu, Municípios como Marquês de Valença, Vassouras e o colosso entre as comunas fluminenses: Campos.

LEVANTAMENTO ADMINISTRATIVO DE UM MUNICÍPIO

VITÓRIA

II

PLANEJAMENTO

O PLANO DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS

O PLANO de Obras e Empreendimentos do Governo Municipal está descrito sob 14 diferentes títulos, na própria lei que o oficializou. Todas as atividades, exceto duas, sob esses títulos, referem-se à construção de obras públicas. (Constituem exceção: o desenvolvimento do Plano da Cidade e o preparo de um mapa aéreo-fotográfico do município) A maioria dessas atividades, de um modo geral, já foi iniciada: “extensão e melhoria dos sistemas de águas e esgotos”; “construção e melhoria de mercados”; “construção de uma estação de ônibus”.

Uma entidade especial e autônoma foi criada pelo Governo Municipal para dar execução ao Plano. Não obstante, os planos desta unidade limitam suas atividades, quase inteiramente, ao calçamento das ruas e projetos correlatos. Outros tipos de projetos em conexão com o Plano poderão ou não ser entregues a esta entidade (que daqui em diante será designada como Escritório de Obras e Empreendimentos).

Existe um plano detalhado para os projetos de calçamento com especificação dos preços calculados e existem planos isolados e estimativas para alguns outros projetos, enquanto que certos itens relacionados na lei ainda não foram regularizados por meio de planos e orçamentos específicos, pelo menos aparentemente. Esses projetos podem ou não ser realizados pelo Escritório de Obras e Empreendimentos e sua execução dependerá mais ou menos da oscilação financeira da municipalidade de um exercício para outro. Alguns projetos poderão, também, ser financiados por concessões especiais.

ESCRITÓRIO DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS

ESTA entidade opera de forma a poder obter o máximo de flexibilidade em todo o seu trabalho. Prefere realizar os serviços por contrato com terceiros em vez de fazê-los com o pessoal da municipalidade, como seria normal; isto, em grande parte, motivado pelo perigo que apresenta a admissão de trabalhadores e operários na Prefeitura — embora para obras absolutamente temporárias, — pois a demissão deles poderá tornar-se difícil ou impossível quando houver passado a necessidade de seus serviços.

Há uma grande preferência pela concessão de contratos a firmas locais. A deficiência de empreiteiros para obras públicas em Vitória tem esperado, mas esta falta está sendo corrigida, gradualmente. O pessoal municipal é aproveitado nas construções, preferencialmente:

A RBM divulga neste número a segunda e última parte do plano de obras e empreendimentos organizado por uma equipe de especialistas da Fundação Getúlio Vargas, por solicitação da Prefeitura de Vitória. A primeira parte desse trabalho foi publicada no número anterior.

- 1) quando as propostas dos contratantes são muito altas;
- 2) quando requer muito trabalho de máquinas e, relativamente, pouca mão-de-obra, e
- 3) quando a obra traz problemas peculiares dos quais os contratantes têm pouca experiência.

ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

O PLANO e orçamento parcelados que orientam o trabalho do Escritório foram preparados em janeiro de 1954, pelo engenheiro encarregado, tendo como ponto de partida uma relação de projetos preparada pelo Prefeito e pelo Diretor de Serviços Municipais. O orçamento foi esboçado muito apressadamente e o engenheiro o considera antes uma estimativa grosseira que parcelas finais e detalhadas. Está disposto em forma de orçamento de atividades. As especificações de preço para um dado projeto apresentar até títulos como estes:

- 1 Desapropriações
 - a) Terra (área — valor unitário — total)
 - b) Prédios (área — valor unitário — total)
2. Calçamento a paralelepípedos (extensão linear — área — preço unitário — total)
3. Assentamento de meios-fios (extensão linear — volume — preço unitário — total)
4. Instalação de poços de inspeção (número — custo unitário — total)
5. Instalação de bueiros (número — custo unitário — total)
6. Eventuais (10%)
7. Administração e fiscalização (12%)

(Nos itens 2, 3, 4 e 5 os preços de unidade incluem material e mão-de-obra).

Algumas estimativas ficaram exageradas; por exemplo, embora já tivessem sido assentados os meios-fios em uma parte da distância total, o cálculo foi baseado no custo de assentamento para toda a extensão indicada no projeto. Isto, de certo, faz com que o orçamento do projeto influa no preço total do respectivo trabalho; torna maior, também, a possibilidade de executar o trabalho por preço menor que o calculado. Na prática, para os serviços desenvolvidos dentro do prazo, o custo tem sido na maioria das vezes (nem sempre) bem próximo das estimativas ou abaixo delas, porém o salário-mínimo poderá elevar de muito os preços futuros.

As prioridades e os programas de trabalho de um ano para outro são decididos pelo Prefeito e pelo Diretor de Serviços Municipais. Tentaram fazer com que houvesse projetos encaminhados em todas as diferentes seções da cidade; fora disto, estão dando prioridade ao calçamento das ruas por onde passam os ônibus ou onde o tráfego é intenso.

O cálculo do custo total desta atividade é de cerca de Cr\$ 51 000 000,00. Relaciona-se a 39 projetos, dos quais 11 já estão sendo trabalhados e mais nove (9) estão sob estudo e planificação (Entretanto, ainda não se tocou em alguns dos projetos maiores). Esse cálculo não inclui a cobertura do canal de Sucutuquara que foi orçada à parte (em cerca de 4 milhões de cruzeiros; o empreiteiro que apresentou proposta mais baixa pediu cerca de 7 milhões, razão por que o serviço está sendo feito pelos empregados municipais), nem tão pouco inclui outros projetos que serão planejados e, provavelmente, executados por esta unidade.

A Câmara Municipal recebeu cópias do orçamento destas atividades para informar, porém sua aprovação não foi solicitada. De um modo geral, no Escritório de Obras e Empreendimentos o planejamento está mais adiantado do que a execução.

O Prefeito tem em seu Gabinete a cópia de um orçamento, relacionando projeto por projeto e o custo de cada atividade encampada pelo Plano de Obras e Empreendimentos. Este orçamento não especifica o custo dos projetos isoladamente, como faz o orçamento das atividades do Plano de Obras e Empreendimentos, mas inclui muitos projetos não mencionados naquele documento.

Segundo o Prefeito, o orçamento em seu poder foi submetido à Câmara em fevereiro próximo passado, mas ainda não foi aprovado. Por lei, a Câmara não pode anexar a êle nenhum projeto e as injunções políticas tornarão difícil para ela subtrair algum. Portanto, para evitar uma descontinuidade no plano, o Prefeito deu prosseguimento aos trabalhos baseado na soma total estipulada no orçamento geral. (O orçamento que a Câmara ainda não aprovou, sem dúvida nenhuma, cobrirá despesas além do presente exercício).

PESSOAL

TANTO o engenheiro encarregado como um desenhista do Escritório são contratados; um auxiliar *ad hoc* é um extranumerário mensalista (com uma gratificação de 100% sobre o salário ou Cr\$ 1 000,00 por mês, relativa ao maior número de horas de trabalho diário). Todos os outros empregados são classificados como operários (trabalhadores braçais) até mesmo um agrimensor e dois ajudantes de campo. O Diretor de Serviços Municipais é quem dá orientação geral, guiando e supervisionando, mais de perto, alguns aspectos do trabalho.

O pessoal do Escritório obriga-se a trabalhar 8 horas por dia. O engenheiro encarregado leciona uma cadeira na Escola de Engenharia; fora isto, seu trabalho na Prefeitura lhe ocupa tempo integral. (Na realidade, diz êle, geralmente chega a trabalhar numerosas horas extraordinárias.)

Atualmente, o Escritório emprega perto de 35 operários destinados ao projeto de Sucutuquara e cêrca de mais dez (10) na fiscalização de obras. Será iniciado, em seguida, o trabalho de calçamento que vai ser executado pelos empregados municipais; serão necessários talvez uns doze (12) operários a mais para êsses serviços.

O engenheiro encarregado do Escritório, normalmente, é quem admite e despede os trabalhadores, mas pode consultar o Diretor de Serviços Municipais sobre níveis de salários ou questões análogas. São pagos de acôrdo com o mercado de trabalho, sem levar em conta o salário de outros empregados municipais; por exemplo, na época dêste levantamento, já estavam ganhando o salário-mínimo, que ainda não tinha sido concedido nem a outros operários nem a outros funcionários. De fato, êsses trabalhadores não são, de forma alguma, considerados empregados municipais; a legislação do pessoal, empregados públicos municipais ou estaduais, não se aplica a êles e o Escritório de Obras e Empreendimentos funciona como se fôra um empregador particular.

FINANCIAMENTO E ABASTECIMENTO

O DIRETOR do Departamento de Serviços Municipais tem à sua disposição uma "caixa" de Cr\$ 100 000,00 (conta bancária) para execução do Plano de Obras e Empreendimentos. Movimenta cheques contra êste fundo a favor do engenheiro encarregado que emprega êsse dinheiro em compras de emergência, fôlhas de pagamento e outras despesas correntes. O engenheiro encarregado submete as contas, mais ou menos semanalmente, ao Diretor de Serviços Municipais que, depois de revê-las, as manda ao Departamento de Finanças para exame e como comprovante para reposição de depósito em "caixa".

O engenheiro encarregado do projeto tem autorização para resolver quando a demora na compra de determinado material ocasionará interrupção prejudicial ao trabalho. Nestes casos, faz compras de emergência, diretamente; em outros, a compra é feita pelos processos regulares da Secção do Material. (Êsses processos, geralmente, implicam em uma ou duas semanas de demora). O engenheiro encarregado diz que as compras de emergência não são freqüentes e que, em sua maioria, elas consistem em material de construção. (Por outro lado, a Secção do Material informa que o Escritório não está mais fazendo compras por meio dos canais competentes da municipalidade).

O Escritório ainda não comprou o equipamento permanente indispensável a seu próprio uso; tal equipamento será adquirido por meio dos serviços regulares da Prefeitura e forne-

cido ao Escritório quando houver necessidade. Esta é a situação atual dos veículos destinados ao Escritório de Obras e Empreendimentos, exceto de um que foi emprestado pelo Diretor da Escola de Engenharia. Pedras de meio-fio, tubos de cimento e paralelepípedos para todos os projetos de calçamento, inclusive os empreitados, são fornecidos pelas fontes regulares de abastecimento da municipalidade (os dois primeiros itens são fabricados nas próprias oficinas da Prefeitura).

Os projetos executados sob empreitada são fiscalizados pelo engenheiro encarregado e, eventualmente, pelo Diretor do Departamento de Serviços Municipais. Não há referência a fiscais residentes.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE VITÓRIA

EM SEU Plano de Obras e Empreendimentos, o Prefeito de Vitória deu um excelente passo para o planejamento dos investimentos a longo prazo. Percebe-se, entretanto, que embora o Prefeito tenha sentido a necessidade de planejar com alcance, há muitos pontos delicados precisando ser tratados antes que a cidade de Vitória possa se considerar de posse daquilo que se conhece, nos Estados Unidos, com o nome de "orçamento de investimentos".

"ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS", SEGUNDO É FEITO NOS ESTADOS UNIDOS *

O PREPARO anual de um programa de melhoramentos públicos para 5 ou 6 anos, de um modo geral, agora, é considerado essencial não só para o progresso prático na consecução das metas remotas estipuladas nos planos básicos da municipalidade mas, também, para realizar administração local eficiente. Tal programa financeiro de previsão longa, quando é desenvolvido em bases orçamentárias é chamado "orçamento de investimentos" (a longo prazo) e assim será denominado neste capítulo.

O objetivo de um orçamento financeiro não é fazer em 5 ou 6 anos as coisas que necessitam ser feitas. Entretanto, êle possibilita ao município o desenvolvimento de uma programação consecutiva das necessidades públicas com escala da ordem de urgência de cada projeto em comparação com os outros. Isto poderá ou não ocasionar uma redução no lance de impostos, mas pode ajudar a estabilizar êsse lance por um determinado período.

O estudo e a adoção do orçamento de investimentos reforçam a segurança de que os projetos serão empreendidos por ordem de suas necessidades, que a concorrência na prioridade dos projetos seja afastada e que, em grande escala, sejam evitados os enganos de preços. Um orçamento de investimentos também permite a um município programar alguns projetos de construção de acordo com a disponibilidade de material e mão-de-obra, em qualquer tempo que a comunidade se veja a braços com a responsabilidade de remediar o desemprego. (Durante uma eclosão ou depressão).

Um entre tantos outros benefícios a serem colhidos de uma programação para melhoramentos públicos a longo prazo é que um procedimento tal possibilita ao município coordenar os projetos propostos entre si e com o crescimento e aspirações gerais da municipalidade. Cada projeto é estudado uma e outra vez em relação a outros projetos antes de sua realização estar finalmente autorizada. Futuros pedidos baseados na renda atual e na possibilidade de empréstimos poderão ser previstos com razoável exatidão. A necessidade de obtenção de imóveis pode ser prevista, e as propriedades em mau estado, de que se venha a precisar no futuro, poderão ser adquiridas antes de reformadas pelo capital particular, o que tornaria sua aquisição muito dispendiosa. Pode ser aproveitada também a vantagem do mercado favorável de imóveis para conseguir boas localizações a bons preços.

* A maior parte das informações contidas neste capítulo procedem de um debate sobre o orçamento de investimentos, publicado em "Municipal Finance Administration" (Administração das Finanças Municipais), manual técnico da International City Managers Association (Sociedade Internacional de Administradores Municipais).

As exigências da técnica e da lei, relativas aos projetos esboçados, devem ser atendidas a tempo de permitir a participação municipal nos programas subvencionados pelos governos estadual e federal

ENTROSAMENTO COM O ORÇAMENTO ANUAL

SE BEM que o orçamento de investimentos deva ser um processo contínuo, deve haver um prazo de tempo especial estipulado para apresentação dos programas em vista, no processo. A escolha de um período de 5 anos, em Vitória, coincide exatamente com as recomendações que se baseiam em resultados anteriores, obtidos nas cidades dos Estados Unidos. O processo deve ser previsto de forma que uma tabela a prazo longo seja revisada e apresentada cada ano, ao mesmo tempo ou antecipadamente à transmissão do orçamento anual. A parte referente ao primeiro ano do programa é, então, transformada em parcela do orçamento anual e como tal submetida à consideração da Câmara Municipal para, depois de estudados os projetos inclusos, transformar-se em decreto. Anualmente, o planejamento para mais um ano é acrescentado ao conjunto e as revisões necessárias são feitas nos projetos anteriormente estipulados e os projetos já executados são cancelados.

Embora ainda não se verifique assim na prática, é de desejar que o item do planejamento referente ao primeiro ano no programa de orçamento de investimentos seja encaminhado como seção à parte do orçamento anual.

Maiores detalhes sobre os processos de rotina para o orçamento de investimentos, inclusive formas usadas por alguns dos mais progressistas municípios dos Estados Unidos e meios para coordenação de dados, serão fornecidos ao Prefeito de Vitória, assim que forem solicitados.

"PLANO DIRETOR" PARA O MUNICÍPIO

AS EVIDÊNCIAS da falta de planejamento adequado para a cidade de Vitória são várias. O exemplo mais vivo, de certo, é o sistema completamente inadequado de suprimento e distribuição de água, que não acompanhou o crescimento da cidade e comunidades vizinhas.

A administração atual avançou a passo largo, criando o Plano de Obras e Empreendimentos, descrito em detalhe, anteriormente, neste capítulo. Mesmo esta medida, posta em andamento num miraculoso lapso de tempo, complementada pela criação de novas taxas para ajudar seu financiamento, deixa por pouco de ser um bem concebido e cuidadosamente engendrado "plano diretor" de longo alcance.

A Comissão de Estudos recomenda um programa intensivo de planejamento para Vitória. A criação de um departamento municipal de planejamento, adequadamente provido de pessoal — engenheiros, desenhistas, etc. —, será o mais importante requisito preliminar para essa realização.

A criação do plano deveria ser o trabalho conjunto de uma equipe e não apenas do Chefe do Executivo Municipal, sozinho.

Recomenda-se que seja organizada uma Comissão do Plano para atuar na política de ação destinada ao traçado do plano diretor. Tal grupo deveria reunir não só representantes do Governo Estadual e de algumas subprefeituras como da própria Prefeitura de Vitória. Deveria, ainda, incluir certo número de cidadãos que representassem os interesses coesos do município — não apenas proprietários e arquitetos, mas também operários, industriais, comerciantes, agricultores e outros profissionais.

Do trabalho dos dois grupos propostos — comissão da política de ação (Comissão do Plano) e grupo profissional ativo (Departamento Municipal de Planejamento) — resultaria o plano diretor, abrangendo o futuro desenvolvimento conveniente para Vitória, o uso adequado da propriedade privada, a localização geral e a extensão de todos os recursos públicos necessários ou reivindicados. Este, por sua vez, seria acompanhado dos planos econômicos correspondentes aos vários projetos propostos.

OUTRAS ATIVIDADES-MEIOS

GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO, CONCORRÊNCIA E ABASTECIMENTO

AS FUNÇÕES relativas a gerência dos bens patrimoniais, abertura de concorrências públicas e abastecimento de material, na Prefeitura, estão a cargo da Divisão do patrimônio do Departamento de Administração. Esta Divisão compõe-se de duas Secções: a Secção do Material, com seis funcionários (dois contratados), que é responsável pela abertura de concorrências para provimento de material e a Secção de Bens Patrimoniais (um funcionário) que gere os próprios municipais.

GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO

ATÉ há muito pouco tempo, não havia centralização nem do protocolo nem do controle dos imóveis municipais e quando existia protocolo, como no caso do material permanente (bens móveis), este era incompleto e mal feito. Atualmente, estudam-se planos, e alguns até já estão em andamento, para remediar tal situação.

Está sendo realizado um levantamento metódico, baseado em cadastros municipais, registros de escrituras, notas de cartórios e outras fontes semelhantes, a fim de identificar e descrever todos os bens imóveis da Prefeitura e, outrossim, averiguar a existência dos respectivos títulos de propriedade. O resultado final deste estudo será um conjunto de arquivos com dupla classificação — pela localização das propriedades e pelo nome do outorgante vendedor — para o fichamento de todos os bens imóveis que pertençam ou tenham pertencido à municipalidade. Estes arquivos conterão certidões de escritura, inscrição no Registro de Títulos e todos os outros documentos relativos ao direito de propriedade.

Há um plano, também, de se inventariar o material permanente (bens móveis) pertencente à Prefeitura. Já foram esboçados os formulários que devem ser usados na execução desse projeto. De acordo com os planos atuais, serão reunidos em um caderno (de folhas soltas) os dados de identificação que serão depois transcritos em fichas impressas e, finalmente, transferidos para cartões perfurados. Seria aconselhável suprimir as fichas impressas para simplificar e diminuir o trabalho, fazendo-se o lançamento diretamente do caderno para os cartões perfurados.

CONCORRÊNCIA E ABASTECIMENTO

O ATUAL processo de compra e abastecimento foi pôsto em prática a partir de 1.º de junho de 1954 apenas; portanto, não permite uma apreciação definitiva, uma vez que tal período experimental é quase insuficiente. Ocorre, ainda, que algumas deficiências vêm prejudicando o processo, sendo a falta de um almoxarifado adequado a mais importante delas.

De acordo com o processo atual, pequenas compras (até Cr\$ 50,00) podem ser feitas diretamente pelo departamento que as utilizará — por meio da “caixa pequena”. Para todas as outras compras, a secção que necessita o material prepara uma requisição que deverá ser aprovada sucessivamente pelos respectivos chefes hierárquicos e autorizada pelo Prefeito, mediante sua assinatura. Só então, a requisição é encaminhada à Secção do Material.

Se a compra for inferior a Cr\$ 200,00, qualquer secção poderá fazê-la diretamente, livre de concorrência pública ou outras formalidades. Quando for superior, haverá exigência de coleta de preços. Atualmente, só são convidados a participar da coleta aqueles fornecedores que a secção já conhece (isto é, a relação depende da memória dos funcionários da Secção do Material). Cogita-se, porém, da organização de um arquivo de fornecedores classificados pela categoria das utilidades que vendem. Um fornecedor só pode ser eliminado da concorrência, por lei, quando houver razões que assim o justifiquem.

Há dois processos estabelecidos para coleta de preços, os quais serão mencionados neste relatório sob as designações de “formal” e “informal”. O processo informal, teoricamente,

destina-se a compras de urgência — entretanto, na prática é quase que o único empregado. É realizado por meio de um pequeno formulário de coleta, distribuído somente entre os negociantes locais. Nas compras muito urgentes a coleta pode ser feita pelo telefone, ficando aberta no próprio pedido de licitação. O processo formal exigindo um formulário mais complicado é, em geral, mais trabalhoso.

As compras a serem efetuadas, pelo processo informal, podem ser autorizadas pelo Diretor da Divisão do Patrimônio e, pelo processo formal, terão que ser aprovadas pelo Prefeito antes de serem os documentos encaminhados à Secção do Material. Esta secção manda um aviso ao licitante vencedor acompanhado de instruções relativas à entrega, rotulagem e o mais. A mercadoria é, geralmente, entregue no almoxarifado, onde um funcionário a recebe, juntamente com a cópia do aviso de vencedor da coleta, depois de examinar a encomenda para certificar-se de que está de acôrdo com as especificações. (Quando o funcionário em questão não fôr um técnico, o exame por êle efetuado será, por fôrça da necessidade, um tanto superficial). É nessa ocasião que o fornecedor deverá apresentar a respectiva fatura.

Atualmente, quase não há mercadoria em depósito. Quase tôdas as compras são encaminhadas, em conjunto, ao departamento que as requisita e êste, por sua vez, distribui seu próprio material (pelo menos teóricamente) depois de inspecionado e aprovado. A relação do material é copiada igualmente para o arquivo geral, independentemente de ser o material armazenado por muito ou pouco tempo.

A escrituração da mercadoria para fins de contrôle orçamentário, é feita pela Secção do Material que pesquisa a disponibilidade de verbas com dotação própria antes de autorizar a transação. Quando já foi efetuada a entrega da mercadoria, a Secção do Material prepara um cheque bancário, assinado pelo seu chefe e pelo diretor da divisão, a favor do vendedor. (O fornecedor dá um recibo do cheque uma vez que os bancos no Brasil não devolvem os cheques descontados). Uma cópia do recibo da mercadoria, indicando o antigo e o atual saldo do respectivo item orçamentário, é enviada à Divisão de Contabilidade para pagamento e exame, podendo acontecer, entretanto, que o pagamento já tenha sido feito antes de ter a Divisão de Contabilidade recebido o devido aviso.

Os protocolos de financiamento e de contabilidade também devem ser encaminhados para um almoxarifado central, mas, na realidade, tal operação ainda não existe. O pagamento das compras é feito por meio de uma “caixa geral” (móvel) de Cr\$ 300 000,00 (usada unicamente para êsse fim). Assim que a Divisão de Contabilidade aprova a transação, o Tesoureiro fica autorizado a reabastecer a caixa. O item destinado a um departamento nas contas de empenho orçamentário só recebe do débito depois que êsse departamento tenha aceito o material, que, como ficou dito acima, pode ser entregue após o pagamento ao vendedor.

Como já foi dito antes, êste sistema é praticado há tão pouco tempo que qualquer apreciação sobre o mesmo se torna difícil, tanto mais que a falta de um almoxarifado central adequado é obstáculo dos mais sérios, atualmente, a uma apreciação justa. Em consequência desta falta, a operação é, agora, conduzida de maneira que sacrifica muitas das vantagens de um sistema de centralização de compras; basta dizer que compras por atacado — para uso geral —, são poucas vêzes ou mesmo nunca efetuadas. Seria mais aconselhável para a municipalidade intensificar seus esforços presentes no sentido de apressar a instalação de um almoxarifado central eficiente. Quando êste estiver pronto, a cidade poderá empreender um programa organizado para planejamento e consolidação das compras — programa êste, que por razões facilmente compreensíveis, ainda não foi iniciado.

Uma medida especial que exemplificaria as vantagens a serem obtidas por meio da centralização das compras seria a padronização e simplificação de formulários e outros materiais impressos de modo que não fôssem exigidos tantos detalhes em formulários apenas usados por uma única secção. Esta providência está intimamente relacionada à simplificação do expediente — assunto que será tratado com maiores detalhes em outra parte dêste relatório.

Um problema que requer o mais cuidadoso estudo é a elasticidade de exceções feitas em relação ao atual processo de compras descrito acima. Durante os dois primeiros meses do novo

sistema, pode dizer-se que muito menos da metade das compras realizadas seguiu o processo que aqui chamamos informal. Como exceção ao processo, ficam compreendidas algumas compras — como peças de veículos e outros artigos de representação exclusiva — para as quais não seria possível coletar preço. Mas, é tão excessivo o número de tais compras que esta justificativa não parece ter procedência para todos os casos apresentados. Informações contraditórias, se bem que oriundas de fontes diversas, não indicam a extensão em que a centralização das operações de compra é usada pelo Plano de Obras e Empreendimentos para aquisição de utensílios e material.

REGISTROS E ARQUIVOS

OS MÉTODOS usados para o controle e a transmissão, interna e externa, das comunicações no serviço municipal estão muito ligados aos sistemas de processo e protocolo.

As recomendações destinadas a estes assuntos deveriam ser baseadas em observações feitas em todas as unidades do governo municipal, uma vez que tais recomendações podem conduzir tanto à eliminação completa como a modificações radicais desses sistemas.

O sistema de protocolo inclui o registro e a numeração individuais de toda a correspondência encaminhada de acordo com o assunto à seção interessada e seu confronto, dentro e fora da seção, com o total da correspondência. Este sistema foi-se desenvolvendo a tal ponto que, às vezes, um documento tem que passar por todos os protocolos para caminhar de uma mesa para outra. O processo é formado numa pasta de arquivo na qual são reunidos todos os papéis relativos a uma determinada série de correspondência ou qualquer outro documento recebido, abrangendo uma complicada série de entradas dadas por funcionários de sucessivos níveis hierárquicos para registrar informações eventuais, indicar aprovação ou dar prosseguimento.

As demoras e dificuldades causadas pelo uso de processos poderiam ser grandemente evitadas; primeiro, pela delegação mais ampla de autoridade aos funcionários subalternos e, segundo, pelo uso de formulários bem traçados. Para analisar os melhoramentos que poderiam ser introduzidos no serviço de protocolo, o primeiro passo seria apurar, até que ponto, tão complexo controle serve, realmente, aos fins propostos — isto é, até que ponto facilitam a busca de um determinado documento ou material arquivado e quanto são necessários — isto é, até que ponto muitos documentos seriam desviados ou perdidos se não houvesse esse controle. Tal estudo indicaria, no mínimo, se é possível ou não eliminar os protocolos mantidos, atualmente, nas unidades secundárias da organização municipal.

ARQUIVO ATIVO

NO ARQUIVO ativo são mantidas diferentes seções para leis, decretos e (tanto para o Gabinete do Prefeito como para o Departamento de Administração) portarias (ordens administrativas), cartas, memorandos, telegramas e outros tipos de documentos. Todos esses arquivos são organizados em ordem numérica (segundo a cronologia). Existem índices alfabéticos remissivos, pelo menos, para os arquivos de cartas, mas esses índices são registrados em livros-fichários, guardando ordem alfabética apenas quanto à primeira inicial.

Seria recomendável transformar a classificação dos arquivos, organizando-os pelo nome do destinatário ou, no caso de leis, decreto e portarias, pelo assunto. O arquivamento cronológico da correspondência poderia ser feito por meio de pastas, mas talvez fôsse igualmente satisfatório fazer simplesmente referência cruzada da correspondência expedida, numericamente, num fichário ou mesmo num livro-fichário (O fichário de referência cruzada, de certo, constaria apenas do nome sob o qual o referido documento fôsse arquivado). Naturalmente, não só as cartas recebidas como toda a correspondência interna sobre o assunto seriam anexadas à pasta de correspondência expedida ou qualquer outro documento e, se uma carta relacionada à mesma transação entrasse posteriormente deveria também ser incluída no mesmo arquivo. Seria útil, por certo, preparar um fichário-índice remis-

sivo para correspondência, por assunto. Evidentemente, tal arquivo deveria agrupar toda a correspondência, quer tratando-se de cartas, telegramas ou outros quaisquer tipos de comunicação. É de notar-se que a recomendação seria a mesma no caso de ser ou não feita alguma modificação expressiva no uso dos processos.

ARQUIVOS GERAIS

OS arquivos gerais, no momento situados num edifício afastado da Prefeitura de alguns quarteirões, já estão inteiramente lotados. A culpa desta situação cabe grandemente a uma portaria municipal, baixada alguns anos atrás, que determina a guarda de todos os registros e arquivos municipais, de qualquer espécie, durante o prazo de 30 anos.

Os arquivos gerais deveriam ser expurgados e os documentos aí guardados seriam classificados pelos tipos, em geral, com prazo de retenção determinado para cada tipo. Poucas espécies de registros terão, com certeza, necessidade de ser guardadas por mais de 5 anos. Uma vez que a classificação dos documentos esteja realizada, o ato mecânico de esvaziar os arquivos pode ser feito pelo atual pessoal do expediente. Havendo oportunidade, seria útil tomar o conselho de arquivistas treinados, do governo federal ou de qualquer outro lugar, para preparar essa classificação, de forma que os documentos de valor histórico real possam ser identificados e preservados.

Se considerações de ordem jurídica tornarem necessária a retenção de alguns tipos de material volumoso, a municipalidade poderia estudar a possibilidade de mandar micro-filmar esses documentos, destruindo, em seguida, os originais.

BIBLIOTECA

ATÉ HÁ pouco tempo, a municipalidade mantinha uma pequena sala pública de leitura, funcionando juntamente com os arquivos gerais. A coleção de livros constava de um conjunto, relativamente bom, porém pequeno, de material de consulta e duma coleção de livros de ficção, em geral. Os empregados afirmam que esta sala de leitura era bem freqüentada. Foi fechada, recentemente, por medida de economia.

A manutenção de uma biblioteca pública seria uma atividade bem indicada à municipalidade e o interesse que os cidadãos mostraram dá a idéia de como souberam aproveitar o serviço oferecido. Não obstante, considerando-se o pequeno volume da coleção de livros e o fato de que esses só podiam ser consultados na sala de leitura, resta a dúvida de que o serviço que estava sendo mantido correspondesse ao valor do seu custo. Os bons ofícios prestados pela biblioteca estadual, localizada em Vitória, deveriam ser levados em conta no estudo desta questão.

Se a municipalidade acha conveniente continuar os serviços bibliotecários, a biblioteca deveria ser transferida para o Serviço de Cultura e Turismo e pelo menos um bibliotecário experimentado deveria ser designado para o serviço. A outra conduta seria a transferência para a biblioteca do Estado dos livros ou qualquer outro material, por empréstimo ou doação; se isto fosse feito, o espaço agora ocupado pela biblioteca ficaria disponível para abrigar outras atividades municipais.

TRANSPORTE E OFICINA

NA ÉPOCA em que este estudo foi feito, a Prefeitura de Vitória possuía vinte e nove veículos em funcionamento. Neste número estavam inclusos 17 caminhões, 4 jeeps, três camionetas, dois carros-pipas e dois automóveis. Todos esses veículos eram servidos por uma garagem central e todos, exceto quatro, nela permaneciam guardados durante a noite. A maior parte do equipamento está bastante usada e os mecânicos desenvolvem um grande engenho para conservá-la em serviço.

Numa tentativa para intensificar o controle sobre o uso da gasolina, a Prefeitura com-
prou, recentemente, uma bomba automática que contém um medidor para registrar a quan-

tidade de gasolina bombeada. Isto é parte de uma política geral da administração para aumentar a vigilância sobre o uso dos veículos pertencentes à Prefeitura. Um fator negativo nesta ação de controlar o uso dos veículos, entretanto, é o fato de os mesmos — ou não terem velocímetros ou terem velocímetros que não funcionam na ocasião. Não havendo possibilidade de fazer a leitura diária dos velocímetros nem de anotar na ficha de cada veículo, diariamente, o cômputo do consumo da gasolina, do óleo e dos pneus — na base da quilometragem —, torna-se quase impossível atingir a um grau conveniente de controle sobre os veículos.

É recomendável que os velocímetros desarranjados sejam imediatamente consertados e que sejam instalados velocímetros naqueles veículos que ainda não os tenham. Se parecer completamente impraticável a colocação de velocímetros em alguns dos veículos muito velhos, há uma sugestão alternativa que é a de calcular a extensão dos trajetos rodados pelos veículos que percorrem rota regular diariamente (por exemplo, os caminhões de lixo), e usar essa quilometragem estimada.

Uma vez que o montante da quilometragem seja encontrado, recomenda-se que o atual sistema de registro, usado para os veículos, seja ampliado, incluindo a quilometragem rodada e a despesa, por quilômetro, de gasolina, óleo, pneus, consertos, etc. Desta forma, o Chefe de Transporte e Oficina saberá se um veículo está usando demasiada gasolina, óleo, etc. pela comparação com veículos do mesmo tipo e poderá tomar medidas de precaução. A anotação da quilometragem também eliminará o uso provável das viaturas da municipalidade feito sem autorização.

PROCURADORIA

O PESSOAL destinado à Prefeitura Municipal compõe-se de 3 procuradores inclusive o Chefe, que está em licença por tempo indeterminado para tratamento de saúde.

Esta repartição dá parecer jurídico a todas as unidades executivas do governo municipal. Seu chefe interino preferiria que, com mais frequência, as consultas que lhe são feitas não se revestissem de formalidade, porque, na prática, quase todas elas são apresentadas por escrito, formando processo. Não há necessidade de requerimento ao Prefeito para obter tais consultas, pois podem ser feitas diretamente à Procuradoria.

Até há pouco tempo, nunca foi solicitada a esta Procuradoria qualquer cooperação no preparo de projetos de leis ou decretos municipais. Somente o Prefeito atual, algumas vezes, tem solicitado tais serviços; outros chefes nunca o fizeram.

Esta repartição não é obrigada, por lei, a fornecer pareceres jurídicos ao corpo legislativo, mas teria a máxima boa vontade em condescender se houvesse tais pedidos. Entretanto, a Câmara, que não dispõe de um consultor jurídico próprio, nunca solicitou tal ajuda.

Um dos maiores encargos da Procuradoria — ocupando, talvez, metade do tempo do expediente —, diz respeito às consultas sobre direitos e privilégios dos funcionários municipais. Estas são quase sempre formuladas pelos próprios funcionários e não pelos chefes de serviço ou representantes da administração. Estas consultas, geralmente em primeira instância, são encaminhadas ao procurador de ingresso mais recente na repartição, enquanto que ao chefe interino cabe a função precípua de recolher os impostos atrasados e outras contas de restos a pagar. (Função que, na realidade, deveria estar afeta ao Departamento de Finanças).

O chefe interino permanece em seu escritório na Prefeitura, apenas, cerca de 5 horas por dia. Não obstante, além dessas horas, expende uma média de 3 a 6 por semana tratando dos interesses do município na cidade e, ainda, devota uma parte apreciável de seu tempo livre aos assuntos jurídicos da municipalidade. (A bibliografia jurídica existente na Prefeitura é precária e, geralmente, suas pesquisas sobre o assunto são feitas, em casa, na sua própria biblioteca particular. Muitas vezes, também, é convocado pelo Prefeito em horas extraordinárias).

ÁGUAS E ESGOTOS

DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E OPERAÇÕES

Subordinação e organização dos Serviços

DE ACÓRDO com as informações obtidas, os serviços de água e esgoto para a população de Vitória pertenceram ao governo do Estado até o ano de 1939, quando foram transferidos, mediante escritura pública, para a Prefeitura, com todo o equipamento, instalações, mananciais e servidores, a título inteiramente gratuito.

Depois de algumas reformas internas da Prefeitura, os serviços de água e esgoto passaram a integrar a "Diretoria de Serviços Industriais e Permanentes", juntamente com os serviços de matadouro, mercados e feiras, limpeza pública, etc.

A atual estrutura dos serviços foi estabelecida, em linhas gerais, pela lei n.º 336, de 17 de dezembro de 1953, complementada pelo Regimento Interno baixado com o Decreto n.º 2 430, de 16 de janeiro de 1954.

A referida lei reorganizou os serviços internos da Prefeitura, procurando distribuir os seus encargos através de três grandes Departamentos e alguns órgãos menores, diretamente subordinados ao Gabinete do Prefeito. Dois desses Departamentos — o de Administração e o de Finanças — cogitam de questões relacionadas com as atividades-meios do Governo Municipal, isto é, Pessoal, Material, Documentação, Finanças, etc. Num único Departamento — o de Serviços Municipais — ficaram centralizados todos os serviços prestados ao público, com exceção do que se refere às manifestações culturais e ao fomento do turismo, que têm seu órgão próprio, diretamente ligado ao Prefeito Municipal.

Os serviços concernentes a água e esgoto estão afetos à Divisão de Água e Esgoto, que integra o Departamento de Serviços Municipais, juntamente com os seguintes órgãos:

- a) Divisão de Viação e Obras, compreendendo uma Secção de Planos e Projetos e outra que se incumba da execução e conservação;
- b) Divisão de Serviços Urbanos, compreendendo uma Secção de Serviços Industriais (Matadouro, Mercados e Feiras) e uma Secção de Logradouros, que cobre os seguintes serviços: limpeza urbana, cemitérios, conservação de parques, jardins, etc.;
- c) Serviço de Fiscalização, que não abrange a parte financeira e tributária mas apenas a fiscalização de obras e posturas;
- d) Serviço de Transportes e Oficinas, que não presta serviços ao público mas às demais dependências da Prefeitura;
- e) Setor de Administração, que se incumba das atividades ligadas à administração geral, especialmente no que se refere à articulação com os órgãos próprios do Departamento de Administração.

Dentro do Departamento de Serviços Municipais, a Divisão de Água e Esgoto está subdividida da seguinte maneira:

1. Secção de Planos e Projetos
2. Secção de Água e Esgoto
 - Setor de Águas
 - Setor de Esgotos

De acordo com o Regimento Interno da Prefeitura (Art. 47), compete à Divisão de Águas e Esgoto, de modo geral, planejar, executar, controlar, e fiscalizar os serviços municipais concernentes a:

- a) obras de construção, reconstrução e conservação relativas ao sistema de água e esgoto;
- b) conservação dos equipamentos, bens e instalações destinadas a esses serviços;
- c) polícia de instalações de água e esgotos executadas por particulares e entidades públicas;
- d) cumprimento das disposições do Código Municipal, relativas a água e esgoto;

- e) expedição de intimações e notificações, aplicação de penalidades previstas em lei ou regulamento;
- f) expedição de guias e concessão de licenças de sua alçada;
- g) apuração do custo e análise estatística de serviços;
- h) conservação da drenagem e canalização de águas pluviais;
- i) atualização e conservação das plantas do sistema de água e esgoto;
- j) elaborar orçamentos destinados à cobrança das novas instalações e ligações de águas e esgotos.

Na conformidade do artigo 48 do Regimento, as atribuições acima relacionadas, assim como outras da alçada da Divisão de Águas e Esgoto, são executadas:

- I — Pela Secção de Planos e Projetos, quando dizem respeito a planos, projetos, plantas, cálculos, orçamentos e outros aspectos correlatos;
- II — Pela Secção de Água e Esgoto, quando se refiram à execução, propriamente dita, das tarefas a cargo da Divisão.

Estabelece ainda o Regimento (fls. 25 e 26 do folheto) que compete:

I — Ao Setor de Águas:

- a) conduzir e fiscalizar o pessoal incumbido da construção, reparos e conservação das redes adutora e distribuidora;
- b) manter estreita vigilância no sentido de evitar o vazamento e desperdício d'água, nas vias públicas e nos domicílios;
- c) exercer rigorosa fiscalização sobre o pessoal operário, tendo em vista conseguir melhor rendimento do serviço;
- d) controlar o ponto do pessoal operário, fornecendo à Secção do Pessoal os elementos necessários à elaboração das folhas de pagamento;

II — Ao Setor de Esgotos:

- a) conduzir e fiscalizar o pessoal incumbido da construção, reparos e conservação das redes de esgotos;
- b) manter estreita vigilância no sentido de assegurar a conservação das redes de esgotos, sugerindo as medidas necessárias;
- c) exercer rigorosa fiscalização sobre o pessoal operário, tendo em vista assegurar maior rendimento aos serviços;
- d) controlar o ponto do pessoal operário, fornecendo à Secção de Pessoal os elementos necessários à elaboração das folhas de pagamento.

QUESTÕES DE PESSOAL

DE ACÓRDO com o artigo 21 da Lei n.º 336, que aliás obedece a princípio estabelecido na própria Constituição do Estado, “os cargos de direção e chefia das repartições municipais são considerados da confiança do Prefeito, que nomeará livremente os seus ocupantes, em comissão”.

A mesma lei instituiu (art. 21, parágrafo único) o regime de função gratificada para as chefias dos setores e turmas que, pelo artigo 2.º, § 1.º, o Prefeito ficou autorizado a criar e extinguir, para melhor distribuição dos encargos, desde que sejam respeitadas as linhas gerais estabelecidas em lei.

Nessas condições, são livremente providos pelo Prefeito, em comissão, os seguintes cargos:

- a) Diretor da Divisão de Água e Esgoto, diretamente subordinado ao Diretor do Departamento de Serviços Municipais;
- b) Chefe da Secção de Planos e Projetos, que, de acordo com o artigo 23, parágrafo único, da Lei n.º 336, só pode ser provido por engenheiro civil legalmente habilitado;
- c) Chefe da Secção de Água e Esgoto.

O Regimento Interno da Prefeitura discrimina, no Capítulo III, as atribuições do pessoal investido em funções de direção, supervisão e chefia (fls. 28 a 34 do folheto), abrangendo, assim, o Diretor do Departamento (art. 52), o Diretor da Divisão (art. 54) e os Chefes de Secção e Setores (art. 56). Quanto aos demais servidores lotados na Divisão, cabem-lhe as atribuições indicadas, em termos gerais, no artigo 58 do Regimento.

Como nas demais dependências do Departamento de Serviços Municipais, a Divisão de Água e Esgôto dispõe de pessoal fixo, de extranumerários e do chamado pessoal de obras. Este percebe pagamento à base de diárias e as outras duas categorias percebem salário mensal. Funcionários e extranumerários têm suas relações com a Prefeitura reguladas pelas leis aplicáveis aos servidores públicos, principalmente o Estatuto Estadual dos Funcionários, e, atualmente, o Código Municipal de Vitória. As relações de trabalho do pessoal de obras são disciplinadas pelas leis trabalhistas.

No momento, segundo as informações que pudemos colher, prestam serviços à Divisão de Água e Esgôto:

- a) Funcionários
 - 1 Diretor
 - 1 Chefe da Secção de Água e Esgôto
 - 1 Encarregado de Setor, que acumula os dois setores previstos no Regimento
- b) Extranumerários
 - 1 contínuo
 - 1 auxiliar de escritório
 - 3 cortadores de água
- c) Operários
 - 3 feitôres especializados, que têm a seu cargo a construção de obras novas
 - 2 feitôres
 - 11 bombeiros
 - 9 ajudantes de bombeiro
 - 3 fiscais da turma volantes
 - 5 encanadores
 - 3 ajudantes de encanador
 - 26 guardas que têm a seu cargo a vigilância da adutora
 - 11 trabalhadores

Os funcionários ocupam-se de funções de direção e supervisão; de modo geral cabem aos extranumerários funções burocráticas e de controle. Ao pessoal operário, sob a imediata direção dos feitôres, incumbem, propriamente, os serviços específicos afetos à Divisão.

ASPECTOS FINANCEIROS

A PREFEITURA de Vitória cobra taxas de água e esgoto, nas bases estabelecidas nos artigos 831 a 855 do Código Municipal. A referida taxa constitui a única rubrica que aparece, no Orçamento, sob a epígrafe "Renda Industrial" e produziu, nos últimos anos, a seguinte receita:

Anos	Receita Cr\$
1949	2 020 903,70
1950	2 284 160,30
1951	2 601 960,50
1952	2 865 084,90
1953	3 332 525,60

É de se notar que a renda proveniente das referidas taxas representa quase 10% do total da receita prevista para o exercício de 1954 (Cr\$ 4 000 000,00 para o total de Cr\$ 39 747 000,00). No conjunto das rendas da Prefeitura, apenas os impostos de indús-

tria e profissões (orçado em Cr\$ 16 150 000,00 no corrente exercício) e o predial (cujo rendimento está previsto em Cr\$ 5 500 000,00) apresentam maior produtividade do que as taxas em causa.

De acôrdo com as informações que nos foram fornecidas pelo Diretor do Departamento de Finanças, existem, cadastrados no referido Departamento, no Município de Vitória, 8 300 prédios e 700 terrenos, dos quais dispõem de ligações de água 6 386 e, de esgoto, 2 386. Mas a renda da taxa de água não provém somente do Município de Vitória pois que os municípios vizinhos de Espírito Santo (Vila Velha) e Cariacica são abastecidos pela Prefeitura de Vitória, existindo:

Em Espírito Santo — cerca de 2 700 ligações, produzindo a renda aproximada de Cr\$ 45 000,00 mensais ou seja, cerca de Cr\$ 540 000,00 anuais (13,5% do total da renda prevista);

Em Cariacica — cerca de 1 000 ligações, que produzem a renda de, aproximadamente, Cr\$ 18 000,00 mensais ou Cr\$ 216 000,00 anuais (5,4% do total da receita prevista).

De modo geral, a taxa de água incide sobre o valor locativo dos prédios, variando o seu mínimo de Cr\$ 10,00 por mês (valor locativo até Cr\$ 100,00) até Cr\$ 120,00 (valor locativo superior a Cr\$ 10 000,00 mensais). A proporção que sobe o valor locativo mensal, sobe também o mínimo da taxa fixa. O pagamento da taxa fixa mensal corresponde a um limite de consumo que também aumenta progressivamente, variando de 15 metros cúbicos (taxa de Cr\$ 10,00 mensais) até 60 metros cúbicos (taxa de Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 120,00 mensais).

O consumo excedente das quotas fixas mensais é cobrado na base de Cr\$ 2,50 por metro cúbico, utilizando-se hidrômetros para a respectiva medição. Acontece, entretanto, que apenas se encontra instalado o seguinte número de hidrômetros:

Vitória	413	(No Centro, Praia, Jucutuquara, Forte de São João, Santo Antônio, Avenida Vitória, Ilha do Príncipe)
Espírito Santo	79	
Cariacica	65	

A Prefeitura cobra ainda, mensalmente, a título de aluguel e conservação dos hidrômetros, taxas que variam entre Cr\$ 5,00 e Cr\$ 25,00, conforme a capacidade do aparelho. Quando esta ultrapassa 50 mm, a taxa é de 2% sobre o preço de custo do aparelho.

Convém assinalar que, nos termos do artigo 843 do Código Municipal, o valor locativo, para cobrança da taxa d'água, independente do valor locativo usado para efeito do imposto predial, é arbitrado pela Prefeitura, inclusive quando o imóvel estiver localizado fora do território do município. Pudemos apurar que tal disposição visa a possibilitar a melhoria da arrecadação nos municípios de Espírito Santo e Cariacica, onde é muito baixo o valor locativo fixado pelas respectivas Prefeituras.

Outra disposição interessante do Código é a que obriga ao pagamento da taxa d'água (art. 838) os prédios e terrenos situados à distância mínima de setenta metros da rede distribuidora mais próxima.

A taxa de esgoto corresponde a 50% do consumo de água previsto no artigo 831 da Lei.

Dentro do Município de Vitória, as taxas mínimas são cobradas simultaneamente com o imposto predial e territorial. Faz-se posteriormente a cobrança correspondente ao excesso de gasto, verificado pela leitura dos hidrômetros.

O Código prevê, nos artigos 846 e 847, acordos para a cobrança fora do território do município, a serem firmados com Prefeituras ou particulares. Atualmente, a cobrança é feita, na cidade de Espírito Santo, através da Prefeitura local, que, de acôrdo com as informações que obtivemos, às vezes retém indevidamente as importâncias arrecadadas.

Na cidade de Cariacica, a Prefeitura de Vitória mantém cobradores que procedem diretamente à arrecadação, de domicílio em domicílio.

De acordo com os elementos que tivemos oportunidade de compulsar, fornecidos pelo Departamento de Finanças (notamos que nem sempre coincidem com os constantes dos relatórios do Diretor dos Serviços) as despesas se distribuíram da maneira indicada no quadro anexo, excluídas as parcelas correspondentes à administração superior.

Comparado o total da despesa, em cada exercício, com o da respectiva receita, verificam-se os *superavits* indicados a seguir:

Anos	Receita Cr\$	Despesa Cr\$	Superavit Cr\$
1949	2 020 903,70	1 104 198,50	916 705,20
1950	2 284 160,30	774 262,30	1 509 898,00
1951	2 601 960,50	945 661,60	1 656 298,90
1952	2 865 084,90	1 109 484,60	1 755 600,30
1953	3 332 525,60	1 296 871,10	2 035 654,50

Para o exercício corrente, o orçamento prevê a receita de Cr\$ 4 000 000,00 e a despesa de Cr\$ 1 257 816,00 (excluídos os cargos de direção superior), assim discriminada:

	Cr\$
Pessoal fixo	34 200,00
Pessoal variável	1 043 616,00
Material de consumo	180 000,00

A execução orçamentária até o mês de julho último leva a crer que será alcançado, em 1954, o grande *superavit* previsto na lei orçamentária.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

Discriminação da despesa nos exercícios de 1949 a 1954

DISCRIMINAÇÃO	1949 (Cr\$)	1950 (Cr\$)	1951 (Cr\$)	1952 (Cr\$)	1953 (Cr\$)	1954 Janeiro a junho (Cr\$)
<i>Pessoal fixo:</i>						
Vencimentos	101 220,00	—	28 145,00	39 157,50	38 355,00	17 100,00
<i>Pessoal variável:</i>						
Salário de mensalistas	154 200,00	38 400,00	21 600,00	28 800,00	28 800,00	14 400,00
Salário de diaristas	601 599,70	676 179,30	726 908,90	827 488,90	928 689,10	457 635,90
<i>Material:</i>						
Material de conservação	49 991,80	29 683,00	49 174,00	42 495,20	90 000,00	114 664,20
Combustíveis e acessórios	—	30 000,00	19 965,50	21 543,00	30 000,00	21 033,00
Obras e melhoramentos	197 187,00	—	99 868,20	150 000,00	181 027,00	—
TOTAL . .	1 104 198,50	774 262,30	945 661,60	1 109 484,60	1 296 871,10	624 833,10

OUTROS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

DANDO organização tão racional quanto possível aos serviços internos da Prefeitura, a lei n.º 336, que os reestruturou, consagrou o princípio da centralização das atividades meramente administrativas, as quais devem ser conduzidas, no que se refere ao Departamento dos Serviços Municipais, através do Setor de Administração, que operará devidamente articulado com os órgãos próprios de Departamento de Administração.

De fato, o Regimento da Prefeitura estabelece, no artigo 51, que ao referido Setor de Administração compete, além de outros encargos de administração geral que se enquadrem na sua alçada:

- a) articular-se com os órgãos competentes do Departamento de Administração, prestando-lhe a devida cooperação;
- b) velar pela observância da legislação e normas de trabalho;
- c) redigir o expediente que não seja peculiar a outros órgãos do Departamento;
- d) rever o expediente oriundo de outros órgãos, para fins de padronização;
- e) centralizar os trabalhos de mecanografia;
- f) promover a publicação e registro de atos, decisões, intimações, editais e avisos;
- g) preparar o expediente a ser assinado pelo Diretor do Departamento ou por este submetido a despacho ou assinatura do Prefeito;
- h) controlar a entrada, distribuição e andamento da correspondência, publicações, comunicações e demais documentos;
- i) expedir a correspondência, publicações, comunicações e demais documentos;
- j) prestar informações quanto ao andamento de papéis;
- k) manter na devida ordem o arquivo de expediente do Departamento;
- l) fiscalizar e controlar o ponto do pessoal lotado no Departamento, articulando-se, diretamente, com a Secção de Pessoal do Departamento de Serviços Gerais;
- m) organizar e manter atualizada a coletânea de leis de interesse do Departamento, distribuindo cópia aos serviços interessados;
- n) organizar as folhas de pagamento do pessoal operário;
- o) atender às obrigações decorrentes das obrigações do Departamento perante os Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadorias, quanto ao cumprimento das leis de Previdência Social;
- p) superintender as relações entre o Departamento e as Companhias seguradoras contra acidentes de trabalho, relativamente ao pessoal operário segurado;
- q) coligir e coordenar os dados necessários à elaboração dos relatórios do Diretor do Departamento;
- r) requisitar e controlar os adiantamentos de numerário autorizados pelo Diretor.

A Divisão de Água e Esgoto está instalada no prédio anexo ao edifício-sede da Prefeitura, em condições bastante precárias, pois que ocupa apenas duas salas de dimensões reduzidas.

Dentro do princípio da centralização, na Divisão do Patrimônio (D A), das compras da Prefeitura, o abastecimento de material à Divisão é feito através do preenchimento de modelo próprio de requisição, firmado pelas seguintes pessoas: funcionário requisitante; Diretor da Divisão e Diretor do Departamento de Serviços Municipais. O Prefeito autoriza o fornecimento e a Divisão de Patrimônio, após o processo de compra, entrega-o à Divisão de Água e Esgoto, que o mantém em depósito, em certos casos.

Observa-se neste ponto, que, segundo consta dos relatórios compulsados, o Governo do Estado auxilia bastante a Prefeitura, no que diz respeito ao fornecimento de material e equipamento necessários às obras novas do Serviço de Água e Esgotos

A atividade burocrática da Divisão é relativamente reduzida, pois a própria natureza dos seus encargos faz com que os assuntos tenham de ser rapidamente resolvidos. Não foi possível obter estatísticas do expediente que transitou pela Divisão, com referência, exclusivamente, aos serviços de água e esgoto. Mas será, talvez, interessante atentar para o quadro abaixo, em que aparece o movimento relativo à antiga Diretoria dos Serviços Industriais e Permanentes, a qual compreendia, antes de janeiro deste ano, os seguintes

serviços: água e esgoto; limpeza pública; parques e jardins; matadouros; mercados; cemitérios; iluminação e eletricidade:

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIDOS		EXPEDIDOS	
	1952	1953	1952	1953
Ofícios	522	673	560	414
Petições	398	521	—	—
Memorandos	85	232	493	566
Boletins	23	35	—	—
Portarias	9	28	—	—
Intimações	—	—	58	123
Certidões	—	—	6	17

São muito precárias, outrossim, as atividades da Divisão no que concerne à documentação. Basta referir que não existem plantas, mapas e dados cadastrais referentes às rêdes de água e esgoto.

EXAME DA SITUAÇÃO

COMO geralmente sucede na quase totalidade das cidades brasileiras, é bastante precária a situação dos serviços de água e esgoto que a Prefeitura de Vitória oferece aos habitantes do Município. A capital do Espírito Santo, como aliás todo o Estado, vem passando por uma fase de grande desenvolvimento, o que tende a agravar a situação, dia a dia, se medidas urgentes e precisas não forem adotadas para normalizar a situação.

Refere o Prefeito, em seu relatório relativo a 1953, que, de 1948 até esse ano, foram feitas 2 905 ligações de água, tendo o consumo aumentado de 4 000 m³ diários, admitindo-se a média teórica de consumo de 200 litros por pessoa-dia. Quanto ao serviço de esgoto, reconhece o Prefeito que “a solução definitiva do problema depende de recursos muito acima da capacidade financeira do município”, já tendo sido adotadas algumas providências para contornar a situação (fábrica de material de drenagem, com capacidade de produzir até 100 tubos de 1 metro por dia, com 30 centímetros de diâmetro, etc.).

Sente-se que três grandes aspectos desse problema devem ser devidamente focalizados, para que mereçam a melhor atenção de quem de direito: o da subordinação dos serviços, o da necessidade de serem executadas obras de vulto e o da conveniência de ser elaborado um plano para essa execução e seu financiamento.

Paralelamente com essas questões de maior envergadura, outras serão indicadas e examinadas no decorrer do presente relatório.

A SUBORDINAÇÃO DOS SERVIÇOS

CONFORME ficou registrado, os serviços de água e esgoto passaram à subordinação da Prefeitura em 1939, vindo a integrar, em 1953, o Departamento de Serviços Municipais, depois de haverem figurado, juntamente com outras atividades, na extinta “Diretoria de Serviços Industriais e Permanentes”.

Ao estudar, pela primeira vez, a reforma dos serviços municipais de Vitória, encontraram-se não só o Prefeito Municipal, como a quase unanimidade dos Diretores e Chefes de Serviço da Prefeitura convencidos de que seria conveniente aos interesses da Municipalidade retornarem esses serviços ao Governo Estadual. Por esse motivo, figuram no projeto encaminhado pelo Prefeito a exame da Câmara os seguintes dispositivos: (Art. 25, § 1.º e 2.º):

“É o Prefeito Municipal autorizado a promover a restituição, ao Governo Estadual, dos Serviços que, nos termos da presente lei, se subordinam à Divisão de Água e Esgoto.

A efetivação da transferência dependerá de prévia autorização da Câmara.”

Uma vez que o Governo Estadual não estabelecesse, para a aceitação dos serviços, condições demasiado onerosas ou inconvenientes para a Prefeitura, justificar-se-ia a transferência, pelos seguintes motivos:

- a) o serviço de água, que normalmente é da competência do município, assume, no caso de Vitória, caráter intermunicipal, por isso que são servidas pela mesma rede áreas urbanas, suburbanas e rurais de outros municípios (Espírito Santo e Cariacica);
- b) o Estado tem muito maior capacidade financeira para fazer face às obras de vulto que os serviços estão a exigir;
- c) a Prefeitura defronta certos problemas com a arrecadação da taxa de água, não só quanto às repartições estaduais como também nos outros municípios servidos;
- d) não poderia a Prefeitura recorrer, para o custeio de obras, à cobrança de "contribuição de melhoria" dentro de outros municípios.

Examinando, agora, com maior profundidade, os pormenores da questão, chega-se à conclusão de que teria sido um erro, com toda a certeza, a restituição de tais serviços ao Governo do Estado.

De fato, militam em favor da conservação de tais serviços na competência municipal os seguintes argumentos:

- a) teoricamente, os serviços de água e esgoto devem ser enquadrados na alçada do Governo Municipal. No Brasil, pode-se mesmo dizer que são os mais importantes do âmbito de ação dos Municípios;
- b) no caso de Vitória, excluídos esses serviços da alçada municipal, muito pouco — de real importância para os munícipes — ficaria para ser feito pela Prefeitura, como se pode verificar mediante sumária inspeção do seu organograma;
- c) as despesas de operação do sistema podem ser perfeitamente cobertas pela arrecadação das taxas correspondentes;
- d) fornecimento de água a outros municípios empresta ao de Vitória uma situação de prestígio e pode concorrer para aumentar sua receita, uma vez sejam adotadas medidas que anulem os inconvenientes agora verificados;
- e) a própria Prefeitura pode encontrar meios de realizar as obras de vulto que os serviços exigem, recorrendo, inclusive, à maior cooperação do Estado, que aliás não lhe tem faltado, em escala menor;
- f) os problemas relacionados com a arrecadação da taxa podem ser solucionados, mediante acôrdo com o Estado e com as municipalidades interessadas;
- g) os serviços da Prefeitura de Vitória, relacionados com o abastecimento de água nos municípios vizinhos, podem ser simplificados desde que sejam adotadas medidas adequadas.

NECESSIDADE DE GRANDES OBRAS

É FORA de dúvida que simples medidas de natureza administrativa, como as que adiante serão referidas, poderão contribuir para melhorar um pouco os serviços de água e esgoto a cargo da Prefeitura de Vitória. Mas o fato é que a regularização definitiva desses serviços depende da execução de obras de grande porte, que transcendem as possibilidades técnicas e financeiras normais da municipalidade.

No que se refere ao abastecimento de água, as grandes esperanças da população residiam na barragem de Duas Bôcas, que, com a capacidade de 7 500 000 metros cúbicos, seria suficiente para atender ao suprimento nos meses de seca (julho a outubro). Essa barragem, entretanto, iniciada em 1945, não chegou a funcionar. Verificou-se infiltração, em janeiro de 1952, já em fase de represamento de água — o que resultou na necessidade de se proceder ao esvaziamento da represa e sua conseqüente reconstrução, que o Estado vem custeando.

Não é somente o represamento de água que se faz necessário. Além da linha adutora, que talvez tenha de ser substituída, impõe-se a construção de reservatórios já que o único existente, com a capacidade de 6 000 litros, leva água até a 15 quilômetros de distância.

No seu relatório de 1953, assinala o Prefeito que a rede distribuidora nem sempre está dentro dos diâmetros necessários. Muito antiga, essa rede permite vazamentos prejudiciais ao abastecimento. Calcula o Prefeito que um terço da água destinada ao abastecimento se perde em vazamento e desperdício.

Está sendo examinada, pelos Governos interessados, a possibilidade de aproveitamento do Rio Marinho, suficiente para assegurar o satisfatório abastecimento de Vitória e vizinhanças, por muitos e muitos anos.

Ao que parece, a única sugestão que se poderia fazer ao Prefeito, relativamente à matéria do presente capítulo, seria no sentido de que entregasse o seu estudo a firmas qualificadas, de maneira que, examinada sob o ponto-de-vista técnico, pudessem ser adotadas as providências de ordem administrativa e financeira recomendáveis.

Segundo parece, está havendo uma certa desorientação em torno da matéria — por isso que se está cogitando, simultaneamente, da reconstrução da barragem e do aproveitamento do Rio Marinho — quando, aparentemente, uma dessas providências poderia e deveria excluir a outra. Qual será a mais indicada — do ponto-de-vista técnico, prático e econômico —, é o que competiria aos entendidos fixar, para que todos os esforços se concentrassem na sua concretização.

PLANO DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS OBRAS

AS GRANDES obras necessárias à regularização dos serviços de água e esgoto prestados à população de Vitória e circunvizinhanças não podem, de forma alguma, ser executadas dentro das possibilidades técnicas e financeiras normais da Prefeitura. Terá esta, conseqüentemente, de recorrer a medidas excepcionais para o planejamento, execução e custeio dos trabalhos.

Nessas condições, uma vez reconheça a conveniência de que tais serviços continuem afetos à Municipalidade, caberia ao Prefeito, após os estudos técnicos referidos no capítulo anterior, organizar um plano de trabalho e financiamento, a prazo mais ou menos longo, que assegurasse, através da continuidade administrativa, a consecução dos objetivos visados.

Bem estudada a matéria, poderia ser elaborado, pelo menos, um plano de 4 anos, a ser executado durante o mandato do novo governo, que se empossa em janeiro vindouro.

Não seria difícil obter a decisiva cooperação do governo do Estado em empreendimento que, mais do que qualquer outro, contribuiria para recomendá-lo à estima e aprêço dos habitantes de Vitória e circunvizinhanças. E de se notar que o próprio Governo Federal poderá colaborar na execução de um programa dessa ordem, o que farão também estabelecimentos particulares de crédito. Além disso, poderia a Prefeitura recorrer à emissão de títulos para custeio das obras.

De qualquer maneira, entretanto, um plano dessa ordem somente deveria ser formulado depois de conhecidas, nas suas minúcias, as reais necessidades dos serviços e os melhores processos técnicos indicados para solução dos problemas ocorrentes.

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

FOCALIZADAS, nos três capítulos anteriores, as questões de maior envergadura, relacionadas com os serviços de água e esgoto da Prefeitura de Vitória, cabe agora entrar no exame dos problemas administrativos correlatos ou dependentes de providências menos complexas por parte do Governo Municipal.

Relativamente à atual estrutura da Divisão de Água e Esgoto, cumpre observar, preliminarmente, que a sua subordinação ao Departamento de Serviços Municipais foi dada, principalmente, pela circunstância de que os respectivos serviços deveriam ser trans-

feridos para o Governo Estadual. Nos termos do projeto que se transformou na lei n.º 336, essa transferência não importaria em qualquer nova modificação na estrutura do referido Departamento.

Firmando-se, agora, o princípio de que tais serviços devem permanecer na Prefeitura, e dispondo-se esta, como é necessário, a levar a efeito as obras indispensáveis para sua regularização, força é reconhecer que o órgão encarregado desses serviços deve ser diretamente subordinado ao Prefeito, erigido à categoria de Departamento, dirigido por um especialista credenciado e dotado dos meios indispensáveis à consecução dos seus objetivos. (Excluindo, por parecer inconveniente, a possibilidade de haver 2 órgãos inteiramente autônomos, um para tratar dos problemas de água e outro das questões de esgoto).

Evidentemente, o novo Departamento teria de ser dotado de órgãos de estudos e planos e órgãos de execução e conservação, além de um setor puramente administrativo, que se incumbisse de articulação com os órgãos de administração geral e, privativamente, se encarregasse das atividades-meios ligadas às atividades de linha.

Seria demasiado oneroso para a administração, e poderia acarretar sérios problemas de organização e competência, a divisão do Departamento em dois grandes órgãos, como por exemplo Divisão de Água e Divisão de Esgoto, cada qual dotado de um órgão de estudos e planos e outro de execução e conservação. Por isso, considerada a íntima relação existente entre os dois serviços, a maior divisão do Departamento deveria ser feita da seguinte maneira:

- a) Setor de Administração
- b) Divisão de Planos e Projetos
- c) Divisão de Execução e Conservação

Cabe observar, entretanto, que qualquer modificação na atual hierarquia da Divisão de Água e Esgoto acarretará outras alterações mais ou menos importantes no quadro geral da Organização da Prefeitura. Assim, por exemplo, terá de ser pelo menos modificada a denominação do atual Departamento de Serviços Municipais, já que não lhe ficarão subordinadas tôdas as atividades de linha do Governo Municipal. Por outro lado, cumpriria verificar a conveniência de ficarem ligados ao mesmo Departamento atividades como as de mercados e feiras, matadouros, fiscalização, etc.

Outro ponto que teria de ser mais detidamente examinado é o referente à subordinação do Serviço de Transportes, que a reforma da Prefeitura subordinou ao Departamento de Serviços Municipais exatamente porque êsse órgão reunia quase tôdas as atividades-fins do Governo Municipal e quase monopolizava, conseqüentemente, a utilização dos veículos de propriedade da Prefeitura. Desde, porém, que existam dois ou mais órgãos de linha, parece que os serviços de transportes deveriam ser conduzidos à sua subordinação natural e lógica, que é o Departamento de Administração, órgão centralizador das atividades-meios da Prefeitura.

QUESTÕES DE PESSOAL

OS PROBLEMAS de pessoal da Prefeitura de Vitória foram especificamente estudados por outro membro desta Comissão, pelo que muito sumárias serão as presentes observações a respeito.

Desejamos, apenas, ressaltar a necessidade de serem recrutados elementos qualificados — como engenheiros, desenhistas e outros técnicos — a fim de preencherem os cargos decorrentes da reforma estrutural acima recomendada. Aliás, mesmo que se mantenha a atual situação, faz-se necessário o imediato provimento de certos cargos-chaves que se encontram vagos, como o de Chefe da Secção de Estudos e Planos — que, por força da lei n.º 336, terá de ser ocupado por um engenheiro civil, e de chefe de um dos Setores em que se subdivide a Secção de Água e Esgoto.

Vale acentuar, nesta oportunidade, que a falta de pessoal especializado nos vários campos administrativos constitui uma das maiores deficiências da Prefeitura. No caso dos Serviços de Água e Esgoto, por exemplo, a simples admissão desse pessoal poderia con-

tribuir, decisivamente, para resolver certos problemas administrativos que entravam, dificultam e oneram o funcionamento do Governo Municipal.

Dentre esses problemas pode ser citado, desde logo, o da injustificável inexistência, na Divisão, de plantas, mapas e dados cadastrais referentes aos Serviços.

Relacionado, ainda, com a administração de pessoal, pode ser citado o defeituoso sistema de inspeção de hidrômetros, pois, como se pôde verificar pelas fichas correspondentes, além de ser muito reduzido o número de hidrômetros instalados, muitos deles não estão funcionando, como seria de desejar.

ASPECTOS FINANCEIROS

A GENERALIZAÇÃO do uso de hidrômetros é recomendável não só para evitar a evasão de renda como também para conter o desperdício da escassa água destinada à distribuição. Basta atentar nos dispositivos que regulam a arrecadação da taxa d'água para verificar-se o montante a que pode atingir a evasão, em decorrência da falta de hidrômetros.

Fôrça é reiterar, nesta oportunidade, a conveniência de ser intensificado e melhorado o sistema de inspeção de hidrômetros, pois, conforme já foi registrado em outro ponto, ao examinar as fichas respectivas verificou-se que muitos deles não estão funcionando, o que, evidentemente, contribuiu para a evasão de renda e o desperdício. Diz-se, inclusive, que não está funcionando o hidrômetro instalado no Cais do Pôrto — que é, necessariamente, dos maiores consumidores da água de Vitória.

Outros aspectos que merecem detido estudo são os referentes às isenções das taxas e ao fornecimento de água às repartições estaduais e federais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

DIANTE do que ficou exposto nas duas partes anteriores do presente capítulo deste relatório, cabe a esta Comissão, relativamente aos serviços de Água e Esgoto, propor, sugerir e recomendar ao Prefeito de Vitória as seguintes providências:

1. Conservação, na Prefeitura, dos serviços de água e esgoto, ao invés de sua transferência ao Governo Estadual;
2. Estudo, por parte de entidades qualificadas, das questões de engenharia e hidráulica relacionadas com os serviços, visando à sua normalização definitiva;
3. Organização de plano de financiamento e execução das grandes obras que terão de ser executadas;
4. Transformação da Divisão de Águas e Esgoto em Departamento e transferência do Serviço de Transporte e Oficina para o Departamento de Administração;
5. Adoção de providências para que sejam efetivamente observadas as linhas de organização e as normas de trabalho que devem decorrer da estruturação dos serviços;
6. Provimento dos cargos de direção atualmente vagos, recrutamento e admissão do pessoal especializado necessário para atender à nova orientação a ser dada aos serviços;
7. Estudo metódico dos aspectos financeiros do problema, em conexão com os novos planos de trabalho que forem estabelecidos;
8. Instalação adequada e aparelhamento suficiente para que os serviços possam ser executados com normalidade;
9. Levantamento topográfico das redes de água e esgoto, preparo de mapas, plantas e outros elementos cartográficos e cadastrais;
10. Generalização do emprêgo de hidrômetros;
11. Aperfeiçoamento do sistema de inspeção de hidrômetros

OUTRAS ATIVIDADES DE LINHA

A ADMINISTRAÇÃO de cada uma das atividades de linha do governo municipal foi estudada, mas só foram comentadas com detalhe aquelas atividades em que se faz sentir real necessidade da introdução de modificações importantes.

Por esta razão, as sugestões referentes às atividades de parques e jardins, iluminação, viação e obras — todas afetas ao Departamento de Serviços Municipais — estão reunidas, de um modo geral, neste capítulo, se bem que Limpeza Urbana, Cemitério Municipal, Matadouros, Mercados e Feiras, sejam tratadas, separadamente, nas secções que se seguem.

A necessidade de uma fiscalização mais rigorosa sobre todas as atividades exercidas por operários pareceu muito viva aos membros da Comissão de Estudos, por ocasião da visita que fizeram às turmas de trabalhadores. A falta de veículos motorizados tem sido um fator negativo, porém, sugere-se que essa deficiência seja minorada pela aquisição de motocicletas para serem postas à disposição dos chefes de secção responsáveis pelo trabalho das turmas de operários.

Deve ser feito um levantamento da iluminação urbana. Desde 1950, não há sequer uma relação sobre a mesma.

LIMPEZA URBANA

A LIMPEZA Urbana de Vitória estão afetos: a remoção do lixo e do entulho, a varrição das ruas, capina, limpeza de bueiros e irrigação das ruas.

COLETA DE LIXO E ENTULHO

A COLETA do lixo e do entulho é realizada por quatro turmas compostas, cada uma, de um motorista de caminhão e quatro lixeiros. O entulho e o lixo, que são misturados, são recolhidos diariamente, exceto aos domingos, de todos os edifícios e residências das áreas urbanas consideradas acessíveis aos caminhões.

A retirada nas residências e edifícios comerciais é feita durante as horas da manhã. As turmas começam a trabalhar às 5 horas e terminam às 11 horas. Uma ou duas dessas turmas apanha o refugo industrial na parte da tarde.

Cada caminhão percorre uma determinada zona da cidade, mas até agora não há roteiro obrigatório, embora já haja planejamento para estabelecer tal roteiro. O lixo é colocado em "latas-de-lixo" nas portas das ruas e os lixeiros vão apanhando de um lado e de outro enquanto o caminhão vai recolhendo no centro da rua. Os caminhões são descarregados num depósito da Ilha do Príncipe, onde há dois homens contratados para ajudar as turmas a descarregar os caminhões e transportar a carga para o depósito. As turmas de lixeiros acompanham o caminhão em seu trajeto, para lá e para cá, da cidade para o depósito.

Mais de metade das residências urbanas, no momento presente, não são atendidas pelo serviço de coleta. Estas são, principalmente, as casas de ruas sem calçamento na parte enladeirada da cidade e as que, não sendo localizadas no alinhamento das ruas, são inacessíveis. Esses moradores desfazem-se do lixo e do entulho como bem entendem — ou enterrando, ou queimando ou, simplesmente, empilhando, o que acarreta aqueles resultados inevitáveis: falta de estética e insalubridade.

Embora o horário oficial das turmas de lixeiros residenciais e comerciais seja de 5 às 11 horas da manhã, elas têm permissão para largar o trabalho logo que terminem o setor que lhes é designado. As observações feitas durante o curso deste estudo indicam que esta prática é causadora da pressa e conseqüente descuido com que as turmas retiram o lixo e o entulho, criando um outro problema para os limpadores das ruas.

Outro fator que concorre para que o entulho seja deixado, largado, pelas ruas é que muitas das latas-de-lixo usadas pelas donas-de-casa e firmas comerciais estão em condições muito precárias. O resultado é que as turmas de lixeiros, talvez pelo incentivo que

têm para apressar o trabalho, talvez pelo fato de as latas do lixo não serem adequadas para conter o lixo e os restos até a retirada dos mesmos, deixam muito lixo cair nas ruas e não procuram apanhá-lo.

Para ajudar a cidade de Vitória a se tornar mais limpa e, portanto, um lugar mais aprazível para morar ou visitar, recomenda-se que as seguintes medidas sejam tomadas:

Que as turmas de lixeiros sejam mais rigorosamente fiscalizadas e que sejam obrigadas a trabalhar o dia inteiro e não tenham permissão para largar logo que terminem determinada rota. Que recebam vassouras para que possam juntar o lixo que deixam cair.

A Prefeitura está envidando esforços para aumentar a eficiência do sistema de coleta de lixo pela extensão das rotas até abranger residências que não são servidas atualmente. Esse é um esforço louvável ao qual se deveria dar imediata atenção.

A Prefeitura poderia tomar medidas severas que obrigassem a observar o tipo e as condições das latas-de-lixo permitidos para a coleta de lixo e entulho.

LIMPEZA DAS RUAS

A LIMPEZA da rua é feita a mão por uma turma de 28 homens que empregam no seu trabalho vassouras e carrêtas. Cada homem tem uma seção de ruas calçada que lhe cabe varrer, pelo menos, uma vez por dia. O horário desses garis é das 7 horas da manhã às 16,30 horas, de segunda a sexta-feira e das 7 às 11 horas da manhã, aos sábados.

Era opinião geral da Comissão de Estudos que as ruas de Vitória não são tão limpas quanto poderiam ser se maior atenção fôsse dada a esse problema. Vários são os fatores a que se pode atribuir tal fato. Um deles é que os varredores começam seu trabalho umas duas horas antes de abrir o comércio e os caixeiros varrem os fragmentos acumulados, do dia anterior, em suas lojas e calçadas na sargeta, quase sempre depois de os varredores terem passado pela zona, e o resultado é que o lixo permanece na rua o dia inteiro, em baixo dos carros estacionados. Outro problema, que já foi mencionado, é o fato de que os lixeiros muitas vezes salpicam sujeira nas ruas e nas calçadas e não apanham depois. Tanto pode ser falta geral de fiscalização nos serviços de limpeza das ruas como pode ser falta de capricho geral por parte dos próprios garis que não prezam o trabalho que executam — mas a verdade é que os varredores das ruas parecem executar, apenas, os movimentos de quem varre sem a menor preocupação com os resultados que possam obter.

Os varredores de ruas deverão ser mais severamente fiscalizados, deverão ser estimulados a fazer um serviço melhor e abastecidos com melhor equipamento, de acordo com as necessidades.

Sempre que houver lugar, lixeiras cobertas devem ser colocadas nos passeios e o povo deve ser convidado, por meio de campanhas educativas, a depositar seus restos nestas latas, em vez de fazê-lo no meio da rua.

Uma campanha geral para uma cidade mais limpa deve ser encetada e encabeçada pela cooperação de jornais e grupos cívicos.

Outra maneira provável de manter a cidade limpa seria deixar as turmas de lixeiros no local onde acabaram de carregar o caminhão em vez de transportá-las para lá e para cá, da cidade para o depósito, ao mesmo tempo, ordenando-lhes que se ocupem em fazer uma completa limpeza da área, enquanto esperam a volta do caminhão. Naturalmente, deverão receber, para isso, vassouras e pás.

CAPINAÇÃO

A MAIOR despesa sob o epígrafe de Limpeza Urbana é a despendida com o corte e remoção de ervas daninhas. Mais de 30 homens são empregados em 3 ou 4 turmas que estão constantemente trabalhando, capinando ao longo das ruas da cidade. Cada uma dessas turmas está sob a vigilância de um feitor que fiscaliza mas não ajuda no trabalho.

Tratando-se do município da capital, com muitas instituições estaduais, tanto no centro da cidade como nas áreas adjacentes, a consequência natural é que os mortos pertencentes a tôdas essas instituições vão encontrar seu repouso eterno no Cemitério de Santo Antônio.

A receita e a despesa do cemitério durante os últimos quatro anos e meio são as seguintes:

<i>Ano de janeiro a junho</i>					
	<i>1950</i>	<i>1951</i>	<i>1952</i>	<i>1953</i>	<i>1954</i>
	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>	<i>Cr\$</i>
Receita	88 580,00	121 600,00	127 500,00	201 030,00	161 967,00
Despesa	78 272,00	153 957,00	268 672,00	251 909,00	119 654,00
Lucros e Per-					
das (—) .	10 308,00	— 32 357,00	— 141 172,00	— 50 879,00	43 313,00

(Cruzeiros arredondados, zeros eliminados) .

Como se pode ver, o cemitério tornou-se auto-suficiente durante a primeira metade de 1954, pela primeira vez em cêrca de quatro anos, principalmente devido ao fato de que uma tabela mais ampla, de preços mais elevados, foi posta em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1954.

Um estudo sôbre os registros mantidos no cemitério mostrou que havia falta de detalhes suficientes para trazer o Prefeito e o Departamento de Finanças convenientemente informados quanto ao andamento material e financeiro do cemitério.

Um registro-módêlo deveria ser preparado para o cemitério, numerando cada sepultura e nicho, incluindo registros da receita do mesmo, tudo isso de tal forma que permitisse um confronto periódico feito pelo Departamento de Finanças para assegurar se a anotação da receita do cemitério está fiel.

Tôdas as taxas, exceto as sôbre sepulturas perpétuas, estão, no momento, sendo cobradas pelo administrador do cemitério e o recolhimento dessas taxas é feito apenas duas vêzes por mês. Nem uma cópia do registro da receita existe no Departamento de Finanças, atualmente. Parece que êsses recolhimentos deveriam ser feitos, pelo menos, semanalmente e, se possível, duas vêzes por semana, considerando-se a quantidade de dinheiro que está sendo permitido acumular no cemitério. As cópias do registro das rendas deveriam ficar na administração do município, não só no Departamento de Finanças como no Departamento de Serviços Municipais.

A Comissão de Estudos chegou a conclusões definitivas quanto aos tipos de registro que irão facilitar um contrôle mais severo sôbre a administração do cemitério e que serão mais apropriados para ajudar o Prefeito e o Diretor de Finanças, mais tarde, a planejar tais registros e pô-los em bom funcionamento.

MATADOUROS

A PREFEITURA mantém um matadouro, que está localizado alguns quilômetros para fora do perímetro urbano, na Baía de Vitória. Nesse estabelecimento, a Prefeitura abate e quarteja gado para os marchantes que vendem a carne aos açougueiros da cidade de Vitória. A Prefeitura cobra taxas pelos serviços prestados no matadouro.

Todos os tipos de carne verde são abatidos pelo matadouro, mas atualmente, só bovinos estão sendo abatidos na proporção de 50 cabeças por dia. As taxas cobradas, de acôrdo com o Código Municipal, são as seguintes: Cr\$ 0,30 em quilo para retalhadores, Cr\$ 6,00 por cabeça para limpeza das vísceras e Cr\$ 5,00 por cabeça para entrega aos açougueiros. Além dêsses encargos, há ainda as taxas de aluguel de curral, salgagem de couros e carnes e preparo de sebo.

A entrega das carcassas é feita pela lancha ou caminhões municipais. A capacidade da lancha é para 40 carcassas e o excedente dessas 40 são entregues por caminhões, embora a viagem de lancha seja mais rápida e mais limpa.

O pessoal do matadouro é o seguinte: um administrador, um veterinário (inspetor sanitário), vinte e três magarefes, um maquinista, um motorista e um mestre de lancha.

O matadouro municipal é auto-suficiente, como se pode concluir do quadro seguinte:

<i>Ano de janeiro a junho</i>					
	1950	1951	1952	1953	1954
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receita ...	563 128,00	473 460,00	457 559,00	646 094,00	296 162,00
Despesa ...	361 802,00	350 720,00	416 173,00	483 336,00	221 480,00
Lucros	201 326,00	122 740,00	41 386,00	162 758,00	74 682,00

(Cruzeiros arredondados — zeros eliminados).

O administrador do matadouro mantém o registro diário de trabalho relativo ao serviço prestado, de *per si*, a cada marchante. Pelo sistema de protocolo êsse registro é enviado ao Departamento de Finanças da Prefeitura que faz a cobrança, no fim de cada semana, dos marchantes.

É recomendado que o registro semanalmente apresentado, que é a única base para o Departamento de Finanças taxar os marchantes, seja submetido diretamente ao Departamento de Finanças em vez de passar pelo protocolo do Departamento de Serviços Municipais.

No sistema atual, acontece muitas vezes que os registros dos serviços prestados aos marchantes durante uma semana, em sua passagem de departamento para departamento através o sistema do Protocolo, não chegam ao Departamento de Finanças ao término da semana seguinte, a tempo de serem preparadas as faturas. Quando o marchante chega para pagá-las, nesses casos, o Departamento de Finanças cobra de acordo com as próprias declarações do marchante e só vai compará-las, mais tarde, com o registro do matadouro quando êste lhe chega às mãos por meio do protocolo.

É recomendável que os perito-contadores do Departamento de Finanças passem, cada mês, pelo menos um dia inteiro examinando o funcionamento do matadouro, lá comparecendo sem aviso prévio. Êste é o único meio conhecido de fazer com que a receita dos matadouros seja controlada eficientemente.

Sugere-se que seja investigada a possibilidade de fazer a lancha do matadouro dar duas corridas diárias em vez de usar os caminhões ou de comprar uma lancha maior.

MERCADOS

A PREFEITURA administra três mercados. Os espaços e as barracas são alugados aos vendedores. Empregados municipais controlam o empacramento dos espaços, limpam a área e cobram as taxas, diariamente, aos vendedores.

O pessoal que trabalha no setor de mercados na municipalidade é o seguinte: três encarregados, três trabalhadores e treze serventes.

O mercado municipal é uma organização auto-suficiente, como se pode ver pelo quadro de despesas e receitas dos quatro e meio últimos anos que se segue:

<i>Ano de janeiro a junho</i>					
	1950	1951	1952	1953	1954
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receita	488 440,00	499 474,00	504 230,00	369 395,00	165 419,00
Despesa	145 533,00	199 423,00	240 745,00	232 623,00	114 241,00
Lucros	342 907,00	300 051,00	263 485,00	136 772,00	51 178,00

(Cruzeiros arredondados — zeros eliminados).

Durante a observação feita sobre o funcionamento dos mercados, tornou-se evidente a necessidade de se melhorar o sistema de cobrança e registro das rendas dos mercados. Esta necessidade, entretanto, já fôra prevista pelo Prefeito quando estava acompanhando o grupo de estudo em seu giro pelos mercados. Logo depois das visitas feitas aos mercados, o Prefeito imaginou um novo conjunto de registros que foi considerado, pela comissão de estudos, inteiramente satisfatório para realizar um controle mais adequado, como pareceu aconselhável naquela época.

ORGANIZAÇÃO — MODIFICAÇÕES PROPOSTAS

ALGUMAS das recomendações contidas neste relatório representam importantes modificações a serem introduzidas na estrutura da organização municipal.

Em resumo, são as seguintes: elevação da Divisão de Água e Esgoto ao nível de um Departamento; transferência do Serviço de Transporte e Oficinas do Departamento de Serviços Municipais para o Departamento de Administração; transformação da Secção de Pessoal em Divisão.

CAMPINAS, MUNICÍPIO INDUSTRIAL — Embora tenha sido o pioneiro da lavoura cafeeira em São Paulo, o Município de Campinas é hoje predominantemente industrial, sendo, nesse ramo de atividade, o 9.º do centro do País e o 5.º do Estado. O café ocupa atualmente posição bem modesta na economia agrícola campineira, figurando abaixo do algodão, do milho e do arroz. Segundo se vê de recente sinopse do Conselho Nacional de Estatística, o valor da produção agrícola, em 1952, foi inferior a 200 milhões de cruzeiros, quando já em 1949 a produção industrial ultrapassava a casa do bilhão.

Depois de São Paulo e de Santos, é Campinas o Município mais populoso do Estado, elevando-se a 152 647 o número de seus habitantes por ocasião do Censo de 1950. Apenas 30% da população campineira se localiza no quadro rural; a maior concentração (65%) se acha na cidade, que deve contar, hoje, mais de 100 mil habitantes (99 156 em 1950).

As indústrias de transformação constituem a principal atividade econômica do Município. O setor químico e farmacêutico é o mais importante, contribuindo com 30% do valor da produção industrial de Campinas. Destaca-se, nessa classe, a fabricação de artigos de perfumaria que, sozinha, rendeu em 1952 quase o dobro do valor da produção agrícola. Influem, ainda, ponderavelmente na economia campineira as indústrias têxtil e de produtos alimentares. O Município produz 13% dos couros e peles do Estado, embora essa indústria seja apenas a quinta na sua balança fabril. No período de 1945 a 1952, a produção de algodão em caroço, a principal cultura local, decaiu de 14 mil para 11 mil toneladas tendo, no biênio 1950-1951, ficado aquém de 5 mil toneladas.

BASES PARA UM REGIME ECONÔMICO A ADOTAR NA FUTURA CAPITAL FEDERAL

ODILON BENÉVOLO

QUAL a causa do encarecimento da vida? Por que motivos se torna cada vez mais difícil ganhar o sustento, máxime entre as classes mais pobres? As respostas são vazias. Uns atribuem o fenômeno à inflação pura e simplesmente, sem refletir em que esta é um efeito e não uma causa. Outros afirmam que a causa está nas duas últimas guerras mundiais e na preparação do que pode vir a ser a terceira. Outros ainda nos dizem que o fato se deve a maus governos. Há até quem o atribua à forma política adotada e deposite suas esperanças na reforma constitucional. E assim por diante. Poucos se lembram do sistema tributário vigente e das gravíssimas consequências econômico-sociais que êle acarreta.

Sem pretender atribuir a tal sistema a qualidade de causa única dessa situação difícil, quero apenas mostrar que êle é um dos fatores mais importantes da mesma.

Qualquer produto de riqueza atual resulta de um passado de esforços contínuos, desde a extração das matérias-primas até o produto final, pronto para o consumo. Consideremos, como já fez Hirsch, um qualquer desses produtos: um simples paletó de casemira. Eis como se exprime aquêlê mestre: "Para produzi-lo, alguns homens tiveram de preparar pastagens e criar carneiros; outros homens tiveram de tosquiá-los; outros lavaram a lã; outros fiaram-na; outro grupo teceu o pano; outro grupo mais cortou a fazenda e coseu-a para fazer o casaco. Simultaneamente a essas operações, outro grupo de homens preparou a matéria-prima necessária para que outros homens fabricassem os botões; outro grupo teve de plantar e cultivar o algodão e colhê-lo; outro teve de fiá-lo; outro que tecê-lo para que pudesse servir para o casaco. Ao mesmo tempo, outro grupo teve de cultivar amoreiras; outro de criar bichos da sêda, de juntar os casulos e desfiá-los e outro grupo teve que fazer o fio de sêda para que o casaco pudesse ser cosido. Antes de tudo isso, outros grupos de homens tiveram de extrair minério de ferro, carvão e fundentes para que outros grupos fabricassem ferro; outros grupos numerosíssimos tiveram que adaptar êste metal para fazer as ferramentas e máquinas necessárias às numerosas operações já mencionadas.

"Anteriormente, porém, outros homens tiveram de cortar árvores, outros de serrá-las; outros ainda tiveram de explorar barreiros e outros de fabricar tijolos, para que outros homens mais construíssem com êles fábricas, armazéns e casas de residência. Mas ainda não é tudo. Para que êsses diferentes materiais produzidos em diversas partes da terra pudessem ser convenientemente adaptados e transformados, muitos outros grupos de homens tiveram de agir como transportadores, marinheiros e ferroviários. E antes que êstes pudessem prestar êsses serviços, milhares de outros grupos tiveram de executar múltiplos processos cujo resultado é a produção de carros, navios e caminhos de ferro. E, ainda outros grupos de homens intervieram a cada passo em todos êsses processos, exercendo sua ação como banqueiros, corretores, comerciantes por atacado e a varejo, a fim de coordenar tôdas essas atividades. Por fim, para que todos êsses milhares de grupos pudessem consagrar os seus esforços, cada um à sua tarefa especial, milhares de outros, espalhados também por todo o mundo, tiveram que empregar as suas energias na produção dos alimentos e de tôdas as outras coisas de que todos êsses grupos necessitam.

Quarenta, cinquenta, sessenta anos podem haver decorrido desde quando se realizou o primeiro esforço para produzir o paletó.”

Pois bem. Todos esses milhares e milhares de operações, necessárias à produção de um simples casaco de casemira, estão sujeitos aos mais variados e onerosos impostos. Reflitamos em como a carga brutal desses tributos onera o preço final do casaco. Mais ainda. Toda essa enormíssima carga tributária incide sobre a produção, sobre o trabalho e sobre a operosidade, punindo-os como se fossem males, desencorajando-os, debilitando-os, como se deversem ser evitados. Mas não é só isso.

Se, por um lado, a tributação atual representa uma verdadeira punição aos produtores, como se estes fossem criminosos, por outro lado favorece enormemente as classes puramente parasitárias, detentoras de privilégios e de monopólios e que, vivendo a custa destes, nada produzem. De maneira que o sistema tributário em vigor atua também como um altíssimo prêmio à ociosidade. Um exemplo tornará mais claro esse conceito.

Imaginemos dois terrenos contíguos da mesma área e do mesmo valor. Imaginemos também que ambos sejam pantanosos e que pertençam a dois proprietários diferentes, que chamaremos A e B. Os dois terrenos nada produzem, até o dia em que A resolve aterrar, drenar a sua propriedade, a cultivá-la, plantando. O pântano, pouco a pouco, se vai transformando em uma granja. Aqui, surge a casa da fazenda. Além, um curral, uma pocilga, um galinheiro. Mais adiante, aparece uma plantação, digamos, de milho. Tudo isso vai surgindo, graças ao esforço e ao trabalho de A. Estará ele causando algum mal à coletividade? Evidentemente não. Pois, além de haver saneado uma parte de terra empantanada, está contribuindo para aumentar o estoque geral da riqueza da coletividade. Parece claro, portanto, que merece um prêmio. E qual poderia ser este? O uso e gozo do fruto inteiro de seu trabalho. Pois bem. Em lugar disso, a coletividade pune esse homem operoso. Mal inicia o seu trabalho produtor, por vezes, antes mesmo de iniciá-lo e para poder iniciá-lo, surge diante dele o fisco, exigindo-lhe as mais variadas contribuições, sob os mais variados pretextos. O fato é bem conhecido. Enquanto aquele homem operoso produzir, o fisco acompanhá-lo-á, arrancando-lhe à força parte do fruto de seu trabalho.

Vejamos, entretanto, o que acontece a B, isto é, ao proprietário do outro terreno charco. Suponhamos que B não aterrou, não drenou, não saneou, não cultivou, em suma, não utilizou de maneira alguma a sua parte e ainda impediu que outros homens, desejosos de produzir, o fizessem no seu terreno. Suponhamos que B reside em uma bela cidade a centenas de quilômetros de seu terreno ou, mesmo, no estrangeiro. Este fato é comuníssimo no Brasil. Que aconteceria a B? Por mais paradoxal que pareça, aquele homem ocioso, que nada produziu para si nem para os outros, que não contribuiu para aumentar o estoque de riqueza geral, que impediu que outros homens o fizessem, que conservou em estado de charco o seu terreno, conservando, ao mesmo tempo, uma ameaça à saúde da população próxima, por mais paradoxal que pareça, repetimos, esse homem recebe um grande prêmio por todos esses desserviços. E, o que é mais grave e injusto ainda, esse prêmio é tirado do esforço e do trabalho de A e de todos os homens operosos e trabalhadores que exercem os seus esforços para produzir. Pois, à medida que esses homens aterram os pântanos nas vizinhanças do terreno de B, à medida que os drenam, que os saneiam, que os cultivam, o terreno de B, charco como era e continua a ser, sobe de valor, sem que B haja contribuído com o menor, o mais leve, o mais remoto esforço para criar essa valorização. Mais ainda. Se o governo realiza obras nas proximidades desse terreno, se constrói estradas de ferro ou de rodagem, se abre escolas ou funda e põe em funcionamento hospitais, se abastece a região de água, de energia elétrica, de luz, de gás combustível, em suma, se realiza qualquer dos melhoramentos públicos que permitem desfrutar as conveniências e o maior conforto da vida civilizada, à custa de quem se efetuam todos esses serviços? No sistema tributário atual, quem paga tudo isso? Os produtores. Entretanto, B, o proprietário do terreno charco, recebe mais um prêmio por sua absoluta ociosidade, pois cada vez mais sobe o valor do mesmo. Pode até ser um estrangeiro, residir fora do País e nunca ter vindo ao Brasil. Uma coisa é certa: os produtores brasileiro estão trabalhando para ele, sacrificando-se por ele, sendo esbulhados em seu favor.

E, quando ao fim de algum tempo, B se resolve a permitir que outros homens produzam em seu terreno, já então valioso, fá-lo, em geral, de duas maneiras: ou cobra dos produtores

uma renda em dinheiro ou em mercadorias — como se dá nas culturas chamadas de meia ou de terça, tão comuns no Brasil — ou então vende o terreno por um preço correspondente ao valor que tiver na ocasião da venda e para criar o qual não contribuiu.

De uma ou de outra maneira, recebe dos produtores uma renda que ele não ganhou, seja como trabalhador, seja prestando serviços e correndo riscos, como capitalista, mas que lhe vai ter às mãos como proprietário da terra e nada mais. E, mesmo no caso em que resolva produzir no seu terreno valorizado à custa do esforço alheio, recebe, além da remuneração do seu trabalho ou do seu capital, uma renda suplementar que lhe toca, única e exclusivamente, por ser proprietário da terra.

Mas ainda não é tudo. A simples probabilidade, a mera expectativa, um simples projeto oficial, ou a necessidade da execução dos melhoramentos a que nos referimos, desencadeia a especulação territorial e faz subirem aos saltos os valores da terra. Sobe a renda fundiária e crescem as dificuldades dos produtores, aumentam os embaraços opostos à produção da qual as classes puramente parasitárias retiram para si parcela cada vez maior.

A propósito vou referir um fato que ilustra bem essa alta especulativa dos valores territoriais. Quero referir-me ao saneamento da Baixada Fluminense. Mal se conseguiram as verbas para tal saneamento e mal foram nomeadas as comissões de engenheiros a quem coube executar o aludido saneamento, começou a alta dos valores territoriais. Terrenos, se assim podemos chamar extensões que periodicamente eram cobertas d'água do transbordamento dos rios, terrenos que quase nada ou, praticamente, nada valiam, passaram a ter valor. À medida que avançavam os trabalhos de aterro, de endicamento ou de retificação desses rios, lá iam crescendo os valores fundiários. Aquilo que dantes ninguém queria por só produzir mosquitos e malária, passou a ser ciosamente guardado pelos seus proprietários, à espera da valorização; a terra, ou melhor, em muitos pontos, o charco.

Em 1942, achavam-se concluídos os seguintes trabalhos: "270 km de canais, 620 km de valetas, 50 km de diques, tendo sido movimentados para mais de onze milhões e quinhentos mil metros cúbicos de terra". Foram desobstruídos mil e quatrocentos quilômetros de cursos d'água e construídas 105 pontes, totalizando cerca de 2 000 metros de vão. Todas essas importantes obras de engenharia foram realizadas na Baixada de Sepetiba, que compreende apenas 1 700 km², isto é, menos da décima parte do total dos 18 000 km² que formam a Baixada Fluminense.

Esses notáveis trabalhos, realizados em período de governo discricionário, tiveram, entretanto, frutos sociais relativamente pequenos, quando poderia haver sido enorme o seu alcance.

Em 1941, se não me falha a memória, dois engenheiros brasileiros procuraram as autoridades técnicas a quem estava confiada a execução daquelas obras, a fim de lhes fazer ver que os serviços de saneamento que ali se estavam realizando não deveriam limitar-se a constituir justíssimo orgulho da engenharia nacional. Era indispensável, julgavam aqueles engenheiros, dar um sentido social mais amplo àqueles trabalhos. Fizeram ver que era possível e simples o aproveitamento futuro das terras saneadas, em fins agrícolas e pastoris, destinando-se os produtos desses usos das terras da Baixada de Sepetiba ao abastecimento da Capital da República.

Para realizar o aproveitamento daquelas terras, depois de saneadas, no abastecimento do Rio de Janeiro, levaram eles um plano de colonização das mesmas, plano esse de fácil execução, mormente naquele instante, pois o governo era discricionário.

Consistia em que o Governo Federal desapropriasse a Baixada de Sepetiba e a dividisse em glebas que seriam arrendadas à perpetuidade, se assim o desejassem os arrendatários, àqueles que se quisessem dedicar à lavoura, à pecuária, à avicultura, ao plantio de hortas e de pomares e à indústria. Não seria, jamais, vendida qualquer dessas glebas. O chão, o solo, a terra pertenceriam sempre ao governo: seria inalienável. As benfeitorias, porém, de qualquer natureza que fossem, pertenceriam a quem as executasse. Tanto os contratos de arrendamento, como as benfeitorias, poderiam ser livremente transmitidos por venda, por doação ou por legado. Haveria, nas terras assim arrendadas, total e absoluta isenção de impostos de qualquer natureza que incidissem sobre os produtos e os processos e atividades produtoras. O arrendamento seria feito mediante o pagamento de uma taxa

fixa, uma porcentagem sobre o valor do solo nu, taxa de que estariam totalmente isentas as benfeitorias. Os valores do solo seriam revistos de cinco em cinco anos, por uma comissão mista composta de arrendatários e de funcionários do governo.

Estas eram as principais características do plano daqueles dois engenheiros. Que resultaria dê-lo? Em primeiro lugar, justiça social. A renda da terra, que é sempre fruto do trabalho coletivo, pertenceria sempre ao Estado, para uso coletivo. O produto do trabalho e do capital empregados na terra pertenceriam exclusiva, só e unicamente aos trabalhadores e aos capitalistas, pois seria fruto do esforço individual, tornando-se inacessível ao próprio fisco. Evitar-se-ia por inteiro a especulação com os valores da terra, os quais por essa razão manter-se-iam permanentemente baixos e, portanto, permanentemente acessíveis ao braço do trabalhador. Essa acessibilidade seria maior ainda, porque, segundo o referido plano, o preço do arrendamento não seria exigido no primeiro ano e, do segundo em diante, seria pago em parcelas mensais. Dê-se modo, em vez de empregar-se capital na compra de terra, esta poderia imediatamente ser empregada na produção. Em vez de ficar sujeito o trabalhador agrícola às expoliadoras culturas de meia ou de terça, como acontece atualmente, trabalharia para si mesmo, isto é, sem patrão algum. Tudo o que o seu trabalho produzisse seria seu, inteiramente seu.

Será necessário dizer mais para mostrar o enorme surto de prosperidade que teria lugar naquela antes empantanada Baixada de Sepetiba? Será necessário dizer mais para afirmar que, mediante esse plano, estar-se-ia resolvendo pacífica e efetivamente a questão social, sem apelar para os métodos tirânicos do comunismo ou do socialismo que, no final das contas, não a resolvem também?

Mas esses benefícios não ficariam adstritos a resultados puramente locais. A Baixada de Sepetiba começa em território do Distrito Federal, ficando a maior parte no Estado do Rio. Trabalhada sob o regime do aludido plano, coberta de culturas as mais variadas, aberta à criação de gado, seria um tiro de morte nessa situação alarmante que atravessa a Capital do Brasil, no que respeita ao seu abastecimento. Uma vez que as terras do Distrito Federal e as mais próximas nos Estados vizinhos, já adquiriram valores tais que não podem mais ser economicamente aproveitáveis para a lavoura e a pecuária, o abastecimento do Rio de Janeiro está provindo de terras cada vez mais longínquas. Legumes, frutas, cereais estão vindo de São Paulo, de Minas e do Estado do Rio, de regiões distantes, com todos os inconvenientes do transporte difícil e altamente encarecedor. O gado vem de Mato Grosso e, segundo os jornais, certa ocasião, houve necessidade de trazê-lo do Paraguai, ou, pelo menos, chegou-se a pensar nisso. Será de admirar que o custo da vida haja subido tanto, no Rio de Janeiro?

Dirá alguém que a Baixada de Sepetiba não será suficiente, com os seus 1 700 km², para abastecer o Rio. Mas é preciso dizer que ela representa apenas menos de 1/10 dos 18 000 km² que constituem a Baixada Fluminense. A toda essa área enorme e próxima do Distrito Federal poderia ser aplicado o plano daqueles engenheiros, estendendo-se por toda ela os benefícios enumerados acima e refletindo-se favoravelmente no abastecimento do Rio de Janeiro. Tudo isto procuraram eles mostrar às autoridades a quem expuseram o seu plano. Mas estas, de início, fecharam a porta ao prosseguimento da exposição do plano, declarando que o abastecimento da Capital da República era um problema de ordem secundária!

Diante disso e da acentuada má vontade com que foram recebidos, que mais poderiam eles fazer a não ser retirar-se?

Pois bem. Hoje, após a realização dos trabalhos de saneamento em que foram gastos milhões e milhões de cruzeiros, as terras da Baixada de Sepetiba valorizaram-se de modo tal que será mero devaneio pensar-se em desapropriá-las para aplicar qualquer plano. Perdeu-se a magnífica oportunidade proporcionada pelos baixíssimos valores territoriais de então e pelo fato de ser discricionário, ou praticamente discricionário, o governo àquela época.

Em vez de estar prestando importantíssimo concurso à solução do problema do abastecimento do Rio e ao barateamento do custo da vida na Capital Federal, a Baixada de Sepetiba se acha em grande parte loteada pelos seus felizes proprietários, que foram quase

os únicos a lucrar com as obras de saneamento, para as quais não concorreram, mas das quais tiram tôdas as vantagens.

A lição da Baixada de Sepetiba deve pesar fundamente no espírito dos planejadores de novas cidades. Belo Horizonte e Goiânia, se é que não já estão sentindo tal ensinamento, breve estarão.

Não será um verdadeiro absurdo projetar uma nova cidade, prevendo a abertura de belas e luxuosas avenidas, de ruas tècnicamente perfeitas quanto à circulação e a todos os serviços públicos, de parques e de lugares de recreação e de todos os outros requisitos de uma cidade civilizada, não será um absurdo, repetimos, prever tudo isso e deixar quase inteiramente esquecido o problema do abastecimento, confiando êste aos teóricos cinturões verdes?

Mas a construção de uma cidade nova comporta ainda outros aspectos econômico-sociais que, no Brasil como em quase todo o mundo, têm sido relegados para planos secundários. Não é só no que diz respeito ao abastecimento da população que a terra, em seu sentido econômico, tem uma importância fundamental. Ela tem igualmente um reflexo poderosíssimo no desenvolvimento geral da edificação e no estabelecimento da indústria.

Consideremos êsse imenso caudal humano que tôdas as manhãs se desloca dos subúrbios do Rio para o centro e que, à tarde, novamente se desloca em sentido contrário, para reeditar-se dia após dia, ano após ano, década após década. Consideremos os terríveis problemas de transporte que êle determina e os enormes capitais necessários para prover de água, de esgotos sanitários, de gás combustível, de luz e energia elétricas, de telefones, de calçamento e de tantas outras coisas indispensáveis, os subúrbios do Rio. Consideremos o formidável desperdício de tempo, de dinheiro e, sobretudo, de energias humanas que êsse vai-e-vem diário acarreta. Quais as suas causas?

Em geral, respondendo à pergunta, costuma-se dizer que tudo isso é devido à topografia do Distrito Federal. A cidade tem a forma tentacular forçada pela orografia local. A montanha obriga-a a esgalhar-se por estreitíssimos vales. Eis o conceito geral. Mas essa razão é apenas uma das que para isso contribuem e, pelo menos no momento atual, talvez não seja a mais importante. Quem percorresse com atenção os subúrbios da E.F. Central do Brasil, da E.F. Leopoldina, os da Linha Auxiliar e da E.F. Rio Douro, veria que, em pontos relativamente próximos do centro da cidade, há enormes extensões planas de terrenos baldios. Verá enormes trechos de ruas e estradas, em Jacarepaguá, por exemplo, sem casas de habitação. Quem olhar para ver, verá que bairros próximos ao centro, como os de São Cristóvão, Rio Comprido e, até mesmo Andaraí, Vila Isabel e Tijuca se constituem de prédios, em grande parte, de um só pavimento. A quem quiser penetrar mais profundamente no assunto, apresentaremos ainda o fato de, pelo menos até pouco tempo, existirem, no Distrito Federal, dois latifúndios, um com 120 e outro com 80 milhões de metros quadrados, totalizando os dois cêrca de um quinto da área dêsse mesmo Distrito Federal, latifúndios êsses quase inaproveitados, à espera de valorização.

Sòmente quem já se deu ao trabalho de observar diretamente e de analisar com atenção êsses fatos pode encontrar uma razão determinante para que o enorme caudal humano se desloque dos mais longínquos subúrbios para o centro e vice-versa. E não só dessas localidades tão distantes como até do Estado do Rio, de São Gonçalo, de Nova Iguaçu, de Nilópolis e de Caxias, grande número de operários e empregados no comércio vêm aumentar essa massa humana em contínuo vai-e-vem. Mas será só isso?

Não. Há ainda outros aspectos gravíssimos a considerar como, para citar um só exemplo, as favelas cariocas que têm a mesma causa. As autoridades do Governo e da Fundação Leão XIII têm feito enormes esforços para solucionar êsse problema. Não têm poupado dedicação e espírito público para extirpar êsse cancro. Os resultados obtidos até agora têm sido desanimadores. Enquanto se procura extinguir uma favela, duas ou três outras se vão rapidamente formando. A luta contra a favela carioca ou contra o mocambo do Recife é a mesma luta das autoridades inglêsas contra os cortijos e as estalagens londrinas. A favela carioca, o mocambo do Recife e o *slum* londrino não são problemas em si mesmos e sim conseqüências, efeitos, resultados de uma causa muito mais profunda e generalizada: o alto valor da terra nas cidades. Não é por prazer que

os habitantes das favelas moram à beira de abismos, em casas, se assim podemos chamar, "onde um homem rico não faria morar o seu cão". Não é por livre e espontânea vontade ou por prazer que centenas de milhares de londrinos habitam em estalagens, muitas das quais em nível inferior ao do Tâmesa, cujas águas até elas chegam por infiltração, o que constitui um verdadeiro suplício dantesco, no rigoroso inverno europeu. Não é por prazer ou por fantasia que há parisienses morando em galerias de esgoto, segundo se afirma. Não é por gosto que milhares e milhares de cidadãos viajam pendurados nos trens da Central, da Leopoldina, da Linha Auxiliar ou da Rio Douro. Não é pelo prazer, pela sensação do perigo que arriscam a vida e esgotam as suas energias nessas viagens. É porque a terra mais próxima dos centros de trabalho é cara e, por isso, acessível somente à moradia das classes mais abastadas.

Se, por um lado, as populações menos favorecidas das grandes cidades são forçadas a residir em subúrbios afastados dos locais de trabalho, por outro lado, as populações rurais são forçadas a fugir dos campos, abandonando-os, ainda pela mesma causa, isto é, pela alta especulativa dos valores territoriais, geradora dos célebres arrendamentos extorsionários ditos de meia ou de terça. O êxodo das populações rurais é um fenômeno universal e antigo, e é inteiramente absurdo atribuí-lo a aparências de causas puramente locais ou passageiras.

No Brasil, como em muitos outros países, alarmam-se, com justas razões, os governos, ante o abandono dos campos. Mas tudo o que, até agora, se fez com o objetivo de remediá-lo, tem sido projetar reformas agrárias inócuas. Preocupam-se os homens públicos com os latifúndios geográficos, digamos assim, e pretendem parcelá-los e distribuir-lhes as glebas. A influência social dos latifúndios geográficos, porém, é relativamente pequena, em geral. Os grandes latifúndios geográficos brasileiros se acham localizados a enormes distâncias dos centros populosos e dos mercados consumidores. De nada ou quase nada valerá, no presente, parcelar esses latifúndios e distribuí-los entre os trabalhadores dos campos. Não é de espaço geográfico que eles necessitam e sim de espaço econômico. Um latifúndio de 50 000 alqueires situado, por exemplo, na Ilha do Bananal, nada representa como expressão econômico-social, ante aqueles dois latifúndios econômicos a que nos referimos há pouco, medindo juntos 200 km² e situados no Distrito Federal. Os 1 700 km² da Baixada de Sepetiba, de que também vos falei, representam muito mais, em termos de economia social, do que os 259 mil quilômetros quadrados do Município de Altamira, no Estado do Pará, e que tem uma densidade demográfica de apenas 0,02 habitantes por quilômetro quadrado.

Poder-se-á dizer, talvez, que estou repetindo coisas sabidas. Concordo. Mas é preciso repeti-las, porque, infelizmente, tudo se passa como se os autores dos projetos de reforma agrária desconhecessem estes fatos.

Vemos, pois, que para fixar o homem à terra e evitar o êxodo das populações rurais, não basta retalhar os latifúndios geográficos e distribuir-lhes os lotes ou as glebas. Também de nada serve a repetição de *slogans* como o do "rumo ao Oeste". O homem só se apega à terra quando esta é acessível ao seu trabalho e em condições tais que lhe permitam viver uma vida de ser humano e não conseguir apenas o indispensável à manutenção da simples existência animal. Ora, essa acessibilidade da terra ao braço do trabalhador e ao capital realmente produtivo — que são aliados naturais e não adversários irreconciliáveis, como erroneamente ensinam os socialistas e os comunistas — só poderá ser conseguida mediante uma reforma social muito mais profunda e de conteúdo moral muito mais elevado do que a que eles pregam.

Essa reforma social é a do imposto único sobre os valores da terra, ensinada pelo gênio ímpar de Henry George, sobre a qual não podemos nos estender agora, dada a escassez do tempo de que dispomos.

O regime econômico que preconizamos para o Distrito Federal de Brasília, onde terá sede a futura capital do País, é rigorosamente fundado nas doutrinas econômico-sociais daquele mestre.

Esse regime econômico se acha consubstanciado no seguinte

ANTEPROJETO DE LEI

Regime econômico-social do Distrito Federal de Brasília

(a ser incorporado na respectiva lei orgânica)

Art. 1.º O Distrito Federal de Brasília, uma vez constituído, desapropriará, pelo seu justo valor, tôdas as terras de domínio privado, situadas no seu território, de modo a tornar-se nêle o único proprietário do solo.

Art. 2.º O domínio direto do solo do Distrito Federal de Brasília não poderá ser alienado em caso algum, seja a que título fôr.

Art. 3.º O Distrito Federal de Brasília só poderá alienar o domínio útil das suas terras, sob o regime especial de enfiteuse, estabelecido nesta lei.

Art. 4.º Os aforamentos se farão sempre em caráter perpétuo, em lotes ou glebas regularmente demarcadas, registrados ou cadastrados na repartição competente.

Art. 5.º Ao constituir-se um emprazamento, a administração arbitrarã desde logo, para o efeito do pagamento da pensão anual, um valor inicial justo para o solo emprazado, emitindo em seguida a carta de aforamento, livre esta de quaisquer emolumentos.

Art. 6.º É lícito aos foreiros dispor livremente de seus domínios úteis e fruí-los de acôrdo com a lei, podendo vendê-los, dá-los em pagamento, doá-los, legá-los ou permutá-los.

Art. 7.º Será permitida anexação de dois ou mais lotes ou glebas confinantes, mas o parcelamento de um lote ou gleba dependerã de licença da administração que observará as condições mínimas de testada e área, fixadas na legislação local.

Art. 8.º Não será permitida a sub-enfiteuse.

Art. 9.º Os emprazamentos não serão resgatáveis em caso algum.

Art. 10. Nas transmissões do domínio útil e das benfeitorias não haverá laudêmos.

Art. 11. O fôro anual será de 10% (dez por cento) sôbre o valor dos terrenos, com exclusão das benfeitorias, e poderá ser pago em prestações, a juízo da administração.

Art. 12. Nenhum enfiteuta poderá ser isento do pagamento do fôro.

Art. 13. O fôro é ônus real que gravará o imóvel e cuja quitação será indispensável à transmissão por qualquer título.

Art. 14. A administração não reconhecerã outros limites dos terrenos aforados que os constantes das cartas de aforamento.

Art. 15. Será permitido o condomínio, respondendo cada parceiro pela fração do fôro correspondente à sua parte ideal.

Art. 16. Os valores territoriais que servirão de base ao pagamento dos foros serão revistos periódicamente pela administração, pelo menos uma vez em cada cinco anos.

§ 1.º As reclamações contra os valores revistos serão decididas pelo diretor da repartição encarregada da revisão.

§ 2.º Não se conformando o foreiro com o despacho do diretor, poderá recorrer da decisão dêste para um ou mais conselheiros paritários, compostos de funcionários da administração e de foreiros, e cuja decisão porã têrmo ao litígio administrativo.

§ 3.º Os prazos de reclamação e de recurso serão fixados na legislação local.

Art. 17. O domínio útil e as respectivas benfeitorias, se houver, poderão ser desapropriados por necessidade ou utilidade pública, segundo as disposições do artigo 590 do Código Civil, mediante indenização prévia.

Art. 18. No caso de desapropriação judicialmente processada, a indenização de que trata o artigo anterior será feita: quanto ao terreno, estritamente, pelo valor oficial que serviu de base ao cálculo do último fôro; quanto às benfeitorias, pelo valor fixado pelo juiz mediante perícia.

Art. 19. Na transmissão do domínio útil não assiste à administração o direito de opção.

Art. 20. A falta de pagamento do fôro no prazo estabelecido sujeita o enfiteuta à cobrança executiva, como se o fôro fôsse impôsto. A cobrança executiva do fôro implica a da mora à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

Art. 21. O enfiteuta ficará isento do fôro no ano em que fôr constituído o emprazamento; se êste datar do segundo semestre, o foreiro pagará sòmente metade da pensão no ano seguinte.

Art. 22. As terras do Distrito Federal de Brasília não poderão ser arrendadas por quantia inferior à pensão que pagariam se aforadas.

Art. 23. Não haverá impostos locais no Distrito Federal de Brasília; seus habitantes só pagarão os impostos da competência da União Federal.

Art. 24. Como sede da Capital Federal, o Distrito Federal de Brasília porá à disposição do Governo da União os terrenos necessários aos palácios, edifícios públicos e demais instalações dos poderes e autarquias administrativas federais, mas tais terrenos não poderão ser alienados pela União e voltarão ao domínio pleno do Distrito, caso não forem mais necessários aos serviços federais.

JUSTIFICAÇÃO

O regime econômico que propomos para o Distrito Federal de Brasília repousa em sólidos princípios de pura justiça social, evidenciados nos seguintes pontos:

a) Dá ao indivíduo o valor inteiro do fruto do seu trabalho e da riqueza por êste criada, tornando-o inacessível ao próprio fisco.

b) Dá à sociedade, representada pela Administração Pública, o valor das terras, que é fruto do trabalho coletivo por ser devido tão sòmente ao crescimento da população, ao progresso social e às obras públicas realizadas.

Estabelece assim a *verdadeira propriedade*, fundamentando-a em bases éticas e econômicas de grande solidez. Permite que se desenvolva livremente uma sociedade isenta de gravames tributários e que se mantenha uma administração que pode viver e desempenhar cabalmente as suas funções sem recorrer à iniquidade da tirania fiscal.

A justiça de tal regime se impõe logo ao primeiro exame. Reservando para si a renda de terras que, de início, já são públicas, pode a administração prover às necessidades sociais sem ter de recorrer ao esbulho dos cidadãos, como acontece por todo o Brasil, devido ao sistema tributário em vigor. Por outro lado, não tendo necessidade de expender capitais na compra da terra, podem os produtores obtê-la por simples aforamento, em caráter perpétuo e com segurança absoluta da propriedade das benfeitorias e de tôda outra riqueza que fôr produzida pelo trabalho individual. O capital que, em outro sistema, deveria ser empregado na aquisição da terra, poderá, no regime proposto, ser imediatamente consagrado à produção.

Basta refletir um momento sôbre êsse fato para ver o rápido desenvolvimento que terá o Distrito Federal de Brasília, sob o regime por nós sugerido.

Livre da necessidade de comprar a terra, o produtor poderá empregar todo o seu capital na produção, o que significa produzir muito mais com o mesmo capital ou produzir o mesmo com menor capital. Por outro lado, o trabalhador receberá o fruto inteiro de seu trabalho, graças à sua libertação do peso morto dos tributos. Isto significa altos salários reais o que por sua vez traduz grande facilidade de converter-se o trabalhador em capitalista, dentro de pouco tempo. Recebendo o fruto inteiro do seu esforço, o trabalhador não poderá, de modo algum, ser esmagado pelo capitalista. Por que, sendo permanentemente acessível a terra, o trabalhador poderá trabalhar para si mesmo, isto é, sem patrão ou empregador algum. Se, trabalhando assim, êle ganhar, digamos, 10 unidades de riqueza, só alugará o seu trabalho por mais do que isso. O capitalista, por mais rico que seja, se lhe oferecer um salário de, digamos, 8 ou 9 unidades de riqueza, não terá o concurso do trabalhador. É no desconhecimento dêsse fato que reside o êrro fundamental do socialismo e do comunismo.

Entre os grandes males sociais da hora presente, que seriam eliminados pelo sistema proposto, mencionaremos apenas os seguintes:

1.º) A especulação territorial, verdadeiro cancro que corrói o organismo dos povos e é a principal geratriz das crises econômicas periódicas.

2.º) A exploração do trabalho alheio pelo senhor da terra, mediante arrendamentos extorsionários.

3.º) O encarecimento do solo e sua inacessibilidade ao braço trabalhador e ao capital produtivo.

4.º) O latifúndio que logo se estende sobre as boas terras, forçando a utilização anti-econômica de terras inferiores.

5.º) O minifúndio que conduz à degradação do solo e ao desperdício dos recursos naturais.

6.º) O ausentismo e a aristocracia territorial que tão perniciosos efeitos têm na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil.

7.º) O encarecimento da produção e a conseqüente redução do consumo, devidos à carga de um sistema tributário asfixiante.

8.º) A escravização do trabalhador pelo salário mínimo indispensável à simples existência animal.

Um estudo minucioso da questão dos salários mostra que estes são tanto mais altos quanto menos monopolizada fôr a terra. É o que se verifica na Dinamarca, na Austrália, no Canadá e na Nova Zelândia.

9.º) O esbulho fiscal que tira ao cidadão o que legitimamente lhe pertence.

10.º) A concentração da riqueza nas mãos de uma pequena minoria.

11.º) O reinado dos monopólios dos trustes e dos cartéis, que assentam quase todos em privilégios territoriais.

Entre os grandes benefícios que traria o regime proposto, lembraremos apenas os seguintes:

1.º) A segurança do capital e do trabalho que receberiam o fruto inteiro de sua atividade.

2.º) A constituição da verdadeira propriedade individual inviolável, com base no trabalho.

3.º) A redução da carga tributária e da burocracia fiscal com o seu cortejo de guardas, exatores, lançadores, fiscais, inspetores, burlas, subornos, sonegações, multas, selos, sanções, embargos, reclamações, execuções, decisões, dúvidas, interpretações, réplicas, recursos, despachantes, conferentes, devassas, perícias contábeis, desigualdades, pleitos judiciais, advogados administrativos, perseguições, favoritismo, delongas, papelório inútil, adicionais, cotas, taxas, emolumentos, contribuições, inquéritos, etc., etc., até o infinito...

4.º) Barateamento do solo e sua acessibilidade a todos, permitindo o aproveitamento econômico dos recursos naturais.

5.º) Produção livre de todos os entraves, por conseguinte farta e barata.

6.º) Enorme simplificação e grande redução de custo no aparelho arrecadador das rendas públicas. Eliminação do arbítrio e do critério pessoal nas relações entre os foreiros e o erário público, o que assegura grande honestidade na administração.

7.º) Absoluta segurança das arrecadações, permitindo previsões orçamentárias certas.

8.º) Dupla fiscalização do público e do governo na arrecadação das rendas públicas, impossibilitando, de um lado, as sonegações e, de outro, as iniquidades e os escorchamentos.

9.º) Justiça social. Eliminação da miséria, não pela distribuição da riqueza existente, mas pela criação de mais riqueza. A distribuição desta última será automática e proporcional ao esforço de cada um e aos serviços que prestar, pois, sob o sistema proposto, jamais surgirão os privilégios econômicos e os monopólios que tornam o rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre.

10.º) Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre.

11.º) Fatura e enriquecimento geral.

PRINCÍPIOS CONSIGNADOS NO REGIME PROPOSTO:

1.º) A terra é pública, isto é, de todos e a sua renda reverte em benefício de todos.

2.º) As benfeitorias e a produção, isto é, os frutos do trabalho e do capital são propriedade exclusiva e absoluta dos seus produtores, e ficam resguardadas contra o fisco.

3.º) O domínio útil é permanente e assegurado pela perpetuidade do aforamento.

4.º) As questões de limites são impossíveis, devido às demarcações obrigatórias, feitas e garantidas pelo poder público.

5.º) O domínio é pacífico e as desapropriações só podem ser feitas por interesse público de alta monta e mediante indenização prévia.

6.º) É abolido o laudêmio, cuja injustiça é flagrante, mormente como o permite a enfiteuse romana em vigor no Brasil, porque o faz incidir também sobre as benfeitorias. O laudêmio é ainda um empecilho à livre transmissão da propriedade e uma fonte de sonegações.

7.º) Não há direito de opção nas transmissões, o que evita delongas inúteis e prejudiciais.

8.º) É proibida a sub-enfiteuse, o que elimina a possibilidade da existência de classes parasitárias.

9.º) Não é devido o fôro no primeiro ano, para que o enfiteuta possa iniciar livremente a sua produção.

10) As avaliações periódicas são executadas por um aparelho simplíssimo, econômico, eficiente e de ação rápida. Há representação paritária nas comissões avaliadoras, para a administração e para os foreiros. Isto assegura justiça nas avaliações, tornando impossíveis as sonegações e as iniquidades.

12) É elevada a taxa de aforamento (10%), com o objetivo principal de manter permanentemente baixos os valores territoriais. Este ponto poderá parecer absurdo àqueles que não tenham suficientes estudos econômicos e desconheçam o que, em ciência econômica, se denomina renda ricardiana. Entretanto, a taxa elevada é ponto essencial do sistema proposto e poderia ser elevada para 12% ou mesmo 15%, sem o menor inconveniente e com resultados ainda melhores, porque faria baixar ainda mais os valores territoriais em benefício de todos. A fixação da taxa em 10% foi feita apenas para evitar a desconfiança do público que, sem maiores conhecimentos dos fenômenos econômicos, poderia ser levado a confundir a taxa de aforamento com a de juros e, embora sem razão alguma, considerar excessiva qualquer taxa acima de 10%.

CONCLUSÃO

O SISTEMA proposto, inatacável nos seus fundamentos e nos seus resultados, em vez de ser um entrave ao desenvolvimento social, promovê-lo-á e acelerá-lo-á. Em perfeita harmonia com as leis econômicas criará a um tempo a riqueza individual e o patrimônio público, tornando-os seguros e invioláveis, traçando entre eles, com absoluta nitidez, a linha divisória. Nenhum direito é ferido. Nenhum perigo pode ameaçar o indivíduo ou a coletividade, cujos interesses legítimos são harmônicos e não contrários.

Por fim, quero acentuar ainda duas coisas. A primeira é que o regime proposto não é puramente teórico. Um sistema análogo, embora menos perfeito, fêz surgir na Austrália, em pleno deserto e em poucos anos, a bela cidade de Camberra, hoje capital daquele país.

A segunda é que o projeto de lei acima transcrito foi elaborado pelo Engenheiro Américo Werneck Júnior, com uma parcela mínima de nossa modestíssima colaboração. Julguei indispensável dizê-lo, não só para fazer justiça, como para dividir as responsabilidades.

SÃO PAULO E MINAS GERAIS

ESTÃO em circulação os resultados finais do Censo Demográfico de 1950 para os dois mais populosos Estados brasileiros, São Paulo e Minas Gerais. Ambos os volumes, editados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, fazem parte da série regional das publicações censitárias, compreendendo 25 volumes, e que conterá dados, não só do inquérito de população como dos econômicos — agrícola, industrial, comercial e serviços —, integrantes do VI Recenseamento nacional.

São Paulo, contando mais de 9 milhões de habitantes na época do Censo, é a Unidade da Federação de maior população. Seu crescimento demográfico, nos oitenta anos de intervalo entre o primeiro e o último recenseamentos brasileiros, atingiu ritmo dos mais vivos; São Paulo apresenta-se como centro de convergência de grandes correntes migratórias, tanto estrangeiras como nacionais. Ultimamente, tem-se processado no Estado intensiva urbanização. Sua Capital, habitada por cerca de 2,2 milhões de pessoas na data do Censo, era a segunda cidade do País em população. Outros grandes centros urbanos paulistas recenseados em 1950 acusaram cifras expressivas: Santos, com aproximadamente 200 mil habitantes, era a nona cidade brasileira; Campinas contava perto de 100 mil habitantes; Santo André, grande empório industrial, mais de 97 mil; Ribeirão Preto, a antiga "capital do café", já se aproximava dos 64 milhares.

Minas Gerais, ao contrário de São Paulo, não recebe migrantes; fornece-os, e em maior escala para seu vizinho do sul. No decorrer dos oitenta anos entre o primeiro e o último levantamentos demográficos do Brasil, contribuiu fortemente para o povoamento da terra paulista, como tem corrido para aumentar os efetivos da população carioca e, mais proximamente, com expressivos contingentes dos que demandam o Norte do Paraná

e o Oeste goiano. Minas Gerais situa-se em posição deficitária nas trocas de habitantes que se verificam entre os Estados brasileiros. Em consequência, perdeu também o primeiro lugar como Unidade Federada mais populosa, colocação que manteve pelos menos até 1920. A urbanização não alcançou, lá, a intensidade com que se processa em São Paulo. Destacam-se no Estado, porém, alguns centros urbanos importantes, a partir da Capital, Belo Horizonte, que contava 338 585 habitantes na época do Censo de 1950, seguindo-se Juiz de Fora (85 mil habitantes). Uberaba (mais de 42 milhares), afóra outros.

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1950 tornaram-se conhecidos oito meses após o início da coleta, isto é, em Fevereiro de 1951, quando circulou a "Sinopse Preliminar", reunindo dados gerais tanto para o conjunto do País como para cada Unidade da Federação. Em seguida, passou-se à divulgação dos resultados definitivos do levantamento da população, através das "Seleções dos Principais Dados do Censo Demográfico". Os volumes correspondentes a Minas Gerais e São Paulo circularam, respectivamente, em Fevereiro e Maio de 1953. Continham resultados básicos do levantamento demográfico, tais como a discriminação da população por sexo, idade, estado conjugal, instrução, nacionalidade, naturalidade, religião, atividade, e sua distribuição segundo Municípios, Cidades e Vilas.

Os volumes de resultados finais que acabam de ser lançados contêm, além daquelas tabulações básicas, numerosas outras de mais complexidade, para uso de analistas e demógrafos. Encerram também dados sobre famílias — pela primeira vez dados à publicidade —, e sobre domicílios, dos quais indica as condições de habitabilidade, de higiene e de conforto.

NOVA IGUAÇU, MUNICÍPIO EM EXPANSÃO — Nova Iguaçu, cidade de 58 533 habitantes, é mais populosa do que cinco Capitais de Estados: Teresina, Vitória, Florianópolis, Goiânia e Cuiabá. Entre 1940 e 1950, a população no Distrito-sede quase triplicou, sob a influência, em grande parte, da rápida expansão urbana do Distrito Federal, que vai transformando as localidades mais próximas nas chamadas "cidades-dormitório", onde fixam residência milhares e milhares de pessoas que exercem sua atividade na indústria ou no comércio carioca.

Mas esse mesmo afluxo de novos moradores, ao fazer ampliar-se a área residencial de Nova Iguaçu, responde também pela transformação que se está operando na base econômica do Município, que conta 145 649 habitantes, dos quais cerca de 10% constituem a mão-de-obra industrial. O aparecimento ali de um desenvolvido mercado de trabalho está atraindo um número crescente de importantes estabelecimentos fabris.

No passado, o Município de Nova Iguaçu era conhecido por sua abundante cultura citrícola e ainda recentemente (ano de 1952) se mantinha em primeiro lugar, como o maior produtor de laranjas, entre todos os Municípios fluminenses, correspondendo a quantidade produzida a 73% do total do Estado e a 18% do total nacional. Nos últimos anos, segundo dados reunidos na monografia que acaba de ser publicada pelo Conselho Nacional de Estatística, o desenvolvimento industrial de Nova Iguaçu se processa em ritmo rápido, como atesta a multiplicação de seus estabelecimentos fabris que, de 121, no ano de 1949, se elevam a 230, atualmente.

A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

I

O LATIFÚNDIO e o minifúndio são manifestações antagônicas do mesmo fenômeno: a concentração da propriedade no país. De um lado a de área excessiva, colocando em mãos de alguns milhares de brasileiros extensões imensas de terra. De outro, sem número de minúsculos estabelecimentos rurais, que nada significam no cômputo da área total ocupada.

Os resultados do censo agrícola de 1950 vieram desvanecer a esperança dos que admitiam a continuidade da tendência ao fracionamento da terra, revelada no período de 1920 a 1940. Demonstrem, ao contrário, que o fenômeno dominante foi o da reaglutinação da propriedade "pari passu" ao da sua desagregação, pela multiplicação dos minifúndios.

Assinala o Serviço Nacional do Recenseamento que, na maioria dos Estados, aumentou a área média dos estabelecimentos agropecuários. Em São Paulo, entre 1940 e 1950, diminuiu o número global das explorações agrícolas, de 252 615 para 221.609 unidades. A área média se elevou de 75,5 para 86 hectares. Em Minas, registrou-se o mesmo fenômeno: o número de propriedades, no decênio, caiu de 284 685 para 266 253. A média subiu de 117,6 para 139,3 hectares. No Estado do Rio, houve redução não só quanto ao número como no referente à área total das explorações agropecuárias, verificando-se, entretanto, ampliação da média de 68,5 para 78,1 hectares. Em Sergipe e no Espírito Santo, esse índice se elevou de 25,2 e 47,4 hectares para, respectivamente, 25,2 e 57,5. Das unidades federadas, cujos dados foram até o momento analisados, somente três fogem à regra: Alagoas, Paraná e o Rio Grande do Sul. Em Alagoas, a redução da área foi bastante forte, de 43,8 para 28,5 hectares. No Paraná e no Rio Grande do Sul, a tendência ao fracionamento foi menos sensível, verificando-se que a média passou de 97,1 para 89,8 e de 88,6 para 77,0 hectares, respectivamente.

Outros dados conduzem às mesmas conclusões: da concentração da propriedade rural brasileira e da desigualdade de sua distribuição. O censo agrícola revela, por exemplo, que grande número dos que vivem na agropecuária trabalha a terra alheia. No Estado de Alagoas, onde domina a monocultura canavieira, apenas 34% das pessoas permanentemente ocupadas nas atividades do campo são proprietárias. Em Sergipe, de economia rural mais diversificada, a situação é diferente: 53% das pessoas que se dedicam às fainas agrícolas cultivam suas próprias terras. Nos estados do Rio e de São Paulo os índices dos que são donos do solo em que trabalham descem para 28 e 29%, respectivamente.

No Paraná, o número dos agricultores proprietários sobe para 45%. Explica-se o fenômeno em virtude da colonização estrangeira, onde predomina a propriedade do tipo familiar.

Assinalam, ainda a concentração da propriedade, a frequência e a importância que assume, entre nós, o regime da parceria e do arrendamento, obedecendo, até agora, as normas ditadas pela tradição e pelas condições regionais.

Tomando por base a quota-parte atribuída aos parceiros em relação aos salários pagos nas diversas regiões fisiográficas do país, verificou o Serviço Nacional de Recenseamento que o regime da parceria alcança especial expressão econômica no

Leste, no Centro Oeste e no Sul, decaindo de importância no Noroeste e no Norte.

No Leste, o total dos salários pagos pelas explorações agropecuárias era apenas duas vezes superior ao da quota-parte atribuída aos parceiros.

Em números absolutos, os salários corresponderam a dois bilhões de cruzeiros contra um bilhão relativo à parceria.

No Sul e no Centro Oeste, o regime assume, também, apreciável relevância. A quota-parte dos parceiros foi inferior quatro vezes ao total dos salários agrícolas. Já no Nordeste o total destes somava sete vezes a quota-parte atribuída aos parceiros.

Na região Norte, de economia predominantemente extrativa, inadequada ao sistema, a parceria quase desaparece.

Em todo o Brasil, a relação entre os salários pagos e a quota-parte dos parceiros é da ordem de 3,3.

Ao lado da parceria, em que o proprietário de certo modo participa dos riscos das empresas e empresta ajuda de várias naturezas, existe o arrendamento ou a locação do imóvel rural (o pagamento pode ser feito em dinheiro ou em espécie) que, em certas zonas, alcança apreciável importância econômica.

Conclui-se, pois, que parte importante da nossa produção primária está na dependência dos ocupantes de terras alheias.

Todo esse conjunto de fatos demonstra a necessidade imperiosa de lei agrária, sábia e prudente, que favoreça a mudança de estrutura da economia rural pela melhor distribuição do solo; que estabeleça normas adequadas para o regime da parceria, nas suas variadas modalidades, até hoje entregue ao pleno arbítrio das partes e sujeito a toda a ordem de abusos, principalmente do proprietário da terra; que regule a locação rural e torne menos precária a figura do arrendatário, dando-lhe estabilidade, estimulando a boa utilização do solo e permitindo o pagamento de aluguel compatível com a produção.

Esses e outros problemas vêm sendo estudados pela Comissão Nacional de Política Agrária, e vários deles já foram consubstanciados em anteprojetos de lei.

Cumprida, agora, ao Congresso a tarefa, realmente difícil, de estudá-los, aperfeiçoá-los e dar, enfim, aos brasileiros a lei agrária, de que o país necessita, adaptada às condições da nossa multifórmica e complexa realidade e que se torne instrumento do progresso da economia agropecuária brasileira.

II

RESULTADOS do censo agrícola de 1950, ora divulgados, evidenciam a urgente necessidade de cuidarmos da questão da propriedade fundiária, no sentido de corrigir os defeitos da sua distribuição e possibilitar-lhes melhor aproveitamento.

Registre-se, antes de tudo, a ampliação considerável da área ocupada nos últimos trinta anos. De 1920 a 1950, a superfície dos imóveis rurais passou de 175 para quase 234 milhões de hectares. Incorporaram-se à economia nacional, no período, cerca de 59 milhões de hectares de terra, sendo 22,6 milhões entre 1920-1940 e cerca de 36 milhões no decênio seguinte. De 1940 a 1950, o ritmo do desbravamento de novas áreas para a agropecuária alcançou 3,6 milhões de hectares por ano. Nas duas décadas anteriores atingira a média anual de 1,1 milhões.

Apesar dêsse contínuo e rápido alargamento da área ocupada de modo efetivo, os estabelecimentos rurais recenseados em 1950 representavam pouco mais de um quarto do território nacional. As outras três quartas partes, de acordo com os dados do Serviço Nacional do Recenseamento, permaneciam à espera da ação civilizadora do homem.

Os dados do último censo vieram demonstrar a predominância do latifundiário ao lado da tendência aposta à extrema fragmentação do imóvel rural, ambas reveladoras do fenômeno da concentração da propriedade.

Nossa economia agrária continua baseada na grande propriedade. Pelo menos metade dos imóveis agropecuários do país possuem área superior a mil hectares. Vinte por cento dessas grandes propriedades apresentam mais de dez mil hectares. Revelou, ainda, o Recenseamento de 1950 que havia 65 propriedades medindo pelo menos 100.000 hectares cada uma (mil quilômetros quadrados). Cada um desses imensos latifúndios cobria em média 1961 quilômetros quadrados, visto somarem, em conjunto, perto de 128 mil quilômetros quadrados. Ao lado da grande propriedade, que define nossa estrutura agrária, registra-se o fenômeno oposto: a extrema fragmentação. Em 1940, havia no país 414 468 mil estabelecimentos rurais de área inferior a cinco hectares, representando 21,8 por cento, quanto ao número, e apenas 0,6 no referente à área total das propriedades recenseadas. Em 1950, esses minifúndios se contavam por 459.765, correspondendo a 22,2% do número, e 0,5% em relação à área.

Os dados oferecidos acima revelam que, no período intercensitário, registrou-se a tendência à reaglutinação da propriedade "pari passu" ao fenômeno inverso do seu excessivo parcelamento. A área média dos estabelecimentos rurais cresceu na maioria dos Estados, ao mesmo tempo que se multiplicaram os minifúndios e diminuiu sua representação no referente à área total. No decênio em exame, os grandes estabelecimentos cresceram em medida ponderável. Assim, os imóveis de mil hectares e mais que, em 1940, abrangiam 48,3% da área total, correspondiam em 1950, a 51,1% da área total, embora em ambas as datas, representassem apenas 1,5% do número das propriedades recenseadas. Em 1940, as propriedades consideradas muito grandes apresentavam a área média de 3.435 hectares; em 1950, 3 653 hectares, com o acréscimo médio de mais de 200 hectares.

O quadro abaixo mostra a distribuição da propriedade rural no Brasil, à época da última operação censitária.

GRUPO DE ÁREA (em hectares)	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Número	%	Hectares	%
Menos de 10	711 249	34,5	3 033 299	1,3
10 a 100	1 052 109	50,9	35 601 623	15,2
100 a 1 000	268 150	13	75 563 939	32,4
1 000 a 10 000	31 053	1,5	73 261 522	31,3
10 000 e mais	1 653	0,1	46 245 091	19,8
TOTAL	2 064 214	100,0	233 705 474	100,0

Esse quadro, organizado pelo Serviço Nacional do Recenseamento, evidencia o elevado grau de concentração da propriedade rural no país. A massa da população do campo não é dona do solo em que moureja. É assalariada, ou vive sob o regime do arrendamento ou da parceria. Como já dissemos em escritos anteriores, não somos partidários do sistema distributivo como solução única e uniforme. A grande, como a pequena e média propriedade de base familiar, podem e devem coexistir. São formas econômicas de exploração do solo, tudo dependendo de organização. O que combate, porém, é o latifúndio, compreendido como a grande extensão inculta, ou mal o parcialmente trabalhada, e o minifúndio que, no extremo oposto, não permite ao seu proprietário (a não ser em casos excepcionais) viver do seu rendimento. Ambos são formas anteconômicas da propriedade rural, que precisam ser corrigidas, através de sábias medidas.

Eis tarefa digna da atual legislatura: A elaboração de lei adequada à multiforme realidade brasileira, que permita a modificação da nossa estrutura agrária sem qualquer abalo revolucionário.

III

A POSIÇÃO do Brasil não é nada lisonjeira com referência à área cultivada. O Censo Agrícola de 1950 revelou que a cada habitante correspondiam perto de 4 000 metros de cultura, enquanto no Canadá a proporção é de 24.000 m² por pessoa e na Argentina de 15.000 m². Nossa posição torna-se ainda mais desfavorável se considerarmos que cerca de onze milhões de brasileiros economicamente ativos acham-se empregados nas atividades agropecuárias. Por isso, não se pode deixar de registrar o aumento da área cultivada como dos índices mais auspiciosos do balanço agropecuário de 1954.

De acordo com os dados estatísticos oferecidos por "Conjuntura Econômica" a área coberta pelas 46 principais culturas no período em causa, atingiu 20.535 mil hectares, superior a 923 mil hectares a de 1953, o que significa acréscimo de 4,8%. Esse progresso deveu-se, em grande parte, — observa a excelente revista da Fundação Getúlio Vargas — à exploração de terras novas e distantes, de vez que os altos preços do café no mercado internacional estimularam o desbravamento do Oeste. Cinco culturas — o milho, café, algodão, arroz e feijão — ocupam 76% da superfície total plantada. Dessas o milho detém o primeiro lugar com 5 469 hectares, ou seja, 27% do total.

Das 46 culturas arroladas nas estatísticas oficiais, apenas oito — cevada, melão, alfafa, algodão, amendoim, juta, mamona e tuncue — regressaram quanto à área. O maior recuo verificou-se com a cultura algodeira, que alcançou 106 mil hectares, ou seja menos 4,1%. No ano agrícola de 1953, a redução fôra ainda maior: 446 mil hectares, ou 14,8%. Deve-se o fenômeno à existência de enormes estoques à época da semeadeira. Malgrado essa diminuição de área ocupada, o volume da produção foi superior ao de 1955 em 19%, em virtude da considerável melhoria do rendimento por hectares, que alcançou 24%. Ainda de acordo com a análise de "Conjuntura Econômica", 38 culturas tiveram acréscimos nas suas áreas, destacando-se, entre elas, gêneros alimentícios de primeira necessidade como o arroz (-/- 310 760 hectares), feijão (-/- 236 195), milho (-/- 349 203), trigo (-/- 22 601), tomate (-/- 3 709), batata inglesa (-/- 7 593), que, no conjunto, acusaram uma expansão de 9%, representando mais de 930 hectares.

A produção rural cresceu em volume (8,8%) progrediu no referente à área de plantio (4,8%) e à produtividade por hectare e por pessoa ocupada. Esse, talvez, o aspecto da maior relevância no conjunto dos resultados favoráveis do ano agrícola de 1954. De modo geral — informa "Conjuntura" — a produtividade por hectare apresentou sensível melhoria. Entre os 46 produtos tabulados, apenas oito produziram menos que em 1950. Os demais 38 obtiveram melhor rendimento, alguns com acréscimos substanciais. Aumentou também a produção por pessoa ativa, em cerca de 18,7%, no período de 1948-1954.

Deve-se esse duplo incremento a vários fatores: utilização de solos mais férteis (desbravamento das zonas novas do Oeste); progresso da mecanização (somente nos primeiros dez meses do exercício passado foram importados 10 723 tratores e 16 394 arados, contra 1.910 e 1954 unidades no mesmo período de 1953) e aperfeiçoamento da técnica agrícola (emprego de fertilizantes, seleção de sementes, aplicação de métodos de defesa contra pragas, irrigação e defesa do solo).

O balanço agropecuário de 1954 demonstra que, por uma série de fatores favoráveis, a produção rural brasileira apresentou resultados positivos: aumentos de volume de área cultivada, de rendimento por hectares e de produtividade "per capita". Revelou, assim, sinais auspiciosos de rápida evolução. Sinais que nos enchem de otimismo, muito embora assinalam, apenas, os primeiros passos de longa e áspere jornada no sentido de colocar a agropecuária nacional ao nível das mais adiantadas do mundo — BRASÍLIO MACHADO NETO.

A FUTURA CAPITAL FEDERAL

PROSSEGUEM agora em ritmo acelerado os trabalhos relacionados com a interiorização da Metrópole do país — velha idéia que afinal encontrou o apoio de correntes ponderáveis da opinião pública. A Comissão de Localização da Nova Capital Federal, sob a presidência do Marechal José Pessoa, tem desenvolvido intensa atividade com o objetivo de dar andamento rápido às providências preparatórias daquele empreendimento. Neste particular, a medida mais importante já concretizada é a que tomou o governo do Estado de Goiás, relativa à delimitação da área escolhida para futura sede do governo da República. Tem o seguinte teor o decreto baixado em 30 de abril último, sob o n.º 480:

Declara de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social a área destinada à localização da Nova Capital Federal.

O Governador do Estado de Goiás, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 38, item I, da Constituição Estadual; e

Considerando que a mudança da Capital Federal, para o interior do país, imperativo nacional consubstanciado em todas as Constituições Republicanas, desde a de 1891, alcança, neste momento, fase decisiva; pois que,

Considerando que a Comissão constituída por força do parágrafo 1.º do art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1946, e a que se refere o decreto federal de 11 de dezembro de 1954, encerrando a primeira etapa de suas atividades, já fez a escolha do local destinado à nova sede do Governo da União;

Considerando que tal medida é de indissociável interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável corrente demográfica para o interior e com isto, desafogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos Bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do progresso do centro para a periferia; e

Considerando que, cabendo a Goiás, por uma fatalidade geográfica, vir a ter dentro do seu território o futuro Distrito Federal, desse acontecimento lhe advirão inegáveis e diretos benefícios, cujos efeitos se propagarão a toda a região central do país;

Considerando que se torna, por isto, dever do Estado de Goiás cooperar estreitamente com os órgãos federais, a fim de criar facilidades que assegurem a marcha ininterrupta do grandioso empreendimento; e, finalmente,

Considerando que, para tanto, se impõe, de imediato, adoção de providências que coíba a especulação em torno das terras compreendidas dentro do perímetro escolhido e já demarcado para a Nova Capital da República, **RESOLVE**, com fundamento no decreto-lei federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, e especialmente no art. 141, parágrafo 16, da Constituição Federal:

Art. 1.º — Fica declarada de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social, para efeito de desapropriação, a área destinada à Nova Capital Federal, e que, já escolhida e demarcada pela respectiva Comissão de Localização, dentro dos limites abaixo descritos, será oportunamente incorporada ao domínio da União: — “O perímetro começa no ponto de Lat. 15º30' S e Long. 48º12' W. Green. — Dêsse ponto segue para Leste pelo paralelo de 15º30' S até encontrar o meridiano de 47º25' W. Green. — Daí, por êsse meridiano de 47º25' W. Green., para o Sul, até

encontrar o Talweg do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do Rio Prêto. Daí, pelo Talweg do citado córrego Santa Rita, até a confluência dêste com o Rio Prêto, logo a juzante da Lagoa Feia. Da confluência do Córrego Santa Rita com o Rio Prêto, segue pelo Talweg dêste último, na direção Sul, até cruzar o paralelo de 16º03' S. Daí, pelo paralelo de 16º03' S na direção Oeste até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí, para o Norte, pelo Talweg do Rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48º12' W. Green. Daí, para o Norte, pelo meridiano de 48º12' W. Green, até encontrar o paralelo de 15º30' S, fechando o perímetro ”

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 30 de abril de 1955, 67.º da República.

as.) José Ludovico de Almeida,
Sebastião Dante de Camargo Júnior,
José Peixoto da Silveira,
José Feliciano Ferreira,
Irani Alves Ferreira,
Luiz Angelo Milazzo,
Jayme Câmara.

A propósito de providência tomada pelo governo goiano, o Marechal José Pessoa fez as seguintes declarações à imprensa:

“A atitude patriótica da Assembléia Legislativa de Goiás, aprovando, por unanimidade, em menos de 24 horas, a Lei n.º 1 071, oriunda da mensagem do Executivo, autorizando o governo do Estado de Goiás a proceder à desapropriação da área do novo Distrito Federal, já declarada de utilidade pública e de conveniência ao interesse social por ato histórico do governo daquele Estado, merece aplausos de todos os brasileiros amantes do seu país.

Após a aprovação da Lei, deputados de todas as bancadas, num belo gesto de educação política e espírito público, compareceram incorporados ao Palácio do Governo a fim de entregar o respectivo autógrafa para a devida sanção do Poder Executivo. Esse ato conforta sobremaneira os sinceros patriotas e merece ser imitado por todos aqueles que desempenham missão pública, pois o interesse da coletividade deve pairar acima das conveniências pessoais ou partidárias.

Tanto o decreto do Governo como a Lei da Assembléia Legislativa, ambos em irrestrito apoio aos trabalhos em andamento de Localização da Nova Capital Federal, removeram os últimos obstáculos existentes para a mudança da Capital. Agora, entraremos diretamente na fase executiva, com o planejamento da cidade, em toda a sua complexidade, para que possamos, enfim, concretizar, o mais breve possível, a aspiração da nação brasileira e cumprir um dos mais sábios dispositivos da Constituição.

Quanto ao nome da nova Capital, deverá ser um nome histórico, de grande significação: Vera Cruz, significa uma veneranda tradição de nossa Pátria, envolve-nos carinhosamente sob o manto da fé, relembra-nos o primeiro nome dado ao nosso país, — o título que, num momento de alegria, de exaltação e de vitória, aflorou aos lábios do grande descobridor, ao contemplar os sinais da terra brasileira. Vera Cruz — a cruz verdadeira, que há de guiar o pensamento dos nossos dirigentes e abençoar o operoso povo brasileiro.

Vera Cruz, portanto, representa, para nós, brasileiros, a continuidade histórica de nossa Pátria civilizada, no decorrer dos séculos, à sombra do sagrado madeiro. Eis como justificaria o meu pensamento ”

Ouvidos a respeito da sugestão do Marechal José Pessoa, quanto à denominação da futura Capital Federal, manifestaram-se favoravelmente vários historiadores e homens de letras, o que assegura boa receptividade ao nome de Vera Cruz.

O PROBLEMA DO REFLORESTAMENTO

DANDO início a uma campanha de âmbito nacional, que visa a coibir a devastação de nossas reservas florestais, a Sociedade Nacional de Agricultura enviou aos prefeitos de todos os Municípios do interior a seguinte circular:

“A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo presente o grave problema criado para o Brasil com as queimas e derrubadas de florestas e matas, com efeitos mediatos e imediatos sobre a economia nacional, vem, num sincero apelo ao devotamento e espírito público de V. Exa, pedir-lhe cooperação — e o faz com empenho — para que, dentro das possibilidades desse Município, colabore em sua campanha no sentido de coibir essa prejudicial prática

Certa de que essa Prefeitura não lhe recusará seu apoio, roga-lhe a fineza de responder aos quesitos que, a seguir, formula:

— Seria possível a essa Prefeitura manter em seu Município uma gleba, seja para reserva florestal, seja visando ao reflorestamento, através da distribuição de mudas e sementes a preços módicos?

— Em caso afirmativo, qual a área que poderá reservar?

— No caso de reserva florestal, quais as essências que merecerão preferência?

— No caso de reflorestamento, quais as essências que pretende plantar?

— Haverá facilidades na obtenção de mudas ou sementes para quaisquer dos casos?

— Quais as essências predominantes nas florestas do Município?

— Haveria, na hipótese de reflorestamento, interesse em ser este subordinado ao Governo do Estado ou ao Federal?

— Há legislação municipal sobre a obrigatoriedade do replantio?

— Tem havido fiscalização oficial no tocante às queimas e derrubadas?

— O Município exporta carvão vegetal?

— Há exploração de madeira de lei?

— Existem serrarias no Município?

— Comemora essa Prefeitura o “Dia da Árvore”?

Certos de que V. Exa. nos honrará com sua valiosa colaboração e breve resposta, subscrevemo-nos com apreço e distinta consideração. (a) Arthur Torres Filho, presidente ”

A INICIATIVA da SNA obteve a mais expressiva repercussão. Tanto assim que “O Jornal”, do Rio de Janeiro, divulgou em sua edição de 3 de maio, sob o título “Agricultura e Reflorestamento”, o editorial que a seguir, data vênica, reproduzimos:

“A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu um ofício-circular aos prefeitos de todos os municípios, pedindo a sua cooperação na campanha de reflorestamento em todo o território brasileiro, a fim de reduzir os prejuízos resultantes das derrubadas e queimas de florestas e matas. Nenhuma entidade mais autorizada para formular esse apelo, por ser a mais antiga organização rural do país, podendo assim falar verdadeiramente em nome da agricultura

Este setor econômico deve ser, efetivamente, o mais interessado na salvação da nossa riqueza florestal, porque dela depende o curso de suas atividades. É que as matas constituem a maior proteção dos rios e córregos, e sem a abundância d’água não é possível fazer lavoura nem outros trabalhos rurais. Tanto assim é que, na linguagem dos nossos rurícolas, terras cultiváveis são as que têm “boas águas”

Contudo, são os homens do campo os principais responsáveis pela devastação das nossas matas. Não tendo recursos para adubar as glebas que consideram cansadas, promovem as derrubadas para abrir novas lavouras, as quais já começam empobrecidas pela queimada que as antecedeu, consumindo parte das substâncias nutritivas do solo. E prosseguem sempre na sua faina predatória, praticando a chamada “agricultura de cigano”, pelo seu caráter acentuadamente nômade

Elementos mais perniciosos, porém, são os que se entregam à extração de madeiras e de dormentes, bem como de lenha para consumo direto ou transformada em carvão. Esses aproveitam o que a terra tem de melhor, que é a vegetação, e a deixam infecunda para a produção agrícola, a qual responde à maior necessidade do homem, que é a alimentação. Só poderiam redimir-se desse crime, se procedessem ao replantio das terras devastadas com as espécies mais úteis.

A destruição do nosso patrimônio florestal é muito mais extensa do que possam imaginar os espíritos alheios à matéria. Segundo cálculos efetuados por especialistas, cujos trabalhos, publicados pelo Conselho de Economia Nacional, se baseiam em observações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e em dados do Serviço de Estatística da Produção, do Instituto do Pinho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — o total das matas no território nacional reduziu-se de 5 018 633 quilômetros quadrados, existentes em 1911, a 3.768 151 quilômetros quadrados em 1947 e a 3 367 683 quilômetros quadrados em 1953, ou cerca de 357 milhões de hectares

Quer isso dizer que, no intervalo de quarenta e poucos anos, a devastação atingiu, aproximadamente, 150 milhões de hectares. E continua numa média de 3,5 milhões de hectares por ano, — adverte a publicação da citada origem — podendo liquidar em um século todas as nossas reservas florestais, hoje concentradas principalmente no Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Veja-se agora o reverso da medalha. Conforme ainda a mesma fonte, “considera-se que, em todo o Brasil, até hoje, para contrabalançar a exploração predatória das matas, apenas 500 milhões de árvores tenham sido plantadas, das quais 400 milhões em São Paulo. Mas a superfície reflorestada, admitindo-se 4 quilômetros quadrados por pé, não ultrapassaria 2 000 quilômetros quadrados, o que é irrisório diante da área desfalçada, pois corresponderia a 0,001% da devastação”.

Entre os quesitos formulados pela Sociedade Nacional de Agricultura às Prefeituras Municipais, destaca-se o seguinte: “Seria possível a essa Prefeitura manter em seu município uma gleba, seja para reserva florestal, seja visando ao reflorestamento, através da distribuição de mudas e sementes a preços módicos?” A essa pergunta, que envolve uma sugestão, poucas Prefeituras poderão responder afirmativamente, porque a grande maioria não cogita desse problema, que é, entretanto, do seu interesse fundamental.

A mesma Sociedade devia mobilizar para a benemérita campanha de sua iniciativa as Associações Rurais do país, que se elevam ao número de 1 048, distribuídas por todos os Estados e Territórios, congregando 143 000 sócios, que se dedicam à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativas de origem vegetal e animal. Órgãos locais da agricultura nas suas diversas modalidades, essas Associações poderão colaborar eficientemente numa causa que é tanto delas como do país, porque visa a evitar que o Brasil se transforme num deserto dentro de um século ”

BRASIL: 50% DE ANALFABETOS

HAVIA no Brasil, à época do último recenseamento, 51,65% de analfabetos. Admitindo-se que a proporção dos que não sabem ler nem escrever se tenha reduzido, dali por diante, em ritmo semelhante ao verificado entre 1940 e 1950 (quando baixou de 56,96% a 51,65%) pode-se estimar em 50% a proporção atual de analfabetos em nosso país. Nesses cálculos, toma-se por base a população de 10 anos e mais que abrange, com possibilidades mínimas de erro, a totalidade das pessoas aptas a conhecer as primeiras letras, de acordo com o critério mais frequentemente adotado em vários países.

Em todos os Estados, com exceção apenas do Rio Grande do Norte, o nível de alfabetização é mais elevado entre os homens do que entre as mulheres. No conjunto do país, em 1950, a proporção de analfabetos que para o sexo masculino era de 47,38%, elevava-se a 55,83% para o sexo feminino. Nas idades infantis e adolescentes, a difusão da instrução primária é pouco diferente nos dois sexos e levemente maior no feminino, mas ao subir da idade acentua-se cada vez mais a inferioridade da proporção das mulheres que sabem ler e escrever em comparação com a dos homens.

Como se reconhece em um dos "Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil" (publicados em volume pelo Conselho Nacional de Estatística) o censo de 1950 encontrou um nível de alfabetização ainda muito baixo entre nós. Na população dos quadros rurais, onde são menores as facilidades de instrução e é mais comum o aproveitamento das crianças nos trabalhos do campo e do lar, a percentagem de analfabetos alcançava 67,75%, enquanto que nos quadros urbanos era de 21,37%. Nenhuma dessas taxas, porém, deve ser confundida com a do conjunto do país que, em 1950, correspondia a 51,65%. Hoje pode-se cal-

cular em 50% a proporção dos analfabetos na população de 10 anos e mais.

Em 1950, contavam-se sete Unidades da Federação em que o número de alfabetizados era superior ao de analfabetos na população de 10 anos e mais: Distrito Federal (84,56% de alfabetizados), Rio Grande do Sul (65,83%), São Paulo (65,37%), Santa Catarina (64,20%), Rio de Janeiro (55,97%), Paraná (52,68%) e Mato Grosso (51,25%). Nessa lista não se encontrava nenhuma Unidade das regiões Norte e Nordeste, incluindo-se apenas duas do Leste e uma do Centro-Oeste. A Região Sul, entretanto, estava representada por todas as quatro Unidades que a compõem.

Admitindo-se que os progressos da alfabetização tenham continuado no mesmo ritmo verificado no decênio intercensitário (1940-1950), hoje pelo menos em dois outros Estados (Pará e Minas Gerais) a proporção das pessoas que sabem ler e escrever deve ter ultrapassado a dos analfabetos na população de 10 anos e mais.

No conjunto do Brasil, o número índice do progresso da alfabetização entre os censos de 1940 e de 1950 atingiu 112,34, mas entre as diversas Unidades da Federação observam-se sensíveis variações. Goiás apresentou o maior índice (124,96), seguindo-se a Paraíba com índice também relativamente elevado (123,33). Progressos apreciáveis foram registrados na Bahia, Estado do Rio, Piauí, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Pernambuco e Mato Grosso. As mais modestas melhorias verificaram-se no Espírito Santo (102,66), Amazonas (102,91) e no Distrito Federal (103,35). No caso particular da Capital da República, o lento progresso pode explicar-se não só porque já era relativamente alta a percentagem de alfabetizados em 1940, como devido à grande afluência de imigrantes de zonas rurais com baixo nível de alfabetização.

CAMPINA GRANDE, "PORTA DO SERTÃO" — Graças à sua privilegiada posição geográfica, Campina Grande funciona como um grande empório comercial entre o pôrto do Recife e vasta área do sertão nordestino, o que lhe valeu o cognome de "porta do sertão". Seu comércio atacadista é o mais desenvolvido do Estado e um dos mais importantes do Nordeste; cerca de 51% das transações estaduais do gênero se realizam naquela praça. Demográfica e economicamente, Campina Grande é o primeiro município da Paraíba, acima inclusive do de João Pessoa.

Entre 1940 e 1950, a antiga Vila Nova da Rainha do Cariri de Fora teve sua população aumentada de mais de um terço. Seus 173 206 habitantes, em julho de 1950, representavam um décimo da população paraibana recenseada e situavam o município entre os 13 mais populosos do país. Embora a cidade de Campina Grande tivesse, naquele ano, número de habitantes inferior ao da cidade de João Pessoa, a população do município campinense era quase 50% maior que a do município da Capital.

Campina Grande é o maior produtor brasileiro de agave; sua produção, em 1952, alcançou 16% do total nacional, e vem apresentando considerável incremento. Essa cultura e mais as de mandioca e algodão fornecem 87% dos recursos agrícolas do município, que, também nesse setor, é o primeiro da Paraíba. Mas a mola mestra do progresso de Campina Grande é seu comércio atacadista. Consoante os dados divulgados em recente monografia do C.N.E. e referentes ao último Censo, 47% das vendas por atacado eram efetuadas por estabelecimentos do ramo de produtos agropecuários e matérias-primas. Estes, em número de apenas 26, figuravam com elevado valor médio de vendas: 13 milhões de cruzeiros por estabelecimento.

NOVOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS

A SECRETARIA-Geral do CNE acaba de publicar o volume intitulado *Divisão Territorial do Brasil*, com o quadro completo de municípios e distritos vigente em 31 de dezembro de 1954. Esse volume, organizado pela Diretoria de Documentação e Divulgação, apresenta, em forma sistemática, apreciável massa de informações sobre as alterações verificadas na composição municipal do país, oferecendo, nesse particular, valioso subsídio para o estudo objetivo da matéria. Em nota introdutória foram devidamente ressaltados os problemas ocorrentes com a constante criação de novas Unidades, sem mais a observância da sistemática estabelecida pela lei n.º 311. Aquêlê quadro vigente em fins de 1954 já não é o mesmo agora, porque várias modificações foram introduzidas em algumas Unidades da Federação. Registramos, a seguir, as modificações de que tivemos notícia.

Pará — A Lei n.º 1 127, de 11 de março de 1955, fixou o quadro da divisão territorial e judiciária do Estado para 1954/58, introduzindo modificações na Lei n.º 158, de 31 de dezembro, que até então regulava a organização dos Municípios. Foram criadas 23 novas Unidades: Aneiro, Bagre, Boa Vista de Iririteua, Bonito, Jacaré-Acanga, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Melgaço, Peixe-Boi, Quatipuru, Santa Cruz do Arari, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santana do Capim, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Félix do Xingu, São João do Acangatá, São João do Araguaia, São Manuel de Jambuçu, Sousel, Tomé-Açu e Uru-majó.

Maranhão — Foi instalado no dia 17 de março o novo Município de Presidente Vargas, criado pela lei estadual n.º 1 304, de 27 de dezembro de 1954, e desmembrado do Município de Carolina.

Sergipe — Instalaram-se no dia 31 de janeiro e 1.º de fevereiro último, os novos municípios de Tomar do Jeru e de Poço Verde, respectivamente, ambos criados pela lei estadual n.º 525A, de 25 de novembro de 1953. Cumprindo a Lei de Organização Municipal do Estado, na mesma ocasião

ocorreram a instalação das respectivas Câmaras Municipais e o compromisso e posse dos vereadores e dos prefeitos eleitos a 3 de outubro de 1954.

Bahia — Cumprindo a Lei Orgânica dos Municípios, foram instalados a 7 de abril último os municípios baianos criados durante os anos de 1952 e 1953. Na mesma data, os órgãos administrativos e legislativos, das novas unidades municipais, cujos membros foram eleitos a 3 de outubro de 1954, iniciaram suas atividades. São os seguintes os novos municípios instalados: Acajutiba, Antas, Coaraci, Encruzilhada, Ibicarai, Ibicui, Igaporã, Iguaí, Itajuípe, Itapetinga, Pindobaçu, Pirituba, Potiraguá, Sapeaçu, Serra Preta, Tremedal, Ubatã, Uruçuca, Utinga e Xorroxó. Também foram instalados os novos distritos de Triunfo do Sincorá, do Município de Barra da Estiva, a 1.º de janeiro; Periperi de Poções, a 27 de março; e Ponto Chique, do Município de Iguaí, a 4 de abril.

Rio de Janeiro — O Governador do Estado sancionou a lei n.º 2 382, de 18 de janeiro último, criando o 5.º distrito do Município de Três Rios, com a denominação de Serraria e com sede na localidade do mesmo nome.

A 6 de fevereiro instalou-se solenemente o município de Volta Redonda, desmembrado do Município de Barra Mansa, pela Lei Estadual n.º 2 185, de 17-7-1954.

Rio Grande do Sul — O Governô do Estado promulgou as leis ns. 2 601 e 2 602, de 28 de janeiro do ano corrente, que criaram os novos municípios de Jirú e Santo Cristo, respectivamente.

Em cumprimento ao disposto na lei estadual n.º 2 116, de 24 de setembro de 1953, que estabeleceu normas para criação de novas unidades administrativas do Estado, instalaram-se no dia 28 de fevereiro, data prevista nas próprias leis de criação, os novos municípios de Casca, Cérrro Largo, Criciumal, Espumoso, Esteio, Frederico Westphalen, Gaurama, Gramado, Horizontina, Ibirubá, Jirú, Marau, Não-Me-Toque, Nova Petrópolis, Panambi, Roca Sales, Rolante, Sananduva, Santo Cristo, Sapiranga, Tapera e Três de Maio.

RIBEIRÃO PRÊTO: AGRICULTURA E INDÚSTRIA — Embora deva grande parte de seu progresso à cultura do café, o município de Ribeirão Prêto encontra, hoje, seu principal apoio econômico nas indústrias de transformação, dentre as quais se destacam as de produtos alimentares e de bebidas. No setor agrícola, é de se notar o incremento que vem tendo, nos últimos anos, o cultivo da cana-de-açúcar, de que o município produziu, em 1952, 100 mil toneladas, transformando-se assim em importante centro canavieiro.

Apesar de haver declinado consideravelmente, o café continua pesando na balança agrícola municipal. Recente monografia do C.N.E. sobre Ribeirão Prêto, na qual é examinado o quinquênio 1948-1952, nos mostra que o café ainda contribui com pelo menos um terço do valor da produção agrícola. Também o milho, no mesmo período, experimentou acentuada redução. Já o algodão e a cana-de-açúcar se desenvolveram apreciavelmente no decorrer desses cinco anos, tendo as respectivas quantidades atingido quase o dobro. Todavia, o valor total da produção agrícola do município não chegou, em 1952, a 100 milhões de cruzeiros, o que representa menos de 0,4% sobre o valor produzido em São Paulo.

Industrialmente, colocava-se Ribeirão Prêto em 15.º lugar no Estado, por ocasião do Censo de 1950, com uma produção de 367,5 milhões de cruzeiros. Em 1952, só a produção da indústria de bebidas se elevava acima de 130 milhões, e a de produtos alimentares, acima de 110 milhões. Como subgrupos industriais mais importantes aparecem a fabricação de cerveja e outras bebidas maltadas, e a fabricação e refinação de açúcar.

DELINEAMENTOS GERAIS DA OPERAÇÃO-MUNICÍPIO

A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios vem recebendo, de todos os pontos do país, uma surpreendente quantidade de sugestões, estudos, telegramas de apoio, mensagens de estímulo e contribuições diversas sobre a "Operação-Município". Raros projetos conseguiram despertar interesse igual, provocando, em todo o Brasil, pronunciamientos de milhares de estudiosos, técnicos, vereadores e prefeitos.

Mobilização de interesses — Sente-se a ocorrência de uma espontânea mobilização de interesses populares, principalmente nas zonas rurais, no sentido de obter a realização, no mais breve prazo possível, da "Operação-Município" — o magno conjunto de iniciativas, providências e empreendimentos indispensáveis a efetiva emancipação administrativa, econômica e financeira dos Municípios brasileiros. As nossas Comunas perceberam, afinal, que ainda não dispõem de uma verdadeira autonomia, apesar dos textos legais que a proclamam com tanta ênfase. Os fatos se incumbem de desmentir, todos os dias, a ficção da autonomia municipal de natureza exclusivamente legal, sem o correspondente lastro de recursos que possibilitem o seu exercício.

Prefeitos, vereadores e munícipes vivem o drama das romarias e peregrinações às antessalas dos palácios e das secretarias de Estado, pleiteando de governadores, ministros, autoridades e líderes partidários medidas de amparo ou simples auxílios para as respectivas Municipalidades. No plano federal são raros os que encontram acolhida nos gabinetes ministeriais. A não ser quando acompanhados de algum político em evidência, ou de algum potentado eventual, prefeitos e vereadores não têm prestígio para conseguir qualquer ajuda concreta para os seus Municípios. São, quando muito, recebidos como figuras pitorescas e sempre despedidos com as mãos vazias. Os mais insistentes recolhem "promessas" dos homens de Estado, os quais lamentam, com enfado, o precioso tempo desperdiçado com os "correligionários"... Este é, talvez, um dos motivos que explicam a extraordinária receptividade da "Operação-Município".

Projetos revolucionários — Na verdade, os projetos integrantes de "Operação Município" são revolucionários e substancialmente democráticos, apresentando conteúdo técnico e indicando, de uma vez por todas, as soluções concretas que os homens práticos aguardam. Outra razão pela qual a "Operação-Município" continua recebendo apoio da opinião pública de todo o país — é, exatamente, essa perspectiva de libertação de uma diátese das nossas instituições, a fatalidade de mendigar o que por direito lhes cabe e, ainda por cima, ficar devendo favores. Os Municípios costumam receber como dádiva o que é um direito; e são titulares de direitos que permanecem no papel e dificilmente se materializam.

Todavia, o fator responsável pela transformação da "Operação-Município" em legítima as-

piração nacional é a sua envergadura de concepção de conjunto, essencialmente dinâmica, dentro da qual assume feição preponderante a elaboração de planejamentos adequados às necessidades locais, regionais e municipais. Este é o caso, principalmente, do Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais e diplomas previstos no texto do projeto já apresentado na Câmara Federal pelo Sr. JARBAS MARANHÃO, recentemente eleito senador pelo Estado de Pernambuco. O referido projeto é uma contribuição técnica feliz e traduz com fidelidade as principais recomendações incorporadas à "Carta dos Municípios".

Lei de descentralização — Ao Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais seguir-se-á a Lei de Descentralização Administrativa — preliminar indispensável às grandes reformas que o Brasil está reclamando nas três órbitas da Federação. A transferência de inúmeros serviços da esfera de competência da União e dos Estados para o domínio dos Municípios, a par de outras medidas correlatas, será uma das principais consequências dessa lei. Posteriormente, quando a conjuntura política e as condições financeiras do país o permitirem, tornar-se-á oportuna a apresentação de outros projetos. Entre estes, têm lugares de relevo uma nova discriminação de rendas e encargos e a regulamentação das prerrogativas constitucionais que facultam à União legislar sobre "as normas gerais de direito financeiro" (art. 5º, XV, b). A regulamentação desses dispositivos constitucionais é, de fato, o ponto de partida para a reestruturação do sistema tributário. Essa tarefa tornará viável um sistema de coordenação dos orçamentos federal, estaduais e municipais, abrindo melhores perspectivas à ação governamental nos diversos níveis. Na situação atual encontram-se desarticulados os esforços governamentais no âmbito da tributação, do crédito, da moeda e dos investimentos — o que anula as tentativas de combate à inflação.

A "Operação-Município", a partir do início de sua execução, se apresenta como um sistema orgânico de diretrizes, medidas legislativas, contribuições técnicas, obras, serviços, empreendimentos diversos. Trata-se de sistema planejado de baixo para cima, isto é, começando pelos Municípios. E, o que é talvez mais importante, um sistema integralmente coordenado com os altos interesses da União. Ao contrário do Plano SALTE, que foi esquematizado de cima para baixo, sem raízes no interior, a "Operação-Município" tem origem nos planejamentos locais que são aglutinados e somados dentro de cada Estado — e com a participação deste. A principal consequência de todo esse complexo de relações intergovernamentais e interadministrativas é uma original integração de projetos aos quais se associa a União com participação majoritária. — ARAÚJO CAVALCANTI.

Publicado no "Diário de Notícias", do Rio, edição de 17-IV-1955.

AOS MUNICÍPIOS O QUE LHE PERTENCE

LOGO ao retornar de Guarujá, onde se realizou a Terceira Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, os dirigentes da ABM estiveram em visita a diversas autoridades, no desempenho das funções que lhes foram cometidas e, em certo caso, para atender ao clamor que se levanta, na hinterlândia, pedindo providências do governo federal. Essas visitas e contactos prosseguem. Nos encontros com os altos responsáveis pela administração nacional, os dirigentes da ABM levam uma bandeira: "Aos Municípios o que lhes pertence". Desde que, a partir de 1946, data da Constituição, os Municípios nada mais obtiveram, de positivo, em favor de seu progresso, é preciso, pelo menos, colocar a questão no nível inicial. E exigir o cumprimento do mínimo que a lei assegura às Prefeituras do país, as quais têm sob seus cuidados diretos toda a população do Brasil.

Estivemos já com o ministro da Fazenda, o ministro da Viação e o ministro da Saúde. Aos dois primeiros, apresentamos reivindicações e consultas. O último, médico que iniciou sua carreira no interior, expoz-nos as preliminares do programa que está articulando para descentralizar os serviços do seu Ministério, executando-os, tanto quanto possível, através dos Municípios. Antes do fim deste mês, realizará uma conferência, a convite da ABM, a fim de exibir, detalhadamente, o plano.

No Ministério da Viação, consultamos como deveriam agir os Municípios a fim de receber as cotas que a Constituição lhes atribui, no Fundo Rodoviário Nacional e que ficam indevidamente retidas nos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, muitas vezes por motivos exclusivamente políticos; solicitamos providências relacionadas com a dragagem do porto de Florianópolis e da Lagoa dos Patos; e medidas para melhor emprêgo, com estações abaixadoras, da energia de Paulo Afonso, na Bahia.

A audiência com o ministro da Fazenda contou com maior número de conselheiros, que ainda se encontravam nesta capital, antes de voltar aos seus Estados e teve como ponto principal o resgate dos débitos da União para com os Municípios. Numerosos telegramas e cartas, ofícios, apelos pessoais têm chegado à sede da Associação Brasileira de Municípios, dos mais diferentes pontos do território da República, apelando para que a ABM interceda junto às autoridades fazendárias no sentido do cum-

primento da Constituição. Expuzemos a situação ao sr. José Maria Withaker: A Constituição dividiu o produto da arrecadação do imposto de renda em dois blocos distintos: 90 partes para a União e 10 partes para os Municípios do interior. Entretanto, como lhe cabe arrecadar o imposto, a União inclui o total da arrecadação em sua lei de meios e passa a entregar, como favor, quando entende, o produto total destinado aos Municípios, em cada exercício. Está, dêsse modo, devendo restos da cota do imposto de renda às Prefeituras referentes aos anos de 1948, 1949, 1953 e 1954.

O novo ministro da Fazenda, com quem parece ser possível tratar de assuntos referentes aos problemas do interior do Brasil, demonstrou seu interesse em resolver o assunto, com o levantamento que está fazendo dos débitos da União. Mesmo porque a dívida é irrisória, para tão pródiga e gloriosa dissipadora, como a União, e os duzentos mil cruzeiros que o saldo representa para cada Município são importantes para a imensa maioria das nossas comunidades. Presente se encontrava o prefeito de Angicos, Rio Grande do Norte, sr. Fernando Pedrosa, que declarou, de viva voz, ao ministro da Fazenda, que metade do orçamento do seu Município é simbolizada pela cota do imposto de renda.

Encarecemos ao sr. José Maria Withaker que institua na sua administração a regularidade dos pagamentos da União aos Municípios. Em memorial que lhe será apresentado amanhã, sugere a Associação, segundo alvite do prefeito de Angelim, Pernambuco, sr. José Manuel de Queirós, colaborador da imprensa do Recife e que acaba de nos escrever nesse sentido: Da arrecadação do imposto de renda sejam recolhidos apenas 90% como receita da União, sendo os 10% restantes recolhidos, pelas repartições arrecadoras, ao Banco do Brasil, em conta especial, em cada exercício, findo o qual é feita a respectiva distribuição, poderão as Prefeituras receber, em princípio do exercício seguinte, a parte que lhes cabe, sem mais nenhum embargo.

Aos Municípios o que lhes pertence. Lutando por esse lema, a Associação Brasileira de Municípios está cumprindo com o seu dever, contribuindo para o equilíbrio entre as metrópoles e o interior, concorrendo para o crescimento sadio e harmonioso do Brasil. — OSÓRIO NUNES

(Do "Diário de Notícias", do Rio, 8-V-55)

ACESSÍVEL A TODOS UMA LINGUAGEM HERMÉTICA

O BRASIL está sendo medido. Não basta conhecer, em bruto, o território, com os seus oito milhões de quilômetros quadrados. É necessário deter os olhos, atentamente, em cada região, em cada Estado, em cada município, em cada cidade; apreciar-se as pedras do grande mosaico; conhecer-lhe a natureza, configurações, possibilidades, espírito. Isso constitui uma tarefa interminável, a desafiar a paciência dos pesquisadores e a pedir, posteriormente, a análise lúcida dos comentaristas. A essa grande tarefa entregou-se, desde sua fundação, o I B G E, quatro iniciais que devem estar no coração dos brasileiros, pelo reconhecimento "estatístico e geográfico" que promove das terras e gentes do país. E, graças a esse programa, a estatística vai dizendo da situação real das unidades que integram a Nação.

Uma injusta antipatia cerca os números entre nós. Convencionou-se que eles são frios e se confinam numa linguagem hermética, que só os especialistas entendem. A verdade, a respeito, é parcial. Se fórmulas estatísticas fogem à compreensão do leigo, todavia essas mesmas cifras podem ser contadas de modo agradável, ao alcance de todos. Exatamente isso começa a ocor-

rer no I B G E, com as publicações simples, sóbrias, elegantes, claras, precisas, que o seu Serviço de Divulgação está distribuindo umas sobre os territórios, como Guaporé e Rio Branco, outras sobre municípios, como Campos e Nova Iguaçu, Sorocaba, Ilhéus e Itabuna. Um pouco de cada coisa; aspectos físicos, população, base econômica, transportes, aspectos urbanos, assistência médica, atividades culturais, finanças, representação política. Seguem-se dados mais desenvolvidos, desde os de ordem histórica. Todavia, o caráter de atualidade — tal como convém — é o que domina nessas utilíssimas publicações.

Confesso o interesse que, de pronto, tais folhetos me despertaram. Folhei-os detidamente. Saltaram aos meus olhos a diferença ou as "essencialidades" de cada município. Os cinco primeiros servem admiravelmente a esses confrontos: dois municípios fluminenses, dois baianos, um paulista. Tome-se a base econômica, e passaremos da cana-de-açúcar e laranja do Estado do Rio, para o cacau das duas unidades da Bahia, ou a indústria têxtil do município paulista. Examine-se a percentagem de alfabetização: Ilhéus e Ita-

buna um pouco acima da média baiana, que é de 27%; Campos e Iguaçu nas vizinhanças dos 50%; Sorocaba além de 70%. Flagrantes baianos, fluminenses, paulistas, dizendo das tendências, realidades, possibilidades das diversas unidades políticas da Federação. No texto, nos dados objetivos, nos confrontos, desenha-se a situação brasileira — aquilo que todos devem saber, de preferência a meros palpites e conjecturas partidárias, fôfas e insubsistentes.

A objetividade desses dados se atribui a dois jornalistas autênticos: ELMANO CARDIM, atual Presidente; e VALDEMAR CAVALCANTI, diretor de Documentação e Divulgação. Só o jornalista conhece de fato a linguagem capaz da comunicabilidade imediata com o público. Agora, pelo sentido que eles imprimiram às publicações e comunicados, todos poderão “ler estatísticas” CELSO KELLY.

Publicado em “A Noite”, edição de 1.º-II-955.



BOTUCATU, MUNICÍPIO CENTENÁRIO — O Município de Botucatu, que neste ano comemora o primeiro centenário de sua criação, deve grande parte de seu desenvolvimento ao surto cafeeiro e, de maneira particular, à descoberta, na sua área, do café amarelo, o chamado “café de Botucatu”, especialmente rico em cafeína. Depois, tomaram impulso outras culturas, das quais o algodão é a de maior expressão econômica. Mas o café continua sendo o grande sustentáculo da economia botucatuense, fornecendo 70% dos recursos agrícolas do município.

Por ocasião do Censo de 1950, a população de Botucatu atingia 41 264 habitantes, 56% residiam no quadro urbano e 3% nas vilas de Pardinho, Pôrto Martins e Vitoriana. A população rural era representada por apenas 41% do total do município, proporção inferior à verificada para o conjunto do Estado de São Paulo (47%). Não obstante, a agropecuária constitui o principal ramo de atividade dos botucatuenses: 38% da população ativa se dedica aos trabalhos do campo.

A monografia que o C.N.E., associando-se às comemorações desse primeiro centenário, organizou para o município de Botucatu, reúne uma série de elementos interessantes sobre a vida econômica e cultural da comuna. Vemos que, em 1952, o valor da produção agrícola se elevava a 115 milhões de cruzeiros, dos quais 81% devidos ao café e ao algodão. No quinquênio 1948-1952, a produção de café experimentou forte incremento, ao passo que a do algodão declinou consideravelmente, voltando a melhorar em 1952. No mesmo ano, o valor da produção industrial do município ultrapassou os cem milhões de cruzeiros.

Vida Municipal

AMAZONAS

Itacoatiara — Em franca produção o poço petrolífero de Nova Olinda.

PARÁ

BELÉM — Inaugurada a Escola de Iniciação Mascarenhas de Moraes, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil.

MARANHÃO

Pinheiro — Inaugurada uma ponte sobre o rio Montevideu.

PIAUÍ

Barras — Instalada a Escola São Pedro Nolasco, do Patronato Monsenhor Bozon.

Florianópolis — Autorizada a construção do Estádio Municipal.

Parnaíba — Descoberta e em exploração uma mina de rutilo.

CEARÁ

Acará — Inaugurado o Hipódromo.

Açaré — Realizado o estudo topográfico da região para a construção de um campo de aterrissagem de aviões.

FORTALEZA — Inaugurado o Grupo Escolar Dragão do Mar, localizado na zona praiana do Mucuripe.

Ipuera — Instalada a Escola Normal Rural.

Itapajé — Assinado contrato para financiamento, pelo Banco do Nordeste, de compra de máquinas agrícolas.

Limoeiro do Norte — Inaugurados os prédios escolares das localidades de Volta e Barra do Figueiredo, vilas de Alto Santo e São João do Jaguaribe e povoado de Arraial Pará.

Saboeiro — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar Olavo Oliveira, estadual.

RIO GRANDE DO NORTE

Goianinha — Promulgada a lei que cria o Curso Normal Regional.

Moçoró — Inaugurada a Rádio Tapuio, prefixo ZKI-24.

NATAL — Criada a Faculdade de Medicina de Natal. * Instalada a Escola Rotary, de ensino primário. * Inaugurados o Posto de Puericultura da Estação de Natal, da Estrada de Ferro Sampaio Correia; uma linha de aparelhos "Convair" da Cruzeiro do Sul, ligando diretamente esta Capital ao Rio, com escala em Recife; a biblioteca do Instituto de Educação do Rio Grande do Norte e o novo serviço de abastecimento d'água.

São José de Mipibu — Inaugurada a Escola Henrique Dantas, situada no engenho Ribeiro.

São Tomé — Inaugurada a Maternidade Rita Leonor de Medeiros, da Associação de Assistência à Maternidade e à Infância.

PARAÍBA

Alagoa Grande — Em construção a Cadeia Pública.

Campina Grande — Inaugurada a agência do Banco do Nordeste Brasileiro. * Assinado contrato entre a Prefeitura e a CHESF para o fornecimento de energia elétrica à cidade. * Realizado o Primeiro Festival de Arte.

Princesa Isabel — Fundada uma cooperativa de crédito agrícola na vila de Água Branca.

Santa Rita — Inaugurado o Parque Infantil Municipal.

São José de Piranhas — Inaugurado o Posto de Puericultura.

São Mamede — Em construção o edifício da Prefeitura Municipal.

Taperoá — Inaugurado o Grupo Escolar Dr. João Lélis.

Teixeira — Iniciada a construção do edifício público que reunirá a Prefeitura, os cartórios e a Agência Municipal de Estatística.

PERNAMBUCO

Brejo da Madre de Deus — Inaugurada uma ponte sobre o riacho da Passagem, ligando a sede municipal ao povoado de Passagem.

Nazaré da Mata — Lançada a primeira pedra do edifício do Seminário Diocesano. * Inaugurados o Posto de Puericultura e a Escola Profissional Dom Carlos Coelho.

Pesqueira — Inaugurado o primeiro grupo de casas populares da Fundação Municipal de Casas Populares.

RECIFE — Realizadas festividades comemorativas do primeiro centenário do Colégio Estadual de Pernambuco. * Instalado o Conselho Municipal de Turismo.

ALAGOAS

Arapiraca — Em construção um posto de saúde pública federal, com seções hospitalar e maternal.

Palmeira dos Índios — Iniciados os trabalhos de construção de uma rodovia ligando a vila de Igaci ao povoado Bonifácio, que fará ligação com a estrada-tronco BR-26.

União dos Palmares — Lançada a pedra fundamental do Ginásio Santa Maria Madalena.

SERGIPE

ARACAJU — Inaugurados os serviços de luz e força da Cia. Hidrelétrica do São Francisco.

Barra dos Coqueiros — Instalado o Município, criado com território desmembrado do Município de Aracaju.

Carira — Realizada sua instalação. Desmembrado do Município de Frei Paulo.

Pinhão — Instalado o Município, constituído com área desmembrada do Município de Campo do Brito.

Riachão do Dantas — Iniciadas as atividades da Colônia Agrícola.

Tomar do Jeru — Instalado o Município, formado de terras do município de Itabaianinha.

BAHIA

Caravelas — Inaugurado o Ginásio Sete de Setembro.

Carinhanha — Em funcionamento o Posto Médico do SESP.

Cipó — Inaugurado um departamento do Banco Econômico da Bahia S.A.

Cotejipe — Iniciados os trabalhos para o fornecimento de luz elétrica à cidade.

Esplanada — Construído o trecho da rodovia estadual BA-40 de Palame a Baixo, numa extensão de 7 quilômetros.

Ipirá — Instalada uma agência do Banco Econômico da Bahia S.A.

Macajuba — Iniciada a construção de uma rodovia que entroneará com a estrada Salvador-Xique-Xique, visando a facilitar os meios de comu-

nicação entre este Município, especialmente o povoado de Santa Luzia Velha, e o Município de Ipirá.

Muritiba — Inaugurados o Pôsto de Puericultura, o Abrigo Municipal e a Praça de Esportes São Pedro.

Mutuípe — Inaugurado o novo prédio da Agência Municipal de Estatística.

Poções — Iniciada a construção do Ginásio de Poções.

Remanso — Inaugurado o Ginásio Municipal Ruy Barbosa.

SALVADOR — Em construção, por iniciativa da Petrobrás, um oleoduto de 47 quilômetros de extensão, para escoamento da produção de óleos de Mataripe. * Doador pelo governo estadual um prédio para instalação da Casa do Agrônomo.

Santa Cruz Cabralia — Inaugurada a rodovia Gabiarrá-Salto Grande, de iniciativa particular.

Santo Estêvão — Iniciados estudos para extensão da rede elétrica da Usina de Bananeiras, no rio Paraguaçu. * Instaladas as Escolas Juarez Távora e Deodoro da Fonseca, localizadas em Ingonço e Mulungu, respectivamente.

São Miguel das Matas — Projetada pelo governo municipal uma estrada que ligará este município ao de Laje.

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE — Em estudos o projeto que transforma em Museu de Belo Horizonte a Igreja da Pampulha.

Corinto — Inaugurado o Grupo Escolar do distrito de Extrema. * Entregue ao tráfego a rodovia que liga Santo Hipólito à sede municipal. * Instalado o Departamento Masculino do Ginásio D. Serafim.

Itabira — A Companhia Vale do Rio Doce iniciou a montagem de uma usina elétrica com o aproveitamento da cachoeira de Dona Rita.

Juiz de Fora — Instalada, na sede da Delegacia Geral de Polícia, a Comissão Municipal de Trânsito.

Lambari — Inaugurada a Maternidade Zulmira Vargas, do Asilo São Vicente de Paulo.

Montes Claros — Últimas das providências para o reforço da energia elétrica do Município, com a constituição, pela CEMIG, de uma sociedade de economia mista encarregada de solucionar a crise.

Pirapora — Criados o Ambulatório Antônio Versiani Andrade e a Escola José Maria Alkimin, que servirão aos habitantes do Alto São Francisco.

São João del Rei — Inauguradas as novas instalações hospitalares da Santa Casa e o edifício do Fórum.

São João Evangelista — Assinado contrato para a construção de uma ponte em Comercinho, sobre o rio Canabrava, que facilitará o escoamento dos produtos da região. * Instalada na vila de Baguari a Escola Reunida Carmela Dutra.

Uberaba — Realizadas a XXI Exposição Agropecuária e a I Jornada Mineira de Medicina Veterinária.

ESPIRITO SANTO

Alegre — Elevada à Paróquia a Capela de N. S. de Lourdes, do distrito de Celina, abrangendo os de Café e Ibitirama.

Colatina — Inaugurado, na vila de Marilândia, o Pré-seminário da Diocese do Espírito Santo. * Criada a Diretoria de Estradas Municipais, destinada à construção e conservação das estradas e pontes do Município.

Espírito Santo — Apresentado projeto de lei criando a Comarca de Vila Velha. * Inaugurado o Mercado Público de Paúli, edificado pela Prefeitura de Vila Velha.

Guaçu — Iniciada a construção da rodovia com pista dupla Guaçu-Alegre.

Viana — Em construção um viaduto na passagem de nível no km. 10 da rodovia Vitória-Belo Horizonte.

RIO DE JANEIRO

Angra dos Reis — Inaugurados os novos serviços de abastecimento d'água e luz elétrica da sede municipal. * Firmado acordo entre os governos estadual e municipal para a realização de obras na estrada de Monsuaba e conclusão do trecho à altura de Tinguá.

Bom Jesus do Itabapoana — Inaugurados os serviços de luz e energia elétrica da cidade.

Cabo Frio — Firmado convênio entre os governos estadual e do Município para a execução de obras nas ligações Armação dos Búzios-Rasa e Rasa-Campos Novos.

Cambuci — Realizado o levantamento topográfico da região para o fornecimento de água encanada às vilas de Três Irmãos e São José de Ubá.

Cantagalo — Fundada a Federação das Cooperativas de Leite no Estado do Rio.

Itaverá — Iniciada a instalação de aparelhos telefônicos públicos e domiciliares.

Mangaratiba — Firmado convênio entre os governos do Estado e do Município para a realização de obras na ligação Itacurugá-RJ-16, à altura de Filgueiras.

Marquês de Valença — Inaugurado o Cine-Rosário, com 1 026 poltronas e telas cinematográfica e panorâmica. * Instalada uma agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais.

Mendes — Firmado contrato entre o executivo estadual e a municipalidade para a reconstrução da ligação Mendes-Martins Costa e melhoramentos na estrada Mendes-Angra dos Reis.

NITERÓI — Lançados os *Cadernos de Divulgação Cultural*, pelo Departamento de Difusão Cultural do Museu Antônio Parreiras.

Nova Friburgo — Realizada a Exposição de Flores e Frutos, dentre as comemorações do 137.º aniversário de fundação do Município.

Santa Maria Madalena — Assinado convênio entre o governo estadual e a municipalidade para a execução de obras nas rodovias Sossêgo-a-Pncada d'Água; Agulha das Leais-Ponte da Campanha-Ponte do Sertão; Santo Antônio do Imbévia do Mandingueiro-Ponte de Gaivata-Ponte da Estação Velha e Barra-Brinco e construção de uma ponte sobre o rio Imbé. * Inaugurada a Igreja Batista.

Sapucaia — Firmado convênio entre o executivo estadual e a municipalidade para a realização de obras na ligação Fazenda Bambus-divisa com Petrópolis.

Vassouras — Inaugurada uma agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e a Escola Municipal Pedro Tavares.

Volta Redonda — Inaugurada a ZYP-26 — Emissora Volta Redonda, instalada no Laranjal.

SÃO PAULO

Amparo — Inaugurado o Hospital Ismael, para doentes mentais. * Autorizado o funcionamento de feiras-livres.

Apiá — Fundada pelos lavradores locais uma entidade de classe visando principalmente à venda direta de seus produtos no Mercado Municipal de São Paulo.

Araraquara — Determinado pelo governo estadual o reinício das obras de construção da rodovia que ligará o Município ao de São José do Rio Preto.

Bauru — Autorizado o prosseguimento da abertura da rodovia Bauru-Ipaçu.

Botucatu — Comemorado a 14 de abril o primeiro centenário de fundação do Município.

Caçapava — Celebrado a 14 de abril um século de sua elevação à categoria de vila.

Campinas — A Fundação da Casa Popular inaugurou 317 residências no bairro de S. Bernardo. * Realizada uma reunião de cafeicultores, pecuaristas e agricultores em geral, na qual foram debatidos principalmente os problemas do café e do leite.

Cajuru — Serão reencetadas, de acordo com determinação do governo estadual, as obras de construção da rodovia Cajuru-Altinópolis.

Casa Branca — Autorizado o reinício da abertura da estrada que vai dêste Município ao de Mococa.

Paraguçu Paulista — Instalado em Conceição de Monte Alegre o Pôsto do correio postal

Iguape — Providenciados junto ao governo estadual os recursos técnicos para instalação de luz e energia elétrica na sede municipal

Jaboticabal — Inaugurada a Maternidade Santa Isabel

Limeira — Realizadas a IV Festa da Laranja e Exposição Citrícola e Industrial

Matão — Terão prosseguimento, mediante determinação oficial, os trabalhos de construção da rodovia Matão-Jaboticabal-Barretos.

Americana — Estabelecido o reinício da abertura da estrada de rodagem que ligará a localidade de Nova Odessa à cidade de Piracicaba

Piracicaba — Aprovada pela Câmara municipal lei contra a poluição dos rios, que proíbe o lançamento de resíduos *in natura* ou águas servidas sem a devida neutralização, decantação e resfriamento. * Realizado o VII Congresso Estadual de Estudantes. * Doador terreno para construção de um cemitério, em Vila Resende

Piraju — Doador à Escola Técnica de Comércio Ruy Barbosa uma área de terra para construção de sua sede

Presidente Prudente — Autorizado o andamento das obras da rodovia Presidente Prudente-São José do Rio Pardo

Ribeirão Preto — Encampada pela municipalidade a Empresa de Águas e Esgotos.

Santos — Determinado pelo executivo estadual o prosseguimento da estrada de rodagem Santos-Juquiá. * Inaugurada uma agência da Caixa Econômica no bairro do Gonzaga

São Carlos — Em vias de reinício, por determinação oficial, as obras da rodovia São Carlos-Ribeirão Preto-Dourado.

São José do Rio Pardo — Terão continuidade, por deliberação do governo estadual, os trabalhos de abertura das estradas que ligam o Município aos de Casa Branca e Tapiratiba.

SÃO PAULO — Determinado pelo executivo o reinício das obras da rodovia São Paulo-Belo Horizonte. * Em construção o Pronto Socorro de Santo Amaro.

Sertãozinho — Deliberado oficialmente o prosseguimento da estrada de rodagem que vai dêste Município ao de Pitangueiras.

Sorocaba — Inaugurado o Hospital Evangélico.

PARANÁ

Londrina — Fundada a Associação Norte-Paranaense de Imprensa

União da Vitória — Inaugurado o hospital da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância

SANTA CATARINA

Campos Novos — Iniciada a construção de um campo de pouso, cuja pista medirá mil metros de comprimento por cem de largura. * Encampado pela municipalidade o serviço de luz e energia elétrica da cidade

Ibirama — Criado um ginásio no bairro de Bela Vista, sob a denominação de Sociedade Escolar Hamônia.

Itajaí — Inaugurados o trecho ferroviário Blumenau-Itajaí, da Estrada de Ferro Santa Catarina, a Estação Rodoviária e os prédios dos Grupos Escolares Henrique Midon e Professora Júlia Miranda de Sousa

Jaraguá do Sul — Iniciadas as obras de construção da Igreja Matriz e da Delegacia de Polícia e de instalação dos telefones automáticos. * Instalada, na localidade de Retorcida, a Escolas Municipal D. Pio de Freitas.

Maíra — Inaugurado o Pôsto de Saúde Dr. Adolpho Konder

RIO GRANDE DO SUL

Bajá — Inaugurada a pedra fundamental do edifício-sede da Sociedade Beneficente Saca-Rôlha

Bento Gonçalves — Instalado, no Grupo Escolar da sede municipal, o Ginásio Estadual.

Canoas — Lançado o semanário *O Momento*.

Carazinho — Entregue ao tráfego a rodovia que liga a sede municipal ao distrito de Colorado

Caxias do Sul — Realizado o II Congresso Regional de Economia Vitivinícola. * Fundada a Cooperativa de Consumo dos Motoristas Profissionais.

Erexim — Realizado, na vila de Quatro Irmãos, um congresso rural promovido pelas Associações Rurais de Erechim, Marcelino Ramos e Getúlio Vargas.

Garibaldi — Em tráfego a estrada rural, ligando as zonas agrícolas Linha São Miguel e povoado de Tamandaré. * Inaugurada a Escola Municipal Madre Justina, situada entre as zonas suburbana e rural

General Vargas — Inaugurado o Hospital São Vicente Ferrer.

Ijuí — Instalada a Estação do Corpo de Bombeiros

Júlio de Castilhos — Em circulação o semanário *O Planalto*.

Lavras do Sul — Iniciadas as obras da hidráulica municipal

Livramento — Iniciada a construção do Grupo Escolar Moysés Viana, estadual

Passo Fundo — Instalada a Escola Getúlio Vargas, de ensino primário, situada à Vila Luísa.

PÓRTO ALEGRE — Assinado contrato entre o governo municipal e a CIPRA para fornecimento de 60 ônibus importados.

Rio Grande — Inaugurados os postos sanitários municipais da Vila Municipal e de Junção.

Rio Pardo — Iniciada a construção da Usina elétrica de Rio Pardo, localizada em Boa Vista

São José do Norte — Inaugurado o Abrigo Municipal na doca da cidade

São Leopoldo — Instalados os Municípios de Sapiiranga e Esteio, ex-distritos desta comuna. * Inaugurada a Igreja-Matriz Imaculado Coração de Maria, da Paróquia de Esteio.

São Lourenço do Sul — Inaugurada a ZYU-41, Rádio São Lourenço

São Pedro do Sul — Inaugurado o Ginásio Tito Ferrari.

Sarandi — Em funcionamento o Pôsto de Higiene

Sobradinho — Inaugurado o serviço de luz elétrica da sede do distrito de Itaúba

Vacaria — Lançada a pedra fundamental do Hospital Beneficente São Pedro, na vila de Segrêdo.

GOIÁS

Anicuns — Realizado o emplantamento dos logradouros e prédios da sede municipal

Araguatinas — Criadas cinco escolas isoladas sob as denominações de Dom Sebastião Thomaz, Ana Nery, Frei Sabino, Virgílio Duarte e Amaro Soares, nas localidades de São Raimundo, Chambiãozinho, Natal, Taboleiro Vermelho e Ananás.

Catalão — Em construção as rodovias que vão da sede municipal aos povoados de Olhos-d'Água e vila de Santo Antônio do Rio Verde.

Goiandira — Inaugurado o prédio da agência postal.

GOIÂNIA — Em construção o aeroporto localizado à margem da estrada Goiânia-Anápolis. * Criado o Centro Interamericano de Cultura. * Instalada a Bolsa de Valores.

Hidrolândia — Inaugurado o serviço telegráfico.

Peixe — Fundada a Associação Rural

Planaltina — Visitada a comuna pela Comissão de Mudança da Futura Capital Federal.

Pontalina — Criada a Escola Normal Regional.

Santa Cruz de Goiás — Em construção o Pôsto de Saúde.

São Domingos — Inaugurada a Usina hidrelétrica municipal.

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — 1953

A ESTATÍSTICA cultural brasileira, constante dos quadros que se seguem, reporta-se às instituições existentes em 1953, oferecendo, portanto, números atualizados, desde que se considerem, de um lado, a natureza do levantamento realizado pelo SEEC e, de outro, as condições peculiares ao país, seja no tocante à vastidão de sua extensão territorial, seja no que respeita ao plano de apresentação dos dados, referentes a um total de cerca de 2 000 municípios especificamente apreciados e destacados no panorama dos Estados e da União nacional.

Os elementos numéricos ora divulgados sugerem uma impressão edificante sobre o progresso do Brasil, do ponto de vista de suas realizações no terreno cultural e das iniciativas empenhadas em levá-las a efeito, dentro das possibilidades ocorrentes nas várias regiões do país.

A êste propósito, cumpre observar que as medidas de expressão nacional que formam a síntese dos resultados apurados pela estatística não definem satisfatoriamente a realidade com referência às regiões componentes do território, quando especificamente consideradas, pois destas, pelas suas condições geográficas, demográficas e econômicas, algumas se revelam aquém e outras superam consideravelmente os índices gerais do país.

O efeito dessas variações patenteia o acerto da doutrina sustentada por ilustre observador que, em meados do século passado, em interessante estudo sobre a política experimental, assinalava o perigo das generalizações baseadas em medidas de síntese nacional para solução de problemas de natureza local; erro também pressentido, mais recentemente, no livro de Gaston Rageot, que, a propósito da queda da natalidade na França, afirma não representar esse fenômeno a realidade ocorrente em algumas províncias, como, por exemplo, na Bretanha, onde é muito elevado o crescimento vegetativo da população.

A evolução da mentalidade brasileira ainda não atingiu em nosso país, o nível que seria para desejar, mas os índices desfavoráveis que se apuram no seu estudo, referido ao conjunto do território nacional, não representam a situação verdadeira das regiões do país onde os fatores naturais e sociais já oferecem um clima propício ao desenvolvimento da cultura do povo.

Nessas partes evoluídas do ecúmeno brasileiro, já possuidoras de elevado grau de densidade demográfica, as condições econômicas influem, não só para a expansão da rede escolar, como para o bom êxito, conseqüente, dos esforços construtivos, no sentido de se complementar a obra dos educandários com as instituições pertinentes ao desenvolvimento cultural das populações.

É o que se depreende das medidas consignadas nos quadros estatísticos constantes da presente publicação onde se aprecia, com referência a 1953, a situação do Brasil relativamente aos aspectos seguintes: Bibliotecas; Livrarias; Estabelecimentos gráficos; Museus; Estações radiodifusoras; Jornais diários; Associações culturais propriamente ditas; Associações de cultura física; Cine-teatros e cinemas; Teatros; Outras casas de diversões.

O progresso cultural do Brasil não se manifesta ainda em termos que justifiquem excessos de otimismo quanto aos resultados dos esforços empreendidos no sentido de sua intensificação pelo Governo e pela iniciativa particular. Reflete, em seu moderado crescimento, as dificuldades insuperáveis que retardam os frutos das campanhas em prol do aperfeiçoamento e conveniente distribuição da obra escolar, criando, por meio desta, a ambiência indispensável para que as populações, estimuladas pelo desejo de ampliar a sua cultura, utilizem e prestigiem as instituições complementares que lhes podem facultar a realização desse objetivo.

A distribuição dos estabelecimentos e instituições culturais através do território nacional é, no Brasil, muito irregular e bem característica da disparidade que oferecem as regiões naturais em que se engastam as unidades políticas da Federação, desigualmente favorecidas pelos meios que asseguram a prosperidade e a civilização.

A finalidade destas palavras de apresentação não consiste no exame pormenorizado dos dados estatísticos sobre as instituições culturais existentes no Brasil em 1953, mas é apenas facilitar uma impressão de conjunto da realidade nacional, expressa num critério distributivo dos casos ocorrentes, de modo que se possa, num simples relance, apreciar a situação relativa das unidades que constituem o quadro político da Federação brasileira, segundo as regiões em que se integram e a posição que cada uma ocupa no panorama nacional.

A estatística de 1953 é explícita quanto a este interessante aspecto do sistema formado pela distribuição das nossas instituições culturais na base territorial do país.

No ano referido a rede municipal era representada por 1945 circunscrições das quais não possuíam:

Teatros	1923	(98,87%);
Jornais diários	1872	(96,25%);
Museus	1866	(95,94%);
Estações rádiodifusoras	1614	(82,98%);
Bibliotecas	1372	(70,54%);
Livrarias	1245	(64,01%);
Associações culturais propriamente ditas	1215	(62,47%);
Casas editôras	1208	(62,11%);
Associações de desportos	976	(50,18%);
Cine-teatros e cinemas	570	(29,31%);
Outros estabelecimentos culturais ..	1619	(83,24%);

Excetuando-se os cine-teatros e cinemas, as relações que exprimem o aspecto negativo da estatística apresentam-se na forma de taxas nacionais superiores a 50%, sendo que, em três casos, essas relações ultrapassam a 95%.

A sombria situação aparente nos números acima consignados atenua-se, entretanto, quando se examinam alguns fatores gerais que exercem influência decisiva no retardamento ou no progresso cultural das comunidades.

Na lista das instituições anteriormente enumeradas figuram as bibliotecas que tomaremos como exemplo para chegarmos a uma razoável interpretação da verdade que as medidas sintéticas, de significação nacional, ocultam de certo modo no que respeita ao progresso cultural do Brasil. A estatística referente àquela espécie de estabelecimentos apresenta os resultados gerais seguintes:

REGIÕES FISIográficas	BIBLIOTECAS EXISTENTES EM 1953	MUNICÍPIOS		
		Onde havia bibliotecas	Onde não havia bibliotecas	Em geral
Norte	69	19	79	98
Nordeste	237	92	336	428
Leste	914	219	456	675
Sul	936	230	402	632
Centro-Oeste	39	13	99	112
TOTAL	2 195	573	1 372	1 945

Deduz-se da tabela supra que, para o total de 2 195 bibliotecas consideradas na estatística do SEEC, concorreram as regiões fisiográficas com os seguintes contingentes percentuais:

Região Norte	3,14
Região Nordeste	10,80
Região Leste	41,64
Região Sul	42,64
Região Centro-Oeste ..	1,78

As cinco regiões mencionadas representam, referidas à superfície total do Brasil, ou sejam, 8 513 844 quilômetros quadrados, as relações seguintes:

Região Norte	42,05
Região Nordeste	11,39
Região Leste ..	14,81
Região Sul	9,69
Região Centro-Oeste ..	22,06
BRASIL ...	100,00

Considerando o povoamento, surgem as taxas abaixo discriminadas em relação à população de 51 944 397 habitantes apurada para o Brasil pelo Recenseamento de 1950:

Região Norte	3,55
Região Nordeste ..	24,06
Região Leste .	36,37
Região Sul .	32,68
Região Centro-Oeste	3,34
BRASIL ..	100,00

A distribuição da população absoluta pela base territorial revela as taxas de densidade indicadas a seguir:

Região Norte	0,52 habitantes por Km ²		
Região Nordeste	12,88	"	"
Região Leste	14,98	"	"
Região Sul	20,57	"	"
Região Centro-Oeste	0,93	"	"
BRASIL ..	6,10		

Nota-se uma significativa coerência entre as medidas acima consignadas, quanto à demografia do Brasil e o número de bibliotecas existentes nas diferentes regiões do país. O mesmo se verificará se, com critério análogo, for apreciada a distribuição dos demais recursos culturais, cujos índices de ocorrência estão na razão inversa das áreas regionais, refletindo, muito de perto, o parcelamento do solo (divisão municipal) em função do povoamento.

Mostram ainda as relações apresentadas que, pelas condições complexas resultantes da imensidade da superfície do Brasil e da desigual ocupação de suas enormes reservas territoriais, praticamente despovoadas, as medidas sintéticas de expressão nacional podem gerar pessimismos não confirmados pelo estudo analítico das realidades locais.

A verdade é que a cultura brasileira progride onde encontra a base humana necessária para que possa lançar raízes e expandir-se com uma vitalidade dependente de fatores condicionados pela suficiência das taxas de densidade demográfica.

As percentagens com que iniciamos a presente introdução incluem muitas circunscrições administrativas latifundiárias, e virtualmente em ser, que concorrem decisivamente para reduzir à ínfima taxa de 6 habitantes por quilômetro quadrado a densidade demográfica do Brasil. Reúnem também muitos municípios de área diminuta, favorecidos, entretanto, pela proximidade de células irmãs constituídas em centros progressistas de cuja irradiação cultural se beneficiam, as circunscrições vizinhas, como sucede em muitos Estados componentes das regiões mais densamente povoadas do nosso quadro político.

Os números divulgados no presente repertório discriminam as informações segundo as unidades da Federação e, dentro de cada uma delas, segundo as circunscrições que formam a trama da divisão municipal.

À luz desses pormenorizados elementos poderá o leitor realizar interessantes análises e promover confrontos expressivos, exorbitantes dos propósitos deste breve preâmbulo. As conclusões desse minudente estudo demonstrarão certamente que a rede de nossas instituições culturais, embora se apresente ainda rudimentar em determinadas regiões, retardadas no seu crescimento demográfico, não deixa de se expandir satisfatoriamente onde a presença do homem já se revelou numericamente suficiente para construir uma economia capaz de criar os recursos imprescindíveis à remoção das barreiras opostas ao progresso cultural, como consequência da anormal extensão do país e da complexidade dos problemas decorrentes da própria grandeza territorial do Brasil.

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — 1953

I — Sinopse Regional

1. Difusão Bibliográfica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNI- CÍPIOS EXIS- TENTES	BIBLIOTECAS (1)		LIVRARIAS	
		Municípios que as possuíam	Estabele- cimentos informantes (2)	Municípios que as possuíam	Estabele- cimentos informantes
Guaporé	2	1	1	2	3
Acre	7	5	8	3	4
Amazonas	25	7	32	1	12
Rio Branco	1	1	1	1	—
Pará	59	4	25	5	30
Amapá	4	1	2	1	1
Maranhão	83	13	28	8	21
Piauí.	49	14	26	7	13
Ceará	79	9	52	25	74
Rio Grande do Norte	48	11	22	11	37
Paraíba.	42	22	38	14	35
Pernambuco.	90	17	48	27	83
Alagoas	37	6	23	5	16
Sergipe	42	11	27	6	17
Bahia ..	150	35	110	31	152
Minas Gerais . . .	388	137	389	118	279
Espírito Santo . .	36	7	32	9	33
Rio de Janeiro.	58	28	70	23	68
Distrito Federal .	1	1	286	1	140
São Paulo	369	127	543	215	717
Paraná	119	22	112	56	125
Santa Catarina . .	52	27	72	32	93
Rio Grande do Sul	92	54	209	71	196
Mato Grosso	35	5	17	9	29
Goiás	77	8	22	19	47
BRASIL.	1 945	573	2 195	700	2 225

(1) Públicas e semi-públicas; — (2) Com efetivos bibliográficos acima de mil volumes.

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — 1953

I — Sinopse Regional

2. Estabelecimentos Gráficos e Casas Editôras, Museus, Radiodifusão e Imprensa Periódica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNI- CÍPIOS EXIS- TENTES	ESTABELE- CIMENTOS GRÁFICOS E CASAS EDITÔRAS		MUSEUS		RADIODIFU- SORAS		JORNAIS DIÁRIOS	
		Municípios que os possuam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que os possuam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que as possuam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que os possuam	Estabele- cimentos informantes
Guaporé	2	2	3	—	—	1	1	1	1
Acre	7	4	6	—	—	1	1	—	—
Amazonas	25	2	16	1	4	1	2	1	7
Rio Branco	1	1	2	—	—	—	—	—	—
Pará	59	8	35	1	2	2	2	1	7
Amapá	4	1	1	1	1	1	1	—	—
Maranhão	83	8	29	—	—	2	3	1	9
Piauí	49	5	28	1	1	2	2	1	1
Ceará	79	16	65	5	7	4	5	1	10
Rio Grande do Norte	48	7	30	2	2	2	2	1	4
Paraíba	42	8	30	4	4	2	5	2	4
Pernambuco	90	24	96	4	6	6	8	1	7
Alagoas	37	9	28	1	1	1	1	1	5
Sergipe	42	5	28	2	3	1	2	1	4
Bahia	150	37	132	1	4	6	9	3	7
Minas Gerais	388	162	417	11	14	62	70	7	22
Espírito Santo	36	12	47	3	4	4	4	1	4
Rio de Janeiro	58	39	153	4	8	14	15	3	14
Distrito Federal	1	1	284	1	15	1	14	1	29
São Paulo	369	196	1 098	10	21	108	127	22	67
Paraná	119	51	143	7	8	29	30	6	13
Santa Catarina	52	35	109	7	11	24	24	3	8
Rio Grande do Sul	92	78	265	9	10	49	54	12	24
Mato Grosso	35	10	40	3	3	3	4	2	3
Goiás	77	16	42	1	1	5	6	1	4
BRASIL	1 945	737	3 127	79	130	331	392	73	254

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — 1953

I — Sinopse Regional

3. Associações

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNI- CÍPIOS EXIS- TENTES	ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		CLUBES DESPORTIVOS	
		Municípios que as possuíam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que as possuíam	Estabele- cimentos informantes
Guaporé...	2	2	5	2	7
Acre ..	7	2	4	4	13
Amazonas.	25	4	23	7	72
Rio Branco	1	—	—	1	4
Pará..	59	10	26	25	80
Amapá...	4	3	16	4	16
Maranhão.	83	7	31	5	13
Piauí	49	8	17	7	22
Ceará..	79	12	64	12	58
Rio Grande do Norte	48	10	25	10	29
Paraíba ..	42	14	40	12	41
Pernambuco	90	55	169	32	106
Alagoas	37	12	38	10	37
Sergipe .	42	9	18	13	30
Bahia..	150	72	176	44	167
Minas Gerais	388	130	395	216	659
Espírito Santo	36	14	47	22	92
Rio de Janeiro	58	43	198	52	364
Distrito Federal	1	1	117	1	182
São Paulo	369	153	496	279	1 041
Paraná....	119	35	94	62	222
Santa Catarina	52	35	159	39	205
Rio Grande do Sul	92	82	806	83	802
Mato Grosso.	35	8	23	15	48
Goiás	77	9	34	12	24
BRASIL.	1 945	730	3 021	969	4 335

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — 1953

I — Sinopse Regional

4. Diversões públicas

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNI- CÍPIOS EXIS- TENTES	CINE-TEATROS E CINEMAS		TEATROS		OUTRAS CASAS DE ESPETÁCULOS	
		Municípios que os possuíam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que os possuíam	Estabele- cimentos informantes	Municípios que as possuíam	Estabele- cimentos informantes
Guaporé	2	2	5	—	—	1	2
Acre	7	5	5	1	1	4	6
Amazonas	25	2	9	1	1	4	8
Rio Branco	1	1	2	—	—	—	—
Pará..	59	11	26	1	2	6	8
Amapá	4	2	2	—	—	2	3
Maranhão	83	13	22	—	—	10	12
Piauí	49	10	17	—	—	1	1
Ceará	79	41	80	2	2	10	14
Rio Grande do Norte	48	15	24	1	1	1	1
Paraíba	42	27	60	1	1	1	1
Pernambuco	90	70	164	3	3	13	18
Alagoas	37	26	51	4	5	5	9
Sergipe	42	25	37	—	—	2	7
Bahia	150	95	175	—	—	13	14
Minas Gerais	388	315	487	2	2	122	289
Espírito Santo	36	25	49	—	—	6	21
Rio de Janeiro	58	58	207	1	1	12	20
Distrito Federal	1	1	154	1	12	1	11
São Paulo	369	348	783	1	10	61	121
Paraná	119	93	147	—	—	10	20
Santa Catarina	52	43	86	2	2	16	29
Rio Grande do Sul	92	88	210	1	1	19	33
Mato Grosso	35	18	21	—	—	3	6
Goiás	77	41	58	—	—	3	5
BRASIL	1 945	1 375	2 881	22	44	326	659

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

[illegible]

AMAPÁ

MACAPÁ	—	2	—	1	—	1	—	1	—	1	—	13	5	—	—	1	—	2
Amapá.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	5	—	—	1	—	—
Mazagão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—
Oiapoque	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—

MARANHÃO

[illegible]

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos

MARANHÃO (conclusão)

Loreto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Magalhães de Almeida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Matinha . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Matões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mirador . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Monção . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Morros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nova Iorque	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Paráibanu . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnarama . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Passagem Franca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pastos Bons	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedreiras*	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Penalva	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Peri-Mirim . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pindaré-Mirim	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Pinheiro	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Pirapemas . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pôrto Franco . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Presidente Dutra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Primeira Cruz	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Riachão . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ribamar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rosário . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Helena . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Quitéria do Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Bento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Bernardo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Domingos do Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Francisco do Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João Batista . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João dos Patos . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Raimundo das Mangabeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Vicente Ferrer . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Timbiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Timon	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Turiaçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tutóia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Urbano Santos	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Varçem Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Viana	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vitória do Mearim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vitorino Freire	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

PIAUI

TERESINA	11	5	14	1	1	1	6	5	—	4	1
Alto Longá	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Altos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amarante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Barras	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Batalha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Benedictinos	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bertolínia	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Bom Jesus	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Burití dos Lopes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campo Maior	1	1	1	—	—	—	—	4	—	1	—
Canto do Buriti	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caracol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Castelo do Piauí	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cocal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corente	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Esperantina	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Floriano	—	1	3	—	—	—	1	3	—	2	—
Fronteiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gilbués	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guadalupe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jaicós	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jerumenha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José de Freitas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Luis Correia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luzilândia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Miguel Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ociras	1	2	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Palmeirais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnaguá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Parnaíba*	3	3	8	—	1	—	5	5	—	2	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
PIAUÍ (conclusão)											
Paulistana	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedro II.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Picos... ..	—	2	2	—	—	—	1	—	—	1	—
Pio IX	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piracuruca..	1	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—
Piripiri.....	1	1	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Pôrto	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Regeneração. .	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ribeiro Gonçalves . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Filomena ..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João do Piauí . .	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
São Miguel do Tapuio. .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Pedro do Piauí . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sã, Raimundo Nonato .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Simplício Mendes. .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
União.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Uruçuí	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Valença do Piauí*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CEARÁ											
FORTALEZA*.	32	21	37	2	2	10	31	29	1	23	2
Acarauá*	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Acopiara	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Aquiraz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracati.	—	—	2	—	—	—	—	2	—	2	1
Aracoiaíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Araripe....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Assaré ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aurora... ..	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Barbalha	—	1	—	1	—	—	1	—	—	2	—
Baturité	2	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2
Boa Viagem	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Brejo Santo. . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Camocim.	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Campos Sales	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Canindé.	2	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Cariré	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caririaçu	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Cascavel	1	6	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Caucaia.	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Cedro.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coreaú	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Crateús.	—	2	2	—	—	—	—	2	—	1	—
Crato	6	3	5	—	1	—	9	6	—	3	1
Elias Brito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Frade.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Granja.	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Guaraciaba do Norte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ibiapina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Icó. . . .	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Iguatu	—	1	1	—	—	—	1	2	—	2	—
Independência	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ipaumirim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Ipu	1	—	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Ipueiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itapagé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Itapipoca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jaguaribe	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jaguaruana.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jardim.....	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Juazeiro do Norte*	—	3	4	2	1	—	5	5	—	3	—
Jucás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lavras da Mangabeira	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Limoeiro do Norte	—	2	1	—	—	—	—	5	—	1	2
Maranguape	—	2	—	—	—	—	2	1	1	4	—
Massapê	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Mauriti	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Milagres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Missão Velha	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Mombaca.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Morada Nova	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Nova Russas	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Pacajus	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pacatuba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pacoti	1	3	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Pedra Branca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pentecoste	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos

CEARÁ (conclusão)

Pereiro..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quixadá*	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Quixeramobim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Redenção	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Russas	—	3	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Saboeiro	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Cruz do Norte	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Santana do Acaraú	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santana do Cariri	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Quitéria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Benedito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Gonçalo do Amarante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Senador Pompeu	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Sobral*	6	3	5	1	1	—	8	3	—	2	—
Solonópole	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tamboril	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tauá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Tianguá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ubajara	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Uruburetama	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Várzea Alegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Viçosa do Ceará	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL*	11	15	20	1	1	4	15	12	1	8	—
Acari	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Açu	—	—	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Alexandria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Angicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Apodi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Areia Branca	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Arês	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Augusto Severo	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Caicó	2	2	2	—	—	—	1	2	—	1	—
Canguaretama	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Caraubas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceará Mirim	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Currais Novos	1	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Florânia	1	4	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Goianinha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ipanguaçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jardim de Piranhas	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jardim do Seridó	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Câmara	—	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Jucurutu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lejes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luis Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Macaíba	—	2	—	—	—	—	1	2	—	2	—
Macau	1	3	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Martins	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Mossoró	1	3	4	1	1	—	—	4	—	1	—
Nísia Floresta	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nova Cruz	—	—	1	—	—	—	—	3	—	2	—
Parelhas	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Patu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pau dos Ferros	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Pedro Avelino	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedro Velho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Portalegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Cruz	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Santana do Matos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santo Antônio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João do Sabui	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São José do Mipibu	—	2	—	—	—	—	1	2	—	—	—
São José do Campestre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Miguel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Paulo do Potengi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Rafael	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Tomé	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Serra Negra do Norte	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Taipu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Touros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

PARAÍBA

JOÃO PESSOA*	7	7	12	1	2	3	15	11	1	15	—
Alagoa Grande	2	2	—	—	—	—	1	1	—	1	—

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinema	Outros tipos

[illegible][illegible]

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
PERNAMBUCO (conclusão)											
Garanhuns*	3	3	5	—	1	—	2	5	—	3	4
Glória do Goitá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Goiana	—	—	3	2	—	—	8	3	—	4	—
Gravatá	—	2	—	—	—	—	1	1	—	2	—
Igarapé	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1
Inajá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ipojuca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jaboatão*	1	1	—	—	—	—	3	8	—	3	—
João Alfredo	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Jurema	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Lagoa dos Gatos	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Lajedo	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—
Limoeiro*	—	1	1	—	1	—	2	2	—	1	1
Macaparana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Maracá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Moreno	—	—	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Nazaré	1	—	1	—	—	—	2	2	—	1	1
Olinda*	3	—	—	1	1	—	4	—	—	3	—
Orobó	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ouricuri	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palmares	2	2	1	—	—	—	1	—	—	3	—
Palmeirina	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Panelas	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Parnamirim	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Paudalho	1	3	—	—	—	—	1	2	—	2	1
Paulista	—	—	—	—	—	—	—	3	—	5	—
Pedra	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Pesqueira	1	2	3	—	1	—	4	4	—	1	2
Petrolândia	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Petrolina	2	—	2	—	—	—	2	2	—	1	—
Quipapá	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Ribeirão	1	1	1	—	—	—	1	—	—	3	—
Rio Formoso	—	—	—	—	—	—	—	1	—	3	—
Salgueiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Sanharó	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Santa Maria da Boa Vista	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
São Bento do Una*	—	3	—	—	—	—	1	1	—	1	—
São Caitano	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São Joaquim do Monte	—	—	—	—	—	—	3	—	—	1	—
São José do Belmonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São José do Egito	1	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—
São Lourenço da Mata	—	—	1	—	—	—	1	1	—	2	1
Serra Talhada	—	—	1	—	—	—	2	4	—	1	—
Serra Talhada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sertão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sertânia	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Sirinhaém	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Surubim	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Tabira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
També	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Taquaritinga do Norte	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—
Timbaúba	—	—	2	—	—	—	4	1	—	2	—
Triunfo	—	1	1	—	—	—	2	—	—	2	—
Vertentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Vicência	1	6	—	—	—	—	4	—	—	2	—
Vitória de Santo Antão*	1	4	5	1	—	—	2	1	—	4	—

ALAGOAS

[illegible]

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
ALAGOAS (conclusão)											
Penedo	3	3	4	—	—	—	1	8	2	1	2
Picuíba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pilar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Piranhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pôrto Calvo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pôrto de Pedras	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Pôrto Real do Colégio	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Quebrangulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio Largo	1	—	1	—	—	—	5	10	—	3	1
Santana do Ipanema*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Brás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São José da Laje	1	1	1	—	—	—	3	1	—	2	2
São Luís do Quitunde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Miguel dos Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Traipu	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—
União dos Palmares*	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Viçosa*	—	2	1	—	—	—	1	—	—	1	—
SERGIPE											
ARACAJU*	14	7	20	2	2	4	8	12	—	7	6
Aquidabã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Araúá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Brejo Grande	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Buquim	—	—	4	—	—	—	—	—	—	1	—
Campo do Brito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Canhoba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capela	1	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Carmópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cedro do São João	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cristinápolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Divina Pastora	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estância	2	2	—	—	—	—	2	1	—	2	1
Frei Paulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Gararu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Indiaroba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itabaiana	—	—	—	—	—	—	—	3	—	2	—
Itabaianinha	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Itapocanga d'Ajuda	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Japaratinga	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Japoatã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lagarto	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Laranjeiras	1	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—
Marum	1	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Muribeca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Nepólis	1	—	—	—	—	—	1	2	—	2	—
Nossa Senhora da Glória	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nossa Senhora das Dores	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Nossa Senhora do Socorro	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Pôrto da Folha	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Propriá	3	3	2	—	—	—	2	2	—	1	—
Riachão do Dantas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Riachuelo	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ribeirópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rosário do Catete	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Salgado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Luzia do Itanhê	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santo Amaro das Brotas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Cristóvão	1	1	—	—	—	—	—	2	—	3	—
Simão Dias	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Siriri	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tobias Barreto	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
BAHIA											
SALVADOR*	57	88	57	4	3	5	42	51	—	25	—
Alagoinhas*	2	2	4	—	—	—	5	16	—	2	1
Alcobaca	—	—	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Amargosa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Andaraí	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Angical	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aratuípe	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Baixa Grande	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Barra	—	—	2	—	—	—	—	1	—	2	—
Barra da Estiva	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—
Barreiras	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Belmonte	—	1	2	—	—	—	5	5	—	2	—
Boa Nova	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
BAÍA (continuação)											
Bom Jesus da Lapa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Brejões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Brotas de Macaúbas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Brumado	1	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Cachoeira	2	1	—	—	—	—	2	1	—	1	—
Caculé	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Caetité	1	—	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Cairu	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Camamu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Camagari	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Campo Formoso	—	1	1	—	—	—	2	—	—	2	—
Canavieiras*	—	7	1	—	—	—	3	4	—	2	—
Caravelas	—	—	—	—	—	—	1	3	—	2	—
Carinhanha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Casa Nova	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Castro Alves	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Catu	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Cícero Dantas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cipó	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Conceição da Feira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Conceição do Almeida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Conceição do Coité	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Conde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Condeúba	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coração de Maria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Correntina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cotegipe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cruz das Almas	—	—	—	—	—	—	2	1	—	2	—
Curaçá	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Entre Rios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Esplanada	—	3	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Euclides da Cunha	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Feira de Santana*	2	4	6	—	2	1	9	7	—	5	2
Glória	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Guanambi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ibipetuba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ibitiara	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ilhéus*	3	5	5	—	1	1	4	8	—	12	1
Inhambupe	—	—	—	—	—	—	1	2	—	1	—
Ipiáu	—	3	1	—	—	—	1	2	—	4	—
Ipirá*	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Irará	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Irecê	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itaberaba*	—	—	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Itabuna*	1	5	7	—	—	—	3	5	—	7	—
Itacaré	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Itambé	—	—	1	—	—	—	1	—	—	2	—
Itaparica	—	—	1	—	1	—	2	—	—	1	—
Itapicuru	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itaquara	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Itiruçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itiúba	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Ituaçu	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Ituberá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Jacaraci	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jacobina*	1	2	1	—	—	—	3	2	—	2	—
Jaguaquara	1	1	2	—	—	—	—	—	—	1	—
Jaguarari	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jaguararipe*	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Jandaíra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jeremoabo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jiquié*	3	2	3	—	—	—	2	1	—	2	—
Jiquiriçá	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Juazeiro	4	2	4	—	1	—	5	6	—	2	—
Laje	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Lençóis	1	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Livramento do Brumado	2	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Macajuba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Macarani*	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Macaúbas	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Mairi	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Maracás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maragçoipe	—	—	1	—	—	—	2	1	—	1	—
Marau	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Mata de São João	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Miguel Calmon	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Monte Santo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Morro do Chapéu	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
BAHIA (conclusão)											
Mucujê	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mucuri	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mundo Novo	1	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Muritiba...	—	—	—	—	—	—	3	2	—	2	—
Mutuípe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Nazaré	3	1	3	—	—	—	4	3	—	2	—
Nilo Peçanha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nova Soure...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Oliveira dos Brejinhos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palmas de Monte Alto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palmeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paramirim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paratinga	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Paripiranga	1	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Piatã	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—
Pilão Arcado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Poções*	—	1	2	—	—	—	1	—	—	4	—
Pojuca	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Pôrto Seguro	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Prado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Queimadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Remanso	1	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Riachão do Jacuípe	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Riacho de Santana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ribeira do Pombal	—	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio de Contas	—	—	2	—	—	—	3	—	—	—	1
Rio Real	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Rui Barbosa	—	1	—	—	—	—	—	3	—	1	—
Santa Cruz Cabralia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Inês	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santaluz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria da Vitória	1	—	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Santana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Teresinha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santo Amaro*	3	2	2	—	—	—	5	7	—	6	—
Santo Antônio de Jesus	1	4	2	—	—	—	3	3	—	1	—
Santo Estêvão	1	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Santo Inácio	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
São Félix	1	1	3	—	—	—	1	2	—	1	1
São Felipe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Francisco do Conde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—
São Gonçalo dos Campos	1	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
São Miguel das Matas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Sebastião do Passé	1	—	—	—	—	—	2	1	—	1	—
Saúde	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Scabra	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Senhor do Bonfim	3	1	1	—	—	—	4	—	—	1	—
Sento Sé	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serrinha*	—	1	2	—	—	—	1	1	—	2	—
Taperoá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Tucano	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Uauá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ubaíra	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ubaítaba	—	3	—	—	—	—	1	3	—	1	1
Una	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Urandi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Valença	—	—	3	—	—	—	2	4	—	1	—
Vitória da Conquista*	—	2	3	—	1	—	2	1	—	3	—
Xique-Xique	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE*	80	20	66	3	4	10	80	76	1	32	17
Abadia dos Dourados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Abaeté...	—	1	1	—	—	—	—	3	—	1	—
Abre Campo	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Açucena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Águas Formosas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aimorés	1	1	1	—	1	—	2	2	—	2	—
Aiuruoca	1	—	1	—	—	—	2	1	—	1	—
Além Paraíba	2	1	4	—	1	—	4	6	—	2	4
Alfenas	3	2	2	—	1	—	1	3	—	3	6
Almenara	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Alpinópolis	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2
Alterosa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alto Rio Doce	2	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Alvinópolis	—	1	2	—	—	—	1	2	—	—	—
Andradas	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
MINAS GERAIS (continuação)											
Andrelândia.....	2	1	1	—	—	—	1	1	—	1	2
Antônio Carlos.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Antônio Dias.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Araçuaí.....	1	—	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Araguari.....	4	4	6	—	1	—	2	6	—	2	2
Araxá.....	5	1	1	—	1	—	—	4	—	3	3
Arceburgo.....	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Arcoz.....	1	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—
Arcado.....	1	1	1	—	—	—	—	1	—	1	1
Astolfo Dutra.....	1	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Ataléia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bacpendi.....	1	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Baldim.....	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	3
Bambuí.....	—	2	1	—	—	—	2	3	—	1	—
Barão de Cocais.....	—	—	1	—	—	—	—	6	—	1	3
Barbacena*.....	4	5	4	1	1	—	8	6	—	4	9
Barra Longa.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Belo Vale.....	—	—	—	—	—	—	—	4	—	1	—
Betim.....	2	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Bias Fortes.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Bicas.....	—	2	2	—	—	—	—	2	—	4	—
Boa Esperança.....	1	1	1	—	—	—	3	—	—	2	1
Bocaiúva.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	3
Bom Despacho.....	—	1	1	—	1	—	—	1	—	2	—
Bom Jardim de Minas.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Bom Jesus do Galho.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Bom Sucesso.....	1	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Bonfim.....	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Borda da Mata.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Botelhos.....	2	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Brasília.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Brasópolis.....	1	2	2	—	1	—	2	1	—	1	3
Brumadinho.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Bueno Brandão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Buenópolis.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Cabo Verde.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Cachoeira de Minas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Caeté.....	—	—	1	—	—	—	2	3	—	2	2
Caldas.....	—	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Camanducaia.....	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cambuhy.....	1	1	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Cambuquira.....	1	1	—	—	—	—	2	1	—	1	—
Campanha.....	2	4	3	1	1	—	1	1	—	1	2
Campestre.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Campina Verde.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Campo Belo.....	3	4	4	—	1	—	3	5	—	3	2
Campo do Meio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campo Florido.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos Altos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Campos Gerais.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Canápolis.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Candeias.....	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	3
Capelinha.....	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	3
Capetinga.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Capitólio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Carai.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carandá.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Carangola.....	3	3	6	—	1	—	—	3	—	5	—
Caratinga*.....	2	2	7	—	1	—	3	3	—	7	1
Carlos Chagas.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Carmo da Cachoeira.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Carmo da Mata.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Carmo de Minas.....	1	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Carmo do Cajuru.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Carmo do Paranaíba.....	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Carmo do Rio Claro.....	3	—	—	—	1	—	—	1	—	1	—
Carmópolis de Minas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Carrancas.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Carvalhos.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cascalho Rico.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cássia.....	—	1	1	—	1	—	3	1	—	1	—
Cataguases.....	2	4	3	2	1	—	3	5	—	5	1
Caxambu.....	4	6	1	—	1	—	2	4	—	1	2
Cláudio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Coimbra.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Comendador Gomes.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comercinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Conceição da Aparecida.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Biblio- tecas	Livra- rias	Estabele- cimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodi- fusoras	Jornais diários	Acade- mias, grêmios, clubes, etc.	Clubes despor- tivos, etc.	Teatros	Cine- -teatros e cinemas	Outros tipos
MINAS GERAIS (continuação)											
Conceição das Alagoas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Conceição do Mato Dentro	2	—	1	—	—	—	2	2	—	1	4
Conceição do Rio Verde	1	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2
Conceição dos Ouros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Congonhas	2	1	1	—	—	—	2	2	—	1	1
Conquista	1	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Conselheiro Lafaiete	4	4	4	—	1	—	1	4	—	3	3
Conselheiro Pena	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Contagem	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Coqueiral	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Coração de Jesus	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Cordisburgo	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Corinto	—	1	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Coroaci	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Coromandel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Coronel Fabriciano	—	1	1	—	—	—	1	2	—	2	—
Córrego Danta	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Cristais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cristina	1	3	—	—	—	—	2	2	—	2	1
Crucilândia	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cruzília	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Curvelo	2	3	5	—	—	—	1	4	—	1	1
Delfim Moreira	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Delfinópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Diamantina*	7	1	4	—	1	—	8	6	—	3	—
Dionísio	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Divino	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Divinópolis	3	3	4	—	1	—	—	8	—	2	3
Divisa Nova	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dom Joaquim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Dom Silvério	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	1
Dores de Campos	—	—	—	—	—	—	4	3	—	3	—
Dores do Indaiá	6	3	3	—	1	—	—	—	—	1	—
Elói Mendes	1	—	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Entre Rios de Minas	1	—	—	—	—	—	—	7	—	—	3
Ervália	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	2
Esmeraldas	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Espera Feliz	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Espinosa	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Estiva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estrêla do Indaiá	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Estrêla do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Eugenópolis	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Extrema	—	1	—	—	—	—	1	1	—	1	2
Fama	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Felixlândia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ferros	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—
Formiga	2	7	4	—	1	—	1	3	—	1	3
Francisco Sá	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Frutal	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Galiléia	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Governador Valadares*	1	4	5	—	1	—	5	9	—	5	—
Grão-Mogol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guanhães	—	—	—	—	—	—	3	—	—	1	—
Guapé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaraciaba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Guaranésia	—	—	—	—	—	—	2	2	—	1	2
Guarani	1	—	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Guarará	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Guaxupé	—	2	5	—	1	—	1	2	—	1	3
Guia Lopes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Guidoval	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Guiricema	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Heliodora	—	1	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Iapu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ibiá	1	1	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Ibiraci	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Iguatama	1	4	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Indianópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Inhapim	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Inhaúma	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—
Ipanema	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Itabira	2	—	1	—	—	—	2	3	—	2	—
Itabirito	1	—	1	—	1	—	2	4	—	1	3
Itaguara	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Itajubá	3	4	5	—	1	—	3	10	—	3	6
Itamarandiba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itambacuri*	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
MINAS GERAIS (continuação)											
Itamoji.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Itamonte.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Itanhandu.....	—	2	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Itanhomi.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itapajipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itapecerica.....	2	1	1	—	1	—	2	3	—	1	—
Itaúna.....	1	1	—	—	1	—	—	4	—	3	1
Itinga.....	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Itueta.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ituiutaba*.....	1	3	1	—	1	—	2	3	—	2	5
Itumirim.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	3	—
Iturama.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jaboticatubas.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Jacinto.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jacuí.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jacutinga.....	—	2	1	—	—	—	—	1	—	1	1
Janaúba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Januária*.....	—	3	1	—	—	—	1	5	—	—	2
Jequiri.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jequitai.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Jequitibá.....	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—
Jequitinonha.....	1	—	1	—	—	—	2	—	—	2	—
Jesuânia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Joáima.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
João Pinheiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jordânia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Juiz de Fora*.....	28	8	27	1	3	5	45	34	—	8	1
Juruaia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	6
Ladainha.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2
Lagoa da Prata.....	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Lagoa Dourada.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Lagoa Santa.....	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	3
Lajinha.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Lambari.....	1	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Laranjal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Lavras.....	7	2	4	1	1	—	6	5	—	2	3
Leopoldina.....	3	6	5	—	1	—	2	3	—	2	1
Liberdade.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lima Duarte.....	—	1	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Luminárias.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Luz.....	—	—	2	—	—	—	1	1	—	1	—
Machado.....	4	2	2	—	1	—	2	1	—	1	2
Malacacheta.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Manga.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Manhuaçu.....	1	1	2	—	—	—	1	—	—	2	2
Manhumirim.....	5	3	3	—	—	—	4	2	—	3	2
Mantena.....	—	1	1	—	—	—	—	2	—	3	—
Mar de Espanha.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Maria da Fé.....	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Mariana.....	3	2	4	—	—	—	4	7	—	2	1
Martinho Campos.....	—	—	—	—	—	—	—	5	—	1	—
Mateus Leme.....	1	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Matias Barbosa.....	—	—	1	—	—	—	1	6	—	1	—
Matipó.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Matozinhos.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Medina.....	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Mercês.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mesquita.....	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1
Minas Novas*.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Miradouro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Miraf.....	2	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Monsenhor Paulo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Monte Alegre de Minas.....	1	—	—	—	—	—	1	1	—	1	3
Monte Azul.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Monte Belo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Monte Carmelo.....	1	1	2	—	1	—	—	2	—	1	1
Monte Santo de Minas.....	1	3	2	—	1	—	1	2	—	1	3
Montes Claros*.....	3	4	5	—	1	—	6	6	—	3	—
Monte São.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Morada Nova de Minas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Muriáe.....	2	4	2	—	1	—	3	5	—	3	1
Mutum.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Muzambinho.....	—	1	1	—	—	—	3	2	—	1	—
Nanuque.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Natércia.....	—	—	—	—	—	—	1	5	—	1	1
Nepomuceno.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	2
Nova Era.....	—	—	1	—	—	—	—	3	—	1	3
Nova Lima.....	1	—	2	—	—	—	2	14	—	2	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
MINAS GERAIS (continuação)											
Nova Ponte...	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	1
Nova Resende	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Novo Cruzeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Oliveira...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ouro Fino	2	1	2	—	1	—	2	2	—	2	—
Ouro Preto	7	2	2	1	—	—	6	5	1	2	1
Pains	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Palma	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Paracatu...	3	—	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Pará de Minas	4	1	2	—	—	—	—	2	—	2	—
Paraguaçu	3	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Paraisópolis	—	1	1	—	—	—	2	1	—	1	—
Paraopeba...	—	—	2	—	—	—	—	3	—	1	2
Passa Quatro	3	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Passa Tempo	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Passos	3	2	4	—	1	—	1	4	—	1	—
Patos de Minas*	3	1	2	—	1	—	3	4	—	3	3
Patrocínio	2	2	1	—	1	—	1	2	—	2	—
Pecanha	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pedra Azul	1	—	2	—	—	—	1	2	—	1	—
Pedralva...	—	2	—	—	—	—	1	2	—	1	1
Pedro Leopoldo	—	1	1	—	—	—	—	3	—	1	—
Pequi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Perdizes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Perdões	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Pimenta	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Piranga	2	—	1	—	—	—	—	3	—	1	1
Pirapetinga	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2
Pirapora	1	1	1	—	—	—	4	2	—	3	—
Pitangui	1	1	1	—	—	—	—	2	—	2	1
Piú	—	1	1	—	—	—	1	1	—	2	—
Pocrane	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pogo Fundo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Pços de Caldas	7	7	6	—	1	1	2	3	—	3	4
Pompéu...	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ponte Nova*	3	4	4	—	1	—	7	6	—	5	3
Porteirinha	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Poté	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pouso Alegre	5	2	4	—	1	—	3	5	—	2	—
Pouso Alto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Prados	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	2
Prata	—	1	1	—	—	—	1	2	—	1	1
Pratápolis	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	3
Pratinha	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Presidente Olegário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Raposos...	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Raul Soares	—	1	—	—	—	—	2	1	—	1	—
Recreio	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Resende Costa	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Resplendor	—	2	—	—	—	—	—	2	—	2	1
Ribeirão Vermelho	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Rio Acima...	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	—
Rio Casca	1	—	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Rio Espera	2	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1
Rio Novo	1	2	1	—	—	—	3	6	—	2	—
Rio Paranaíba...	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio Pardo de Minas	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Piracicaba	1	1	1	—	—	—	1	3	—	1	4
Rio Pomba...	4	1	—	—	—	—	1	1	—	3	1
Rio Preto	1	—	1	—	—	—	1	2	—	1	1
Rio Vermelho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Rubim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sabará...	2	—	2	1	—	—	1	2	—	1	4
Sabinópolis	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	2
Sacramento	1	1	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Salinas*	—	—	2	—	—	—	—	1	—	—	—
Salto da Divisa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Bárbara...	1	1	1	—	—	—	—	—	—	1	2
Santa Cruz do Escalvado	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Santa Juliana...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Luzia...	—	—	—	1	—	—	—	1	—	2	—
Santa Margarida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Maria do Itabira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Santa Maria do Suaçuí	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santana de Pirapama	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Santa Rita de Caldas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Rita de Jacutinga	1	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Santa Rita do Sapucaí	1	1	1	—	1	—	3	—	—	1	2

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos

MINAS GERAIS (conclusão)

Santa Vitória.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santo Antônio do Amparo.....	1	1	—	—	—	—	1	1	—	1	1
Santo Antônio do Monte.....	—	—	1	—	—	—	—	4	—	1	2
Santos Dumont.....	3	2	3	1	1	—	—	6	—	3	—
São Domingos do Prata.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Francisco.....	—	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—
São Geraldo.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	1
São Gonçalo do Abaeté.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Gonçalo do Pará.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Gonçalo do Sapucaí.....	—	3	1	—	—	—	—	—	—	1	2
São Gotardo.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	2	—
São João Batista da Glória.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São João da Ponte.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João del Rei*.....	2	2	4	—	1	1	10	8	—	3	7
São João do Paraíso.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São João Evangelista.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
São João Nepomuceno.....	2	—	2	—	1	—	—	3	—	2	—
São Lourenço.....	2	3	5	—	1	—	—	2	—	2	1
São Pedro da União.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
São Pedro dos Ferros.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	1
São Romão.....	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	1
São Sebastião do Maranhão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Sebastião do Paraíso.....	3	2	4	—	1	—	2	2	—	2	5
São Tiago.....	—	—	—	—	—	—	4	—	—	1	—
São Tomás de Aquino.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Vicente de Minas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1
Sapucaí-Mirim.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Senador Firmino.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	1
Serrânia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Sérro.....	2	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Sete Lagoas.....	2	4	3	—	1	—	9	12	—	2	—
Silvianópolis.....	3	1	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Simonésia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Soledade de Minas.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Tarumirim.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Teixeiras.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Teófilo Ottoni*.....	3	5	6	—	1	—	1	10	—	2	1
Tiradentes.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Tiros.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Tocantins.....	—	—	1	—	—	—	2	1	—	1	—
Tombos.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Três Corações.....	3	2	1	—	1	—	2	6	—	3	1
Três Pontas.....	1	—	2	—	1	—	—	1	—	1	—
Tumiritinga.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Tupaciguara.....	—	—	—	—	1	—	1	—	—	2	1
Turmalina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ubá.....	2	5	6	—	2	—	3	5	—	1	—
Uberaba*.....	5	9	11	—	1	2	4	14	—	4	4
Uberlândia*.....	9	7	10	1	2	2	5	14	—	4	12
Unai.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Varginha.....	3	3	4	—	1	1	1	4	—	2	5
Veríssimo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Vespasiano.....	—	—	—	—	—	—	—	5	—	2	3
Viçosa.....	4	3	2	—	1	—	2	5	—	3	1
Virgem da Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Virgínia.....	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Virginópolis.....	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Virgolândia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Visconde do Rio Branco.....	—	2	3	—	1	—	2	1	—	1	—
Volta Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA*.....	17	13	18	2	1	4	21	20	—	5	4
Afonso Cláudio.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Alegre*.....	1	3	6	—	—	—	1	5	—	1	2
Alfredo Chaves.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Anchieta.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracruz.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixo Guandu.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Barra de São Francisco.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cachoeiro de Itapemirim*.....	8	5	6	1	1	—	7	13	—	6	9
Cariacica.....	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—
Castelo.....	—	1	1	—	—	—	2	2	—	2	4
Colatina*.....	—	2	4	—	1	—	4	15	—	5	1
Conceição da Barra.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Domingos Martins.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Espírito Santo.....	—	—	—	—	1	—	2	3	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
Espírito Santo (conclusão)											
Fundão...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Guaçu...	2	2	3	—	—	—	2	2	—	1	—
Guarapari	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ibiraçu	—	—	—	—	—	—	—	4	—	1	—
Iconha	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Itaguaçu	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—
Itapemirim	—	—	—	—	—	—	—	1	—	3	—
Iúna...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Jocirana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Linhares	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Mantenópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mimoso do Sul	—	5	2	—	—	—	1	6	—	2	—
Muniz Freire	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Muqui	—	1	2	—	—	—	1	3	—	—	—
Rio Novo do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santa Leopoldina	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Santa Teresa...	2	—	2	1	—	—	2	—	—	1	—
São José do Calçado	—	—	1	—	—	—	1	2	—	3	1
São Mateus	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serra	—	—	—	—	—	—	1	2	—	2	—
Viana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RIO DE JANEIRO											
NITERÓI*..	19	6	24	3	1	4	44	42	1	12	4
Angra dos Reis	2	—	1	—	—	—	2	2	—	1	—
Araruama...	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Barra do Pirai	1	3	7	—	1	—	3	7	—	1	1
Barra Mansa*	1	—	5	—	1	—	3	16	—	8	—
Bom Jardim	1	—	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Bom Jesus do Itabapoana	—	1	3	—	—	—	1	6	—	2	—
Cabo Frio...	—	1	1	—	—	—	2	5	—	1	—
Cachoeiras de Macacu	—	2	—	—	—	—	1	2	—	1	—
Cambuci	—	—	1	—	—	—	1	4	—	2	1
Campos*	9	6	18	—	1	6	39	28	—	12	1
Cantagalo	—	—	1	—	—	—	3	3	—	1	—
Carmo	—	—	—	—	—	—	1	4	—	2	—
Casemiro de Abreu.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Conceição do Macabu	—	—	—	—	—	—	2	1	—	1	—
Cordeiro	—	—	1	—	—	—	2	3	—	1	1
Duas Barras	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Duque de Caxias*	2	3	6	—	—	—	3	1	—	13	—
Itaboraí	1	—	1	—	—	—	—	5	—	2	2
Itaguaí	3	—	1	—	—	—	—	6	—	2	—
Itaocara	2	1	1	1	—	—	—	4	—	3	—
Itaperuna*	1	2	3	—	1	—	3	6	—	4	—
Itaverá	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1
Macaé*	1	2	4	—	1	—	5	13	—	5	—
Majé	1	—	1	—	—	—	2	10	—	6	3
Mangaratiba	—	—	—	—	—	—	3	6	—	2	—
Maricá	—	—	1	—	—	—	—	4	—	1	—
Marquês de Valença	1	3	3	—	1	—	3	9	—	3	1
Mendes	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Miracema	2	3	1	—	—	—	2	2	—	2	—
Natividade do Carangola	1	1	1	—	—	—	4	1	—	1	—
Nilópolis...	1	—	4	—	—	—	3	16	—	2	—
Nova Friburgo	4	6	14	—	1	—	12	13	—	4	2
Nova Iguaçu*	—	6	5	—	—	—	5	38	—	21	—
Paraíba do Sul	1	2	3	—	—	—	2	2	—	3	—
Parati	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Petrópolis*	2	6	12	2	2	4	18	22	—	13	2
Pirai	—	—	—	—	—	—	1	3	—	4	—
Porciúncula	—	2	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Resende	3	3	5	2	1	—	1	4	—	3	—
Rio Bonito	1	—	2	—	1	—	—	3	—	1	—
Rio das Flores...	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	—
Santa Maria Madalena	—	—	2	—	—	—	2	1	—	1	—
Santo Antônio de Pádua	1	—	2	—	—	—	1	1	—	2	—
São Fidélis...	1	1	2	—	—	—	3	5	—	2	—
São Gonçalo*...	—	2	6	—	1	—	2	9	—	11	—
São João da Barra.	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—
São João de Meriti*	—	—	1	—	—	—	—	13	—	9	—
São Pedro da Aldeia	—	—	—	—	—	—	—	4	—	1	—
São Sebastião do Alto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Sapucaia	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Saquarema	—	—	—	—	—	—	—	3	—	3	—
Silva Jardim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Sumidouro	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
RIO DE JANEIRO (conclusão)											
Teresópolis.....	4	4	5	—	1	—	5	4	—	6	—
Trajano de Moraes.....	—	—	—	—	—	—	—	4	—	1	1
Três Rios.....	1	2	1	—	1	—	3	6	—	5	—
Vassouras*.....	2	—	1	—	—	—	3	12	—	10	—
DISTRITO FEDERAL											
RIO DE JANEIRO*.....	286	140	284	15	14	29	117	182	12	154	11
SÃO PAULO											
SÃO PAULO*.....	174	106	476	10	12	24	46	152	10	159	18
Adamantina.....	—	4	3	—	1	—	2	3	—	1	—
Aguai.....	—	1	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Águas da Prata.....	—	4	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Águas de Lindóia.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Águas de São Pedro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Agudos.....	2	4	1	—	1	—	—	2	—	1	—
Alfredo Marcondes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Altinópolis.....	—	1	1	—	—	—	1	1	—	1	1
Álvares Florence.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Álvares Machado.....	—	7	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Álvaro de Carvalho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Americana.....	2	2	4	—	—	—	—	2	—	4	—
Américo de Campos.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Amparo.....	3	3	5	—	1	—	2	6	—	2	—
Analdândia.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Andradina.....	—	4	3	—	1	—	—	2	—	3	—
Angatuba.....	—	1	—	—	—	—	1	2	—	1	—
Anhembi.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aparecida.....	—	1	—	—	1	—	—	1	—	3	—
Apiaí.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Araçatuba*.....	4	4	8	—	1	2	4	5	—	2	—
Araçoiaba da Serra.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Araraquara*.....	9	8	10	—	1	1	10	6	—	4	1
Araras.....	2	4	3	—	—	—	2	2	—	3	—
Arealva.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Areias.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ariranha.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Artur Nogueira.....	—	—	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Assis.....	2	5	5	—	1	—	1	4	—	5	1
Atibaia.....	1	5	4	—	—	—	3	2	—	2	—
Avaí.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Avanhandava.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Avaré.....	3	5	3	—	1	—	2	2	—	2	—
Bananal.....	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Bariri.....	—	2	2	—	1	—	1	3	—	1	—
Barra Bonita.....	—	—	2	—	—	—	—	2	—	1	—
Barretos*.....	3	4	6	—	1	—	7	6	—	3	2
Barueri.....	—	1	—	—	—	—	2	5	—	3	—
Bastos.....	1	3	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Batatais.....	5	3	2	—	1	—	1	4	—	1	4
Bauru*.....	10	6	9	—	2	3	12	16	—	4	—
Bebedouro.....	5	4	3	—	1	—	3	5	—	2	2
Bento de Abreu.....	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Bernardino de Campos.....	—	1	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Bilac.....	—	3	—	—	—	—	—	2	—	3	—
Birigui.....	3	4	3	—	1	—	2	2	—	1	—
Boa Esperança do Sul.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Bocaina.....	2	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Bofete.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Boituva.....	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	1
Borborema.....	—	1	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Botucatu.....	4	6	9	—	1	—	6	13	—	3	—
Bragança Paulista*.....	3	7	6	—	1	—	4	6	—	4	—
Brodósqui.....	—	1	—	—	—	—	—	3	—	3	—
Brotas.....	2	2	1	—	1	—	1	2	—	1	2
Buri.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Buritama.....	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cabralia Paulista.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Cabreúva.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Caçapava.....	5	2	3	—	1	—	1	1	—	2	3
Cachoira Paulista.....	—	2	2	—	1	—	1	3	—	1	—
Caconde.....	—	1	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Cafelândia.....	2	2	1	—	1	—	1	4	—	1	1
Cajobi.....	1	1	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Cajuru.....	1	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Campinas*.....	24	23	25	2	3	3	22	25	—	14	1

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Biblio- tecas	Livra- rias	Estabele- cimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodi- fusoras	Jornais diários	Acade- mias, grêmios, clubes, etc.	Clubes despor- tivos, etc.	Teatros	Cine- teatros e cinemas	Outros tipos
SÃO PAULO (continuação)											
Campos do Jordão	3	4	2	—	1	—	1	5	—	1	—
Campos Novos Paulista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cananeia . .	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Cândido Mota	—	2	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Capão Bonito	—	1	1	—	1	—	—	1	—	1	—
Capivari	1	2	4	—	1	—	1	11	—	3	—
Caraguatatuba . .	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Casa Branca	2	2	5	—	1	—	4	3	—	3	—
Catanduva	4	7	8	—	1	1	3	4	—	2	2
Cedral . .	—	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Cerqueira César	1	1	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Cerquilho . .	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Colina . .	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Conchal	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Conchas	1	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Cordeirópolis . .	—	—	1	—	—	—	2	3	—	1	—
Coroados . .	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Corumbataí	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cosmópolis	—	1	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Cosmorama	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Cotia . .	—	—	—	—	—	—	—	5	—	1	—
Cravinhos	—	2	1	—	—	—	2	1	—	1	—
Cruzeiro	3	2	5	—	1	—	—	4	—	2	1
Cubatão	—	—	—	—	—	—	2	—	—	2	—
Cunha	—	—	1	—	—	—	—	7	—	1	1
Descalvado	1	2	3	—	—	—	—	1	—	1	—
Dois Córregos	1	2	2	—	1	—	1	2	—	1	1
Dourado	1	3	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Dracena	—	4	2	—	1	—	—	3	—	1	1
Duartina	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Echaporã	1	1	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Eldorado . .	1	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Elias Fausto	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Estrêla d'Oeste	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Fartura . .	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Fernandópolis	—	7	2	—	—	—	—	2	—	1	—
Fernando Prestes	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Florida Paulista	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Franca*	7	7	11	—	1	1	13	9	—	8	4
Franco da Rocha	1	—	1	—	—	—	2	6	—	7	—
Gália . .	1	1	—	—	—	—	2	1	—	2	—
Garça . .	—	4	4	—	1	—	2	2	—	2	1
General Salgado	—	2	—	—	—	—	—	2	—	2	—
Getulina	—	3	1	—	—	—	2	—	—	1	—
Glicério	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	1
Guaiara	—	3	2	—	—	—	—	2	—	1	—
Guapiara	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guará . .	—	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Guaraçai . .	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Guaraci . .	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Guarantã	1	1	—	—	—	—	1	2	—	2	—
Guararapes . .	—	4	2	—	—	—	2	2	—	1	—
Guararema	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—
Guaratinguetá	4	3	7	—	1	—	5	3	—	2	5
Guareí . .	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Guariba	—	1	1	—	1	—	—	2	—	2	—
Guarujá	—	—	—	—	—	—	—	12	—	3	—
Guarulhos . .	1	—	1	—	—	—	1	7	—	4	—
Herculândia	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Iacanga	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Ibirá . .	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Ibirarema	—	1	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Ibitinga	—	4	2	1	1	—	—	3	—	1	—
Ibiúna	—	—	—	—	—	—	2	2	—	1	—
Iepê . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Igarapava	1	3	1	—	1	—	1	4	—	3	1
Iguape . .	1	2	—	—	1	—	1	2	—	1	—
Ilhabela . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Indaiatuba	1	2	1	—	—	—	1	3	—	1	—
Indiana . .	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ipauçu . .	—	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Iporanga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ipuã . .	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Irapuã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itaberá	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Itai . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itajobi	—	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
SÃO PAULO (continuação)											
Osvaldo Cruz...	—	1	1	—	1	—	—	—	—	1	—
Ourinhos...	—	3	3	—	1	—	1	—	—	1	—
Pacaembu...	—	—	—	—	—	—	—	3	—	2	—
Palestina...	—	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Palmital...	—	2	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Paraguaçu Paulista	—	3	3	—	1	—	1	2	—	1	1
Paraibuna...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Paranapanema	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Parapuã...	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Patrocínio Paulista...	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Paulicéia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo de Faria...	—	1	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Pederneiras...	1	2	1	—	1	—	4	4	—	1	—
Pedregulho...	—	2	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Pedreira...	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Pedro de Toledo...	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Penápolis	2	3	1	—	1	—	1	3	—	3	—
Pereira Barreto...	—	2	—	—	—	—	—	4	—	1	—
Pereiras	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Piedade...	1	1	1	—	—	—	2	5	—	1	—
Pilar do Sul	—	—	—	—	—	—	1	2	—	1	—
Pindamonhangaba...	3	1	5	—	1	—	1	3	—	2	1
Pindorama...	—	2	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Pinhal...	2	3	4	1	1	—	1	7	—	2	—
Piquerobi	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Piquete	1	—	2	—	—	—	2	1	—	1	—
Piracaia...	1	8	1	—	—	—	1	—	—	3	—
Piracicaba*	10	—	9	1	1	2	15	11	—	3	—
Piraçununga	3	3	3	—	1	—	3	6	—	4	1
Piraju...	1	—	3	—	—	—	1	3	—	3	—
Pirajuí	2	2	3	—	1	1	1	3	—	2	1
Piranji...	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Pirapózinho...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Piratininga	—	1	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Pitangueiras	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	—
Planalto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Poá	—	—	1	—	—	—	1	7	—	2	—
Pompéia	1	4	1	—	1	—	—	2	—	1	—
Pongai	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Pontal	—	—	2	—	—	—	—	2	—	1	—
Porangaba	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Pôrto Feliz	—	1	2	—	—	—	—	3	—	4	—
Pôrto Ferreira	—	1	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Potirendaba	1	2	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Presidente Alves	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Presidente Bernardes	1	7	2	—	—	—	—	2	—	2	—
Presidente Epitácio	—	1	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Presidente Prudente*	4	9	4	—	1	1	4	4	—	2	—
Presidente Venceslau	—	2	2	—	1	—	—	2	—	1	—
Promissão	1	2	2	—	1	—	1	5	—	1	—
Quatá	—	1	1	—	—	—	—	3	—	1	—
Queluz	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Quintana	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Rancharia...	—	2	2	—	1	—	—	2	—	1	—
Redenção da Serra	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Regente Feijó	1	1	1	—	1	—	—	1	—	1	—
Reginópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Registro...	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Ribeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ribeirão Bonito	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Ribeirão Branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ribeirão Preto*	14	8	17	1	1	5	12	13	—	10	1
Rifaina	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Rincão...	—	—	—	—	—	—	1	2	—	1	—
Rinópolis	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Rio Claro...	10	5	12	2	1	2	10	14	—	3	6
Rio das Pedras	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Rubiácea	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Sales Oliveira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Salesópolis	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Salto	—	1	3	—	—	—	5	3	—	2	—
Salto Grande	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	1
Santa Adélia	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Santa Bárbara d'Oeste	—	2	2	—	—	—	3	4	—	2	—
Santa Bárbara do Rio Pardo	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Santa Branca	—	—	1	—	—	—	1	1	—	1	1
Santa Cruz das Palmeiras	—	—	1	—	—	—	2	1	—	1	1
Santa Cruz do Rio Pardo...	1	3	4	—	1	—	—	—	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
SÃO PAULO (conclusão)											
Santa Gertrudes	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Santa Isabel	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Santana de Parnaíba	2	—	—	—	—	—	—	6	—	3	—
Santa Rita do Passa Quatro	—	2	1	—	—	—	1	2	—	1	—
Santa Rosa de Viterbo	—	2	—	—	—	—	—	2	—	2	1
Santo Anastácio	1	2	1	—	—	—	—	5	—	1	—
Santo André*	1	4	12	—	—	—	13	35	—	12	6
Santo Antônio da Alegria	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Santos*	30	26	42	1	3	3	33	55	—	20	2
São Bento do Sapucaí	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São Bernardo do Campo	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
São Caetano do Sul*	—	7	5	—	—	—	1	6	—	6	—
São Carlos	3	8	7	—	1	2	3	6	—	5	1
São João da Boa Vista	6	5	6	—	1	—	4	7	—	2	—
São Joaquim da Barra	1	1	2	—	1	—	3	3	—	1	2
São José do Barreiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São José da Bela Vista	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
São José do Rio Pardo	2	2	4	—	1	—	2	4	—	1	—
São José do Rio Preto*	4	6	10	—	1	3	9	7	—	4	—
São José dos Campos	3	5	4	—	1	—	—	5	—	3	—
São Luís do Paraitinga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Manuel	3	2	3	—	1	—	2	3	—	2	1
São Miguel Arcanjo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Pedro	1	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São Pedro do Turvo	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Roque	2	1	1	—	1	—	7	5	—	4	1
São Sebastião	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São Sebastião da Gramma	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Simão	1	2	1	—	—	—	1	4	—	2	—
São Vicente	—	1	3	—	1	—	2	12	—	4	—
Sarapuá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Serra Azul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Serrana	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Serra Negra	1	2	2	—	1	—	1	2	—	2	—
Sertãozinho	1	3	2	—	—	—	—	3	—	3	—
Silveiras	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Socorro	1	1	2	—	—	—	—	3	—	1	—
Sorocaba*	13	11	12	—	2	2	7	7	—	8	—
Suzano	—	1	2	—	—	—	—	3	—	1	—
Tabapuã	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Tabatinga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Taiúva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Tambaú	1	2	2	—	1	—	1	3	—	1	—
Tanabi	1	3	1	—	1	—	2	3	—	1	—
Tapiratiba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Taquaritinga	2	5	3	—	1	—	1	2	—	4	—
Taquarituba	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Tatuí	1	3	3	—	1	—	—	3	—	3	1
Taubaté*	6	5	8	1	1	2	9	13	—	7	5
Terra Roxa	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Tietê	2	1	3	—	1	—	2	2	—	1	—
Timburi	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Torrinha	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Tremembé	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Tupã*	5	9	6	—	1	—	6	7	—	3	4
Tupi Paulista	—	—	1	—	1	—	—	1	—	2	—
Ubatuba	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ubirajara	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—
Uchoa	—	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Urupês	1	3	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Valentim Gentil	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Valparaíso	1	2	1	—	1	—	—	3	—	2	—
Vargem Grande do Sul	—	1	1	—	1	—	—	1	—	2	—
Vera Cruz	—	1	1	—	1	—	—	2	—	1	—
Vinhedo	—	—	—	—	—	—	1	4	—	2	1
Viradouro	—	2	1	—	—	—	—	2	—	1	1
Votuporanga	—	4	3	—	—	—	—	2	—	1	—
Xavantes	—	1	1	—	—	—	1	1	—	—	—

PARANÁ

CURITIBA*	61	17	54	2	2	7	34	79	—	10	9
Abatiá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Alvorada do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Amoreira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Andará	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Antonina	2	1	1	—	1	—	4	2	—	1	—
Apucarana*	—	4	5	—	1	1	1	2	—	2	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
PARANÁ (continuação)											
Arapongas* . . .	—	2	3	—	1	—	—	3	—	1	—
Araucária	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Araucária	—	—	1	—	1	—	1	—	—	1	—
Açaí	—	2	1	—	—	—	2	2	—	—	—
Astorga	—	1	2	—	—	—	—	2	—	3	—
Bandeirantes	—	2	1	—	1	—	—	2	—	1	—
Barracão.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bela Vista do Paraíso	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Bocaiúva do Sul . . .	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—
Cambará	1	2	2	—	1	—	—	2	—	1	—
Cambe	—	1	1	—	—	—	1	—	—	2	—
Campo Largo.	—	1	—	—	1	—	1	5	—	1	—
Campo Mourão	—	1	—	—	—	—	—	3	—	1	—
Capanema	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Carlópolis	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Cascavel	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Castro	4	3	1	—	1	—	—	1	—	1	1
Catuji	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Centenário do Sul.	—	2	1	—	—	—	—	2	—	2	—
Cerro Azul.	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Clevalândia*	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Colombo.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Congonhinhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Contenda.	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Cornélio Procopio	1	2	3	—	1	—	1	5	—	3	—
Cruz Machado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Curitiba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Faxinal.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Florestópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Foz do Iguaçu.	—	—	1	1	—	—	1	2	—	2	—
Francisco Beltrão	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Guaíra	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Guaraniáçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guarapuava*	—	2	2	—	1	—	1	4	—	1	—
Guaraqueçaba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaratuba	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Ibaiti	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Ibiporã	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Imbituva.	—	1	—	—	—	—	1	2	—	1	1
Ipiranga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Irati.	2	2	1	—	—	—	4	6	—	1	—
Jacarezinho	4	2	2	—	1	—	1	1	—	1	—
Jaguapitã	—	3	—	—	—	—	—	3	—	6	—
Jaguariaíva	—	1	—	—	1	—	2	3	—	3	1
Jandaia do Sul	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Japira.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Jataizinho.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Joaquim Távora	—	2	2	—	—	—	1	—	—	2	—
Lapa	1	1	1	1	1	—	1	3	—	1	2
Laranjeiras do Sul	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Leópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Londrina*	3	12	13	—	1	1	6	14	—	6	—
Lupionópolis.	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Mallet	2	1	1	—	1	—	1	—	—	1	—
Mandaguacu	—	2	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Mandaguari*	—	2	1	—	1	—	—	1	—	1	—
Mangueirinha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marialva.	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maringá	—	2	3	—	1	1	—	—	—	2	—
Morretes	—	—	2	—	—	—	1	2	—	1	—
Nova Esperança	—	2	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Nova Fátima	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Ortigueira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palmas.	2	1	1	1	—	—	2	—	—	—	1
Palmeira	—	2	1	—	1	—	—	1	—	1	—
Paranaguá	2	3	3	—	1	1	1	7	—	4	—
Paranavaí.	—	2	2	—	—	—	—	—	—	1	—
Pato Branco	—	2	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Paulo Frontin	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Peabiru	—	—	—	—	—	—	—	3	—	6	—
Pinhalão	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Piraí do Sul	—	1	1	—	1	—	1	4	—	2	—
Piraquara	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Pitanga*	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Ponta Grossa*	14	7	7	1	1	2	13	16	—	3	—
Porecatu	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Pôrto Amazonas	2	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Primeiro de Maio . . .	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
PARANÁ (conclusão)											
Prudentópolis	—	1	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Quatingá	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Rebouças	—	1	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Reserva	1	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—
Ribeirão Claro	—	1	1	—	—	—	—	1	—	2	—
Ribeirão do Pinhal	—	1	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Rio Azul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio Branco do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio Cinzas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Rio Negro	2	2	1	1	1	—	1	—	—	2	1
Rolândia	—	6	2	—	1	—	—	1	—	2	—
Santa Amélia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Marina	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Santo Antônio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santo Antônio da Platina	—	2	2	—	1	—	1	—	—	1	—
Santo Inácio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São Jerônimo da Serra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São João do Triunfo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São José dos Pinhais	1	—	—	—	1	—	1	1	—	1	—
São Mateus do Sul	1	2	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Sengés	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Sertaneja	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sertãoópolis	—	1	1	—	—	—	1	—	—	2	—
Siqueira Campos	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Teixeira Soares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Tibaji	—	2	1	—	1	—	—	—	—	1	2
Tijucas do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Timbu	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Timoneira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Toledo	—	1	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Tomazina	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
União da Vitória	2	2	1	—	1	—	—	5	—	1	—
Uraí	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Venceslau Braz	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
SANTA CATARINA											
FLORIANÓPOLIS*	20	11	17	3	1	5	31	20	—	6	7
Araquari	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Araranguá	1	—	1	—	1	—	—	—	—	1	—
Biguaçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Blumenau	3	5	13	1	1	1	9	17	1	5	—
Bom Retiro	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Brusque	1	4	3	1	1	—	10	7	—	2	1
Caçador	2	5	4	—	1	—	5	1	—	2	—
Camboriú	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Campo Alegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Campos Novos	1	—	—	—	—	—	3	1	—	1	—
Canoinhas*	2	3	3	—	1	—	—	9	—	1	2
Capinzal	—	1	1	—	1	—	1	3	—	1	1
Chapecó*	—	1	3	—	1	—	6	14	—	3	—
Concórdia	—	3	2	—	1	—	2	9	—	1	—
Criciúma*	1	2	2	—	1	—	1	8	—	2	—
Curitibanos	1	1	1	—	—	—	—	4	—	2	—
Gaspar	—	1	1	—	—	—	2	1	—	2	—
Guaramirim	—	—	—	—	—	—	2	3	—	1	2
Ibirama	—	1	1	—	—	—	6	12	—	1	—
Imaruí	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Indaial	2	1	2	—	—	—	1	1	—	—	1
Itaiópolis	—	1	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Itajaí*	3	5	4	2	1	—	3	4	—	4	—
Ituporanga	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
Jaguaruna	—	6	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Jaraguá do Sul	5	4	2	1	1	—	2	13	—	3	—
Joaçaba	2	4	—	—	1	2	6	4	—	3	—
Joinville	8	10	9	—	1	—	13	19	1	2	1
Laguna	1	2	4	2	1	—	6	6	—	3	—
Lajes*	1	3	5	1	1	—	7	5	—	4	1
Mafra	1	2	4	—	—	—	—	2	—	1	—
Nova Trento	1	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—
Orleães	—	—	2	—	1	—	2	4	—	4	—
Palhoça	—	1	2	—	—	—	—	—	—	1	—
Piratuba	—	—	—	—	—	—	4	2	—	1	—
Pôrto Belo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pôrto União	2	1	3	—	—	—	2	5	—	1	—
Rio do Sul*	3	3	3	—	1	—	6	5	—	3	2
Rodeio	1	—	—	—	—	—	2	1	—	—	1
São Bento do Sul	—	2	2	—	1	—	3	3	—	2	3

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RADIODIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Radiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
SANTA CATARINA (conclusão)											
São Francisco do Sul	1	3	1	—	1	—	1	3	—	1	—
São Joaquim	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	2
São José	2	—	—	—	—	—	1	3	—	2	2
Taioí	—	1	1	—	—	—	2	2	—	2	—
Tangará	—	—	1	—	—	—	1	3	—	1	—
Tijucas	—	1	1	—	1	—	—	1	—	3	—
Timbó...	1	2	—	—	—	—	8	3	—	1	—
Tubarão*	1	2	3	—	1	—	5	4	—	2	1
Turvo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Uruçanga	4	—	1	—	1	—	—	1	—	3	—
Videira...	1	1	1	—	1	—	—	3	—	—	—
RIO GRANDE DO SUL											
PÓRTO ALEGRE*	56	33	65	2	4	6	65	143	1	31	2
Alegrete	2	3	2	—	1	—	4	5	—	1	—
Antônio Prado	1	—	1	—	—	—	1	1	—	1	—
Aparados da Serra	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Arroio do Meio	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Arroio Grande	—	1	1	—	—	—	7	6	—	3	—
Bajé*	4	4	7	—	1	1	3	23	—	3	—
Bento Gonçalves	1	2	2	—	1	—	2	4	—	2	—
Caçapava do Sul	1	1	1	—	1	—	5	4	—	1	—
Cacequi	1	—	—	—	—	—	9	5	—	1	—
Cachoeira do Sul*	5	3	4	—	1	1	22	12	—	2	—
Caí	1	1	2	—	—	—	40	7	—	1	—
Camaquã	1	1	1	—	—	—	1	3	—	3	—
Candelária	1	1	1	—	—	—	13	5	—	1	—
Canela	—	2	1	—	1	—	1	2	—	1	—
Canguçu*	—	—	—	—	—	—	1	6	—	2	—
Canoas	1	—	3	—	—	—	3	8	—	2	1
Carazinho*	1	2	4	—	1	—	11	15	—	3	1
Caxias do Sul*	4	7	10	1	1	1	5	23	—	5	2
Cruz Alta*	3	4	4	—	1	2	47	6	—	4	—
Dom Pedrito	1	1	4	—	1	—	1	2	—	1	—
Encantado	—	1	1	—	1	—	2	1	—	1	1
Encruzilhada do Sul	—	2	2	—	—	—	14	2	—	1	—
Erechim	2	2	2	—	1	1	9	24	—	3	—
Erval	—	—	—	—	—	—	7	8	—	1	—
Estréla*	1	2	1	—	1	—	31	8	—	2	—
Farroupilha	2	2	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Flores da Cunha	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
Garibaldi...	1	2	1	—	1	—	—	6	—	2	—
General Câmara	1	—	—	—	—	—	2	1	—	1	—
General Vargas	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—
Getúlio Vargas	—	1	2	—	1	—	2	10	—	2	1
Gravataí	—	—	1	—	—	—	—	3	—	3	—
Guafba	1	—	1	—	—	—	2	10	—	2	—
Guaporé*	—	2	2	—	1	—	3	6	—	3	1
Ijuí*	3	3	2	—	1	—	19	19	—	1	—
Iraí	—	1	1	—	—	—	1	3	—	1	—
Itaqui	4	1	1	—	—	—	4	3	—	2	—
Jaguarão	2	2	2	—	1	—	5	4	—	1	2
Jaguari	—	1	2	—	—	—	15	3	—	1	—
Júlio de Castilhos	1	1	1	—	1	—	2	—	—	1	—
Lagoa Vermelha*	1	3	2	—	1	—	2	8	—	4	—
Lajeado	3	4	1	—	1	—	18	14	—	1	—
Lavras do Sul	—	1	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Livramento	2	3	4	1	1	1	5	11	—	1	—
Marcelino Ramos	—	2	1	—	1	—	4	2	—	1	—
Montenegro*	6	2	3	—	1	—	17	9	—	1	—
Nova Prata	1	1	1	—	—	—	3	—	—	1	—
Novo Hamburgo	—	4	3	—	1	—	5	12	—	2	—
Osório	1	1	1	—	—	—	—	5	—	4	1
Palmeira das Missões*	—	1	5	—	1	—	6	4	—	3	1
Passo Fundo*	9	6	9	—	—	2	20	10	—	5	—
Pelotas*	25	10	16	1	2	3	18	39	—	10	6
Pinheiro Machado	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	1
Piratini*	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Quaraí	—	—	1	—	1	—	2	5	—	1	—
Rio Grande*	10	5	11	—	2	3	30	38	—	10	7
Rio Pardo	2	—	2	1	1	—	13	11	—	2	—
Rosário do Sul...	1	1	—	—	1	—	4	3	—	1	—
Santa Cruz do Sul*	5	4	5	—	1	—	49	40	—	1	—
Santa Maria*...	13	5	5	1	1	2	28	15	—	2	—
Santa Rosa	1	4	2	1	1	—	13	15	—	2	—
Santa Vitória do Palmar	1	1	2	—	—	—	2	3	—	2	—
Santiago...	—	1	2	—	1	—	2	6	—	1	—

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MUNICÍPIOS	DIFUSÃO BIBLIOGRÁFICA			MUSEUS, RÁDIO-DIFUSÃO E IMPRENSA PERIÓDICA			ASSOCIAÇÕES CULTURAIS		DIVERSÕES PÚBLICAS		
	Bibliotecas	Livrarias	Estabelecimentos gráficos e casas editoras	Museus	Rádiodifusoras	Jornais diários	Academias, grêmios, clubes, etc.	Clubes desportivos, etc.	Teatros	Cine-teatros e cinemas	Outros tipos
GOIÁS (conclusão)											
Buriti Alegre	—	—	1	—	1	—	—	—	—	1	—
Caiapônia	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caldas Novas	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Catalão	1	1	1	—	—	—	1	1	—	2	—
Cavalcante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corumbá de Goiás	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Corumbalza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cristalina	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Cumari	—	9	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Dianópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Edéia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Filadélfia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Firminópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Formosa	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Goiandira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Goiás*	2	2	1	—	—	—	1	1	—	2	—
Goiatuba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Guapó	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Hidrolândia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Inhumas	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—
Ipameri	—	4	3	—	1	—	—	1	—	1	—
Iporá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itaberaí	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—
Itaguatins	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itapaci	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itaçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itumbiara	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—
Jaraguá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Jatá	—	2	1	—	—	—	—	2	—	1	—
Leopoldo de Bulhões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Luziânia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Minheiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Miracema do Norte	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Monte Alegre de Goiás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Morrinhos	—	1	1	—	—	—	—	—	—	1	—
Natividade	1	3	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Nazário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nerópolis	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Niquelândia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Orizona	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palmeira de Goiás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraná	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraúna	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pedro Afonso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Peixe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Petrolina de Goiás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piracanjuba	1	1	1	—	—	—	1	—	—	1	—
Pirenópolis	2	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Pires do Rio	—	1	2	—	1	—	—	—	—	1	—
Planaltina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pontalina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Porangatu	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—
Pôrto Nacional	—	—	3	—	—	—	—	—	—	3	—
Posse	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quirinópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Rio Verde	—	2	2	—	—	—	1	4	—	1	—
Santa Cruz de Goiás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Helena de Goiás	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
São Domingos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Silvânia	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Sítio da Abadia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taguatinga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tocantinópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Trindade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Uruaçu	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Uruana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Urutai	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vianópolis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—

* Segundo o censo de 1950, município com mais de 50 000 habitantes

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ABM

REALIZOU-SE em Guarujá (São Paulo), entre 21 e 24 de abril, a III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, à qual compareceram, além dos membros do Conselho e municipalistas de todo o País, deputados federais e estaduais, bem como representantes de vários governadores.

Os trabalhos obedeceram à seguinte agenda: I. Situação econômica-financeira da ABM; forma de auxílio às entidades regionais filiadas; II. Operação-Município; III. IV Congresso Nacional de Municípios; IV. Estudo da posição dos municipalistas em face da sucessão presidencial; V. Aumento de interesse geral do Movimento Municipalista Brasileiro.

O Conselho Deliberativo tomou, depois de debatido aquele temário, as seguintes deliberações: a) aprovou as contas referentes ao primeiro período de gestão da atual diretoria da ABM, bem como o relatório da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional de Municípios, realizado em São Lourenço; b) aprovou proposição no sentido de fazer constituir uma comissão parlamentar especial, constituída de deputados municipalistas, com o fim de pleitear na Câmara Federal a constituição de uma comissão parlamentar especial para estudar o projeto Operação-Município, isentando-o assim da tramitação pelas comissões técnicas daquela Casa do Parlamento; c) determinou que os dirigentes da ABM se dirigissem ao Ministro da Fazenda, solicitando providências para a liquidação dos atrasados, correspondentes a três exercícios financeiros, relativos aos 10% do imposto de renda destinados aos municípios por disposição constitucional; d) determinou que os dirigentes da ABM se entendessem com as autoridades governamentais sobre a participação dos municípios no Fundo Rodoviário Nacional; e) aprovou proposição no sentido de que a ABM se dirija aos candidatos à Presidência da República, indicando-lhes os postulados contidos na Carta dos Municípios.

Também a realização do IV Congresso de Municípios foi discutida, tendo sido eleita a sua Comissão Nacional Organizadora, que ficou assim constituída: Presidente, Osório Nunes; 1.º Vice-Presidente, Machado Vila; 2.º Vice-Presidente, Barroso Filho; 3.º Vice-Presidente, Celso Feganha; 1.º Secretário, Ives de Oliveira; 2.º Secretário, Augusto Vieira; Tesoureiro e Diretor Executivo, Edgar Amorim.

O Congresso de São Lourenço escolheu a cidade do Salvador para sede do IV Congresso; razões de força maior, entretanto, impediram que essa escolha fosse confirmada, permanecendo o assunto em suspenso, para solução pela Comissão Organizadora.

Como parte do programa da reunião, o coronel Luiz Felipe Silva Wiedemann proferiu uma palestra sobre o tema "Alimentação no binômio município-unidade agrícola".

Avança o Municipalismo — A propósito da reunião de Guarujá, o Sr Osório Nunes escreveu sob o título acima, no "Diário de Notícias" desta Capital, o seguinte artigo:

"O vigor e o calor dos debates efetuados em Guarujá, entre 21 e 25 de abril, demonstraram a intensidade e concorreram para maior avanço do Movimento Municipalista Brasileiro.

Aquilo que não se agita, apodrece, declarou o autor destas linhas, na sessão de encerramento da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, efetuada, naquela data, sob os auspícios da Prefeitura e da

Câmara da famosa estância do litoral paulista. Ao final dos exaustivos trabalhos, assinalamos todos, pois, a nossa satisfação por verificar que a ABM, que é um movimento em marcha pelo levantamento dos Municípios brasileiros, não se estagna e busca em seu próprio seio as correntes de energia que lhe impulsionarão o destino. A fim de provocar o surgimento dessas correntes, tomar-lhes a medida, verificar-lhes o sentido e tornar-se intérprete de suas aspirações, a direção da ABM está promovendo, sob formas diversas, freqüentes encontros entre os conselheiros eleitos pelas bancadas de 23 Estados e Territórios no III Congresso Nacional de Municípios. Esse tipo de reuniões não se realizava, anteriormente, na ABM. Foi a partir de 1953 que resolvemos descentralizar a campanha municipalista através dos 50 componentes do Conselho Deliberativo, nos Estados e Territórios. Daí a I Reunião, que se deu no salão nobre da Câmara de Vereadores do Distrito Federal, com o objetivo de aproximar os conselheiros e trazer para direção da ABM o pensamento da base regional e local, em que deve assentar uma entidade do seu gênero. Grande foi a compreensão dos conselheiros, satisfeitos por serem assim auscultados na inclinação, reivindicações e opiniões dos seus Municípios, mesmo porque, ao lado da campanha pelo soerguimento da administração local, propriamente dita, lançamos um programa de discussão e encaminhamento da solução dos problemas ligados ao desenvolvimento econômico e geral do país. Tínhamos, também, por objetivo, a constituição de um grupo selecionado de homens, fixados nos diferentes pontos do país ou oriundos de regiões diferentes, com descortínio, cultura e visão patriótica dos problemas, a fim de que a Associação Brasileira de Municípios se constituísse num celeiro de cidadãos de alta capacidade, prontos a servir o Brasil, em qualquer setor e em qualquer parte da República. Constituiríamos, portanto, no intervalo dos Congressos Nacionais, uma espécie de Parlamento dos Municípios, em que as questões a curto e a longo prazo fossem colocadas para encaminhamento conveniente às 2 000 e quinhentas administrações locais existentes no Brasil.

O trabalho de congregar o corpo deliberante da ABM, segundo essas diretrizes, está começando a produzir os primeiros frutos. Já hoje se pode dizer que a tarefa inicial está mais facilitada porque a maioria dos atuais conselheiros provém do Congresso de São Vicente, havendo sido reeleita em São Lourenço. Ademais, vários desses conselheiros, pela projeção natural de sua vida pública, neste biênio, passaram para escalões mais altos da representação política, como deputados estaduais e federais, secretários de Estado, etc.

Em virtude das sucessivas reuniões que temos promovido, em diferentes pontos do interior do Brasil — sendo a penúltima, em Curitiba, a convite da Câmara Municipal da capital paranaense, que, assim, emprestou todo seu apoio à nova direção da ABM, na grande tarefa em que se acha empenhada — o clima de confiança existente se robusteceu, na reunião de Guarujá, mesmo no ardor dos debates mais veementes. Expressiva, portanto, foi a aprovação de pé, pelos presentes, das contas da Associação, referentes ao exercício, e do III Congresso Nacional de Municípios. Ambas, pelos estatutos e normas em vigor, não precisariam de ser exibidas ao Conselho, mas o foram, depois de conferidas e aprovadas pelo Conselho Fiscal, devendo agora, também, por decisão de seus responsáveis, serem publicadas, para amplo conhecimento geral, o que se faz pela primeira vez em tais congressos.

Estando sendo ultimada a redação final e concatenada a matéria discutida e aprovada em Guarujá, nos próximos dias serão divulgadas informações sobre os resultados de cada item da agenda. De relance, em síntese, pode-se adiantar que, mais uma vez foi consagrada a Operação-Município como o plano nacional de obras e serviços municipais indispensáveis ao aparelhamento do interior do Brasil; que foram tomadas providências relativas ao IV Congresso Nacional de Municípios e eleita a respectiva Comissão Organizadora, praticamente a mesma do último, acrescida de novos componentes; que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e admissão de 80 Municípios como novos sócios da ABM, na campanha de organização do quadro social,

que se achava praticamente desaparecido; que foram feitas comunicações de interesse para todos os Municípios e a vida da entidade; e que, quanto à sucessão presidencial, ficou decidido encaminhar os principais postulados contidos na Carta dos Municípios aos candidatos à presidência da República.

Foi, dessa maneira, altamente profícua a III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios que, em seus processos de luta e aperfeiçoamento, cada vez mais se situa como um legítimo movimento pan-brasileiro, um autêntico esforço de união nacional para solução dos problemas da Pátria, tendo como base forte e atuante os Municípios".

O IBGE NA MENSAGEM PRESIDENCIAL

NA mensagem que, a 15 de março, dirigiu ao Congresso Nacional, o Presidente Café Filho reservou um capítulo especial às atividades desenvolvidas pelo sistema estatístico nacional, usando nos seguintes termos:

"Sistema Geográfico, Estatístico e Censitário — Desenvolveram-se, com regularidade, durante o exercício de 1954, os trabalhos afetos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — entidade de natureza federativa, que superintende os sistemas nacionais dos Serviços Estatísticos e dos Serviços Geográficos.

Por intermédio da rede de órgãos que o compõem, vinculados entre si e orientados no sentido da cooperação interadministrativa que abrange a União, os Estados e os Municípios, o sistema estatístico-geográfico nacional deu execução a largo plano de atividades técnicas e culturais, nos dois campos em que elas se distribuem, visando ao conhecimento sistematizado do meio físico e à caracterização, em sínteses numéricas, dos diferentes aspectos da vida brasileira.

Convém frisar que o sistema nacional teve de enfrentar, na consecução de suas tarefas habituais, as maiores dificuldades, decorrentes da criação indiscriminada de novos Municípios, por força de leis estaduais. Essa ampliação do quadro municipal, feita em alguns casos sem a indispensável observância de preceitos de ordem técnica e formal, gerou uma série de problemas, a que o Instituto vem tentando dar solução adequada. A estabilização dos quadros territoriais das Unidades da Federação é reconhecida como ponto básico para os levantamentos estatísticos, de reduzida eficácia, desde que condições adversas, como o fracionamento das áreas comunais, impossibilitem a comparação de seus resultados.

Conselho Nacional de Geografia — Dentre as iniciativas empreendidas pelo Conselho Nacional de Geografia destacam-se as incursões realizadas ao Sul de Minas Gerais, ao Planalto Central, à Depressão Central do Rio Grande do Sul, ao Vale Amazônico e ao Território de Rio Branco, com objetivo de estudar as respectivas áreas, de que se recolheu farta documentação fotográfica.

Para o Banco do Nordeste do Brasil preparou-se uma série de mapas de aspectos físicos, bem como cartogramas econômicos da região. Foram elaborados novos cartogramas de estudos demográficos, por Estados, com base nos resultados do Censo de 1950. Concluíram-se diversos outros cartogramas, também por Estados, com a finalidade de fornecer base geográfica segura para interpretação de aspectos de âmbito nacional.

No setor ligado aos levantamentos topográficos, merecem referências os trabalhos de triangulação geodésica de primeira ordem, ao longo do meridiano 51° WG, até próximo a Porto Alegre, e o início de reconhecimentos ao longo dos paralelos 22° S e 28° S; a medição de 10 bases geodésicas e a determinação de 10 pontos astronômicos de primeira ordem; o nivelamento de precisão de 3 circuitos e diversos ramais, interessando os Estados da Bahia e Minas Gerais; e a continuação dos trabalhos de levantamentos, em colaboração com os governos dos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Quanto à preparação de cartas e mapas, concluiu-se a impressão de novo mapa do Brasil, na escala de 1 : 5 000 000. Achem-se prontas para impressão 5 folhas da carta de 1 : 250 000, e 4 da carta de 1 : 500 000, sendo que, desta última, foram ainda impressas 9 folhas. Elaborou-se e acha-se em impressão um mapa do Planalto Central do Brasil, que abrange a área em estudo para localização da nova Capital. Em prosseguimento ao plano de elaboração de cartas, teve curso o trabalho de restituição de fotografias aéreas.

Difundiu o Conselho, por meio de publicações periódicas e avulsas, os resultados de pesquisas no campo geográfico. Realizou cursos de aperfeiçoamento e conferências, visando à propagação do conhecimento geográfico do país, entre professores e entre outros interessados. Cuidou, afinal, dos preparativos para a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que se deve reunir no Rio de Janeiro, em agosto de 1956.

Conselho Nacional de Estatística — Competem ao Conselho Nacional de Estatística, em grau superior, a orientação e direção dos levantamentos estatísticos, quer de natureza permanente, quer relacionados com as operações censitárias decenais. À sua atuação, que se fez presente, ao mesmo tempo, nas esferas federal, estadual e municipal, deve-se o conhecimento, cada vez mais minucioso, das diversas faces de atividade do Brasil.

Os trabalhos a cargo do Conselho Nacional de Estatística tiveram ritmo satisfatório, sendo de notar o empenho demonstrado no sentido da melhoria dos planejamentos das pesquisas, revisão sistemática dos métodos de coleta e processos de apuração, todos tendentes à divulgação pronta e eficiente dos respectivos resultados. Com esse objetivo, o Conselho procurou assegurar à rede de Agências Municipais de Estatística melhores condições de funcionamento, ao mesmo tempo que prestou aos órgãos dos âmbitos regional e federal a cooperação julgada necessária, por força de interesses recíprocos. Mantive-se dessa forma em pleno efeito o regime decorrente dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, que constituem expressão original de articulação administrativa e vinculação técnica, no campo da estatística.

Os inquéritos permanentes — entre eles o Plano Nacional das Campanhas Estatísticas, desde 1937, executados com regularidade — e os levantamentos especiais empreendidos na medida das necessidades, desenvolveram-se em 1954 com rigorosa observância dos prazos e critérios técnicos fixados. Prosseguiram os estudos com a finalidade de estabelecer novas normas para os *Inquéritos Econômicos*, de compreensão nacional. Deu-se seguimento ao plano estabelecido para a apuração do Registro Industrial, o qual se reveste de importância para a caracterização de determinados fenômenos da atual conjuntura econômica do país.

Colaborou o Conselho com outros órgãos da administração, como seja na realização de pesquisa sobre os salários nos estabelecimentos particulares, nas Capitais de Unidades da Federação, na apuração das últimas eleições, no Distrito Federal, além da cooperação prestada às Forças Armadas, sobretudo no que respeita ao preparo do plano das estatísticas do Ministério da Aeronáutica.

No campo da divulgação é digno de referência o esforço desenvolvido pelo Conselho. O último volume do "Anuário Estatístico do Brasil", correspondente a 1954, apresenta algumas inovações realmente felizes, que colocam esta publicação à altura das melhores que, no gênero, se divulgam no estrangeiro. Além de terem sido distribuídos, com regularidade, os três periódicos mantidos pelo Conselho — o "Boletim Estatístico", a "Revista Brasileira de Estatística" e a "Revista Brasileira de Municípios" — foi iniciada uma série de monografias municipais e regionais, dentro de um plano de difusão estatística em moldes modernos.

O Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do Conselho elaborou vários estudos sobre aspectos da demografia, da cultura e da economia nacionais.

O Conselho participou, de forma expressiva, da Conferência Mundial de População, levada a efeito em Roma. Deverão realizar-se no Rio de Janeiro, em 1955, dois grandes congressos estatísticos — a Terceira Conferência Interamericana de Estatística, entre 9 e 22 de junho, e a XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, com início previsto para o dia 24 daquele mês.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas — A Escola Nacional de Ciências Estatísticas, centro de estudos de feição universitária, manteve os cursos do currículo normal e organizou outros de caráter especial para atender a interesses da própria organização estatística. Cabe à Escola missão de singular relevo, qual seja a de formar os novos quadros de profissionais da estatística brasileira.

Recenseamentos gerais — Ao Conselho compete a realização dos Recenseamentos Gerais, de periodicidade decenal, os quais vêm sendo executados por intermédio do Serviço Nacional de Recenseamento, de organização provisória, que se extingue com a conclusão dos trabalhos censitários.

Na execução do Recenseamento Geral de 1950, cujo esquema de operação abrangeu os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, e dos Serviços, e inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações, o Conselho valeu-se da extensa rede de coleta sob sua administração, constituída das Inspeções Regionais (em cada Unidade da Federação) e das Agências de Estatística (em cada Município).

A experiência já aconselha a manutenção, em caráter permanente, de órgão especialmente dedicado à execução dos levantamentos censitários, a exemplo do que sucede no Canadá e nos Estados Unidos. A legislação brasileira determina a realização, cada 10 anos, de Recenseamentos Gerais. Justifica-se, portanto, a existência, no Conselho, de órgão específico, de alta especialização e que, nos períodos intercensitários, promova, de forma ordenada e sistemática, os estudos necessários ao gradual aperfeiçoamento dos futuros recenseamentos do país.

No setor censitário, tiveram andamento os trabalhos relacionados com a apuração final dos censos realizados em 1950. O Plano de Divulgação dos resultados compreende, ao todo, 32 volumes, distribuídos em duas séries. Foram entregues à circulação os volumes referentes à população dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Afora as publicações, amplamente conhecidas, dos resultados concernentes à população, à indústria, ao comércio e aos serviços, divulgaram-se, do Censo Agrícola, para o conjunto do Brasil e de cada Unidade da Federação, os dados correspondentes à área dos estabelecimentos, ao pessoal ocupado em atividades agropecuárias, à utilização das terras e à condição do responsável, ao valor e despesa dos estabelecimentos agropecuários.

Uma comissão especial foi instituída, no fim do ano, com a incumbência de apreciar o andamento dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento e propor as medidas adequadas com o objeto de ultimar, dentro do menor prazo, o Recenseamento de 1950.

O BRASIL NO CONGRESSO INTERAMERICANO DE MUNICÍPIOS

A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Municípios recebeu do Sr. Carlos H. Moran, Secretário-Geral da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal, com sede em Havana, a propósito ainda da participação de delegados brasileiros ao Congresso realizado em Porto Rico, a seguinte comunicação:

"Certifico que na Ata final da V Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, que teve lugar em São João de Porto Rico, de 2 a 7 de dezembro de 1954, consta a seguinte Resolução:

Reconhecimento à ABM e ao Governo do Brasil

Considerando que a Associação Brasileira de Municípios demonstrou seu grande interesse pela Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal, a que é filiada, trazendo à V Reunião do Congresso Interamericano de Municípios uma numerosa e valiosa representação, para o que solicitou e obteve o necessário apoio dos Senhores Ministros da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes, que facilitou o transporte da referida Delegação em aviões da Força Aérea Brasileira; Ministro Desembargador Seabra Fagundes e do Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, Dr. Jair Tovar, os quais facilitaram a execução de trabalhos relativos ao Congresso;

Considerando que a Delegação Brasileira obteve a inscrição, na Lei Orçamentária da União para 1955, de um auxílio de oitenta mil cruzeiros, a ser remetido pelo Governo do Brasil à Comissão Panamericana de Cooperação Intermunicipal, sediada permanentemente em Havana, a fim de fazer face

às despesas da Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal;

Considerando que estes fatos servem de exemplos e de estímulos valiosos, que devem ser tomados em conta e divulgados amplamente, a V Reunião do Congresso Interamericano de Municípios

Resolve:

Primeiro — Conceder um voto especial de reconhecimento à Associação Brasileira de Municípios pelos êxitos alcançados e que servem de estímulo e de exemplo às demais Associações de Municípios das Américas

Segundo — Inscrever um voto especial de gratidão ao Congresso e ao Poder Executivo do Brasil, pelas suas ações destinadas a ajudar monetariamente a Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal, para seu melhor desenvolvimento e para o sucesso de seus objetivos

Terceiro — Dirigir um voto especial de agradecimento ao Governo do Brasil e, em particular, ao Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes; ao Ministro da Justiça, Desembargador Seabra Fagundes, e ao Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, Dr. Jair Tovar, pelo auxílio prestado à Associação Brasileira de Municípios, a fim de que a mesma pudesse se fazer representar de forma tão notória à V Reunião e apresentar os seus valiosos trabalhos.

Em cumprimento desta Resolução e para seu conhecimento, tenho a satisfação de expedir a presente certidão, datada de Havana, em primeiro de março de mil novecentos e cinquenta e cinco, a) Carlos Moran, Secretário-Geral"

DÉBITO DA UNIÃO PARA COM OS MUNICÍPIOS

DANDO cumprimento a determinação do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, dirigentes daquela organização estiveram em conferência com o ministro da Fazenda, sr. José Maria Whitaker, a quem foram solicitar a liquidação dos débitos em atraso da União para com os municípios do interior do País, relativos aos 10% sobre o imposto de renda, a eles destinados por disposição constitucional.

O presidente do Conselho Deliberativo da ABM, sr. Osório Nunes, expôs ao ministro a posição dos referidos débitos, relativos aos exercícios de 1949,

1953 e 1954, nos totais de Cr\$ 35 208 308,90 e Cr\$ 92 399 473,30 para os dois primeiros exercícios. O total de 1954 ainda depende da abertura do crédito especial.

A diretoria da ABM encareceu ao atual titular da Fazenda a necessidade, experimentada pelas prefeituras, de receber com regularidade a cota do imposto de renda, em virtude das grandes dificuldades que lhes causa o atraso, especialmente aos municípios de pequena receita, que constituem a grande maioria.

REFLORESTAMENTO MUNICIPAL

SOBRE o tema "Reflorestamento e Arborização", a Delegacia do Centro das Indústrias de Araraquara de São Paulo, apresentou uma tese, com sugestões em torno do problema, à VI Convenção dos Industriais do Interior, recentemente realizada em São João da Boa Vista, naquele Estado.

A referida proposição recomenda a manutenção, pelos municípios, de um serviço de reflorestamento e arborização, de conformidade com os ensinamentos da técnica moderna. Preconiza ainda a arborização dos logradouros públicos na sede e nos distritos de

cada município paulista e alvitra, para esse fim, à Secretaria de Agricultura do Estado, a criação do Serviço de Distribuição de Mudas de Essências Florestais.

Com a aprovação unânime do plenário, as recomendações do Centro das Indústrias de Araraquara foram enviadas, pelo presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, ao ministro da Agricultura, que as encaminhou ao Serviço Florestal para eximá-las e cumpri-las na medida do possível.

EM POUCAS LINHAS

REALIZOU-SE em junho, na cidade do Crato, o I Congresso de Prefeitos Municipais da Zona Sul do Ceará. Nessa mesma oportunidade instalou-se uma exposição agropecuária local.

★ FOI festivamente comemorado em maio, pela população de Nova Friburgo (E do Rio), o 137.º aniversário da fundação da cidade.

★ NA sede da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, no dia 20 de maio, o prof. L. C. Hill, da Fundação Getúlio Vargas, proferiu uma palestra sobre o tema "Princípios do Governo Municipal".

★ ENTRE 12 e 13 de junho foi levado a efeito em Madri um Congresso Iberoamericano de Municípios.

★ PELA Câmara Municipal de Campina Grande (Paraíba) foi unanimemente aprovado, por indi-

cação do vereador Benedito Wilson Mota, um voto de aplausos ao CNE pela divulgação da monografia referente àquele Município na série que vem sendo publicada pela Diretoria de Documentação e Divulgação.

★ COM expressivas cerimônias foi comemorado a 17 de março o primeiro centenário da Fundação de Aracaju e da transferência, para ali, da sede do governo da Província de Sergipe. Associando-se às comemorações, o CNE distribuiu uma monografia especial, ilustrada.

★ POR iniciativa do vereador Dionísio Bassi, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu (E do Rio) aprovou, por unanimidade, um voto de louvor ao CNE pela publicação de uma monografia sobre aquele Município.